

DESDE 1932
EDIÇÃO 25.085

# DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, quarta-feira, 22 de maio de 2024 | R$ 3,50


# Empresas de MG podem perder R$ 1,1 bi com catástrofe no RS

## BDMG estima uma queda no faturamento com a redução no comércio entre os dois estados neste ano

A redução do faturamento das empresas mineiras que mantêm negócios com o Rio Grande do Sul pode chegar a R$ 1,1 bilhão neste ano com o impacto da catástrofe causada pelas enchentes. A estimativa é de um estudo realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para avaliar os efeitos da tragédia na economia mineira.

Os setores no Estado que serão mais prejudicados são o comércio por atacado e varejo, o de produção de ferro e siderurgia e o abate de carne, pesca e laticínio. O economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, avalia que dois vetores impactam diretamente o atacado e o varejo: a queda de faturamento e a perda de renda. O recuo de vendas de Minas é previsto em 7,3%.

A balança comercial entre os dois estados, em 2022, mostra que Minas Gerais comprou R$ 1,91 bilhão a mais do que vendeu para os gaúchos. Os principais produtos mineiros neiros vendidos são ferro, ferro fundido e aço. **Pág. 3**

REUTERS / DIEGO VARA



**A tragédia causada pelas enchentes no Rio Grande do Sul provocará enorme impacto em diversos setores da economia mineira, avalia o BDMG**



## EDITORIAL

O Brasil receberá a décima edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, com início marcado para junho de 2027, provavelmente no Maracanã. Conforme o anúncio da Federação Internacional de Futebol (Fifa), a competição terá duração de um mês, envolvendo possivelmente 10 cidades, inclusive Belo Horizonte, e três dezenas de seleções. Ninguém ousa falar em investimentos diretos, ninguém está prometendo um metrô para Belo Horizonte ou falando do "legado" da Copa de 2027. Até porque, parece bem mais fácil apontar dúvidas que certezas. Como negócio, como atração, o futebol feminino tem crescido, o que é saudável, mas ainda são poucas as comparações plausíveis com a competição masculina. **Pág. 2**

## Projetos de PPPs do IPGC são referência global da ONU

Sediado em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais, o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como referência global em projetos de parcerias público-privadas (PPPs) para a implantação de soluções que melhoram a vida das pessoas inseridas em algum contexto urbano. **Pág. 11**

## Aeroporto de Divinópolis vai receber aporte da Infraero

A Infraero realizará um aporte de R$ 27 milhões em 2024 e 2025 no Aeroporto Brigadeiro Antônio Cabral, em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas. Os recursos serão destinados à reforma e à adequação da infraestrutura do aeródromo, que não recebe voos operacionais há cerca de seis anos. Entre as intervenções, estão previstos um novo terminal de passageiros e a e recuperação do pátio de aeronaves. **Pág. 5**

## ARTIGOS


*Pág. 2*

**O desafio da transição energética e o G20**
*(Fernanda Brandão)*

**Dia Internacional da Biodiversidade**
*(Valter Casarin)*


## Vinhos do Sul de Minas movimentam o turismo

A técnica de dupla poda na produção de vinhos no Sul de Minas, iniciada há 20 anos, permitiu que o Estado passasse a fabricar bebidas finas. Impulsionados por reconhecimentos dentro e fora do Brasil, os vinhos mineiros já movimentam o turismo. O potencial econômico e o enoturismo em Minas levaram a Comissão de Política Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) a aprovar o Tratamento Tributário Setorial (TTS) para os produtores de vinho. **Pág. 9**

REUTERS / ISLA BINNIE



**A qualidade dos vinhos mineiros tem reconhecimento**

## Aneel aprova reajuste nas tarifas da Cemig

O reajuste anual das tarifas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) foi aprovado ontem pela Aneel. A alta foi de 6,7%, em média, para os consumidores da concessionária e passa a valer a partir do dia 28 de maio. Já as contas dos consumidores de alta tensão serão corrigidas em 8,63%. A estatal informou que o reajuste tarifário total será aplicado a partir da fatura de junho, com vencimento em julho. **Pág. 4**

DIVULGAÇÃO / CEMIG




**O reajuste da Cemig será aplicado na fatura de junho**

## CCPR terá fábrica de rações em Curvelo

DIVULGAÇÃO / CCPR



**A CCPR está investindo R$ 240 milhões para implantar uma indústria em Curvelo**

As obras da maior fábrica de nutrição animal para ruminantes da América Latina estão quase prontas. A Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR) está investindo R$ 240 milhões na unidade em Curvelo, na região Central de Minas, que terá capacidade instalada de 70 mil toneladas de rações e suplementos minerais por mês. A expectativa é iniciar a produção em agosto. Quando atingir a plena operação, a estimativa é que o faturamento da cooperativa chegue a R$ 6,5 bilhões anuais. **Pág. 8**



**Dólar - dia 21**

| | | |
|---|---|---|
| Comercial | Compra: R$ 5,1160 | Venda: R$ 5,1160 |
| Turismo | Compra: R$ 5,1440 | Venda: R$ 5,3240 |
| Ptax (BC) | Compra: R$ 5,1031 | Venda: R$ 5,1037 |

**Euro - dia 21**

Compra: R$ 5,5379 | Venda: R$ 5,5406

**Ouro - dia 21**

| | |
|---|---|
| Nova York (onça-troy): | US$ 2.420,76 |
| BM&F (g): | R$ 397,43 |

| | |
|---|---|
| TR (dia 22): | 0,0626% |
| Poupança (dia 22): | 0,5629% |
| IPCA-IBGE (Abril): | 0,38% |
| IPCA-Ipead (Abril): | 0,24% |
| IGP-M (Abril): | 0,31% |

**BOVESPA**

| 15/05 | 16/05 | 17/05 | 20/05 | 21/05 |
|---|---|---|---|---|
| -0,38 | +0,20 | -0,10 | -0,31 | -0,27 |

# O desafio da transição energética e o G20

FERNANDA BRANDÃO*

A questão climática e os impactos do aquecimento global se impõem cada vez mais como uma agenda urgente a ser tratada pelos países no âmbito doméstico e internacional. A recorrência e o aumento da gravidade de episódios de desastres naturais em todo o globo terrestre revelam que a mudança da matriz energética, como o investimento em infraestrutura para lidar com os impactos da mudança climática são cada vez mais urgentes. Ainda hoje, a maior parte da energia consumida no mundo vem de fontes não renováveis e poluentes. O carvão e o petróleo continuam sendo as principais fontes de produção de energia elétrica e transporte, respectivamente.

O processo de transformação da matriz energética dos países é complexo e envolve dimensões mais profundas do que apenas a mudança na tecnologia empregada para geração de energia. Mudar a matriz energética envolve uma completa alteração dos processos de transmissão e armazenamento de energia, o que gera impactos sobre a estrutura de prédios e das cidades, implica em modificações na infraestrutura do transporte público e particular, além de exigir o desenvolvimento de planos de contingência, especialmente, no caso de tecnologias de energia intermitentes como solar e eólica. Todos esses elementos são fundamentais para que a transição da matriz energética aconteça de forma efetiva.

Além da complexidade que uma transição energética carrega, o processo de desenvolvimento de novas tecnologias de energia e de infraestrutura é lento, custoso e apresenta poucos retornos financeiros no curto prazo, tornando-o menos interessante para a iniciativa privada. Outro agravante é o valor, pois a troca é cara e o desenvolvimento de economias de escala que possam ser aplicadas de forma ampla com custos reduzidos pode levar tempo. Além disso, todo o processo de transição energética precisa acontecer sem grandes perdas na atividade econômica dos estados. Mais ou menos como trocar o pneu com o carro andando.

Apesar das dificuldades, a questão da transição energética se apresenta como uma agenda cada vez mais urgente. Unido ao aquecimento global, os temas são de relevância para o Brasil no G20. O tema já tem sido tratado em reuniões de ministros e deve ser um dos temas de destaque da ministerial de novembro. O desafio é grande e a cooperação internacional é fundamental para o êxito de uma transição energética a nível global. Assim, o desafio para o G20, que reúne as vinte maiores economias do mundo e, consequentemente, alguns dos maiores consumidores de energia do mundo, é promover uma instância de colaboração e coordenação entre os países para que as ações em prol da mudança do padrão de co nsumo energético dos países se acelerem.

A questão ambiental sempre foi uma pauta onde o Brasil exerceu protagonismo no cenário internacional e o atual governo busca retomar esse papel do País. Ano que vem, a COP 30 será em Belém do Pará, o que gera uma nova oportunidade de buscar liderar os esforços de cooperação internacional em torno da questão ambiental, especialmente, da transição energética. Para além de resgatar o protagonismo internacional do País nos foros multilaterais, o tema em questão deve ser pensado com maior cuidado no âmbito doméstico. Apesar de o País ter uma matriz energética majoritariamente limpa, a maior parte do consumo energético relacionado aos transportes ainda é de hidrocarbonetos. À medida que as tragédias ambientais de natureza climática se abatem sobre o país, o desafio para o Brasil é ir além do protagonismo na arena internacional e buscar mudanças efetivas que contribuam para a mudança da matriz energética nacional buscando um desenvolvimento econômico mais sustentável. Além disso, investimentos em infraestrutura para lidar com os efeitos da mudança climática se apresentam como urgentes.

**Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio*

# Dia Internacional da Biodiversidade: Faça parte do plano

VALTER CASARIN*

O Dia Internacional da Biodiversidade, celebrado em 22 de maio, alerta para a importância da preservação da diversidade biológica. Este dia foi proclamado pelas Nações Unidas em 22 de maio de 1992, data do texto final da Convenção da Diversidade Biológica. Uma data que visa alertar a população mundial para a urgência e importância da conservação da diversidade biológica para o equilíbrio dos ecossistemas naturais e a sobrevivência das espécies.

O tema deste ano é **"Faça parte do plano"** e representa um apelo à ação para todas as partes interessadas em deterem ou reverterem a perda de biodiversidade, apoiando a implementação do Quadro Mundial de Kunming-Montreal em matéria de biodiversidade. A adoção do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal – um acordo histórico assinado em dezembro de 2022 que estabelece metas e medidas concretas para travar e reverter a perda de biodiversidade até 2050 – dá-nos esperança renovada.

A biodiversidade refere-se à variedade de formas de vida que povoam o nosso planeta. Esta diversidade estende-se a todos os níveis de organização biológica, desde moléculas até sistemas ecológicos. A biodiversidade inclui a diversidade genética dentro de uma espécie, a diversidade de espécies dentro de um ecossistema e a diversidade de ecossistemas dentro de um território. A biodiversidade é, portanto, uma característica fundamental da vida na Terra e uma fonte de benefícios para os seres humanos, incluindo a produção de alimentos, o abastecimento de água e a absorção de dióxido de carbono. A biodiversidade é também um indicador da saúde dos ecossistemas e da sua capacidade de responder às mudanças ambientais.

Cada um dos elementos da biodiversidade é importante em vários níveis. Mesmo a palavra importante não é suficientemente forte para descrever até que ponto os humanos são totalmente dependentes da biodiversidade e como esta é essencial para a sobrevivência da humanidade.

Em primeiro lugar, dependemos da biodiversidade para nos alimentar e respirar. A biodiversidade não só nos fornece as plantas e os animais que comemos, como também nos fornece ar e água limpas. A biodiversidade também nos fornece madeira para construir as nossas casas e energia para aquecê-las e iluminá-las. Além disso, fornece substâncias naturais que permitem fabricar medicamentos. É também a base de diversas atividades de lazer como observação da natureza, caminhadas na floresta, caça, pesca, etc. Infelizmente só descobrimos uma pequena parte dos serviços que a biodiversidade nos presta.

Atualmente, a poluição, as alterações climáticas, a pesca excessiva e o comércio ilegal de espécies representam ameaças significativas à biodiversidade. No entanto, este último é essencial para a vida na Terra, fornecendo serviços ecossistêmicos como a polinização das culturas, a regulação do clima, a purificação do ar e da água e recursos como alimentos, medicamentos e matérias-primas. É por isso que o Dia Internacional da Biodiversidade pretende sensibilizar o público em geral, mas também as instituições, para esta questão da proteção.

Cada ser vivo ocupa um lugar essencial no equilíbrio dos ecossistemas. Cada espécie é única e tem um papel a desempenhar. Cada espécie tem, portanto, um valor inestimável. Perder uma espécie significa perder parte da memória da evolução. E as perdas são impossíveis de repor.

O Dia Internacional da Biodiversidade é uma oportunidade para lembrarmos da ligação existencial que temos com outros seres vivos no nosso ambiente. Assim, a iniciativa Nutrientes para a Vida convida você a se envolver na proteção da biodiversidade. É simples, para se envolver na conservação da diversidade biológica, primeiro é preciso maravilhar-se com a riqueza da vida. Saia de casa e descubra as espécies ao seu redor. Não há necessidade de ir longe; no seu quintal, num terreno baldio ou num parque urbano. Mesmo na cidade, a biodiversidade está em todo o lado e é mais variada do que se pensa.

**Coordenador-geral e científico da Nutrientes Para a Vida, graduado em Agronomia e em Engenharia Florestal. Atualmente é professor do Programa SolloAgro, Esalq/USP e Sócio-Diretor da Fertilità Consultoria Agronômica*

DIÁRIO DO COMÉRCIO
Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

**Fundado em 18 de outubro de 1932**
Fundador: José Costa

**Presidente do Conselho Gestor**
Luiz Carlos Motta Costa
*conselho@diariodocomercio.com.br*

**Presidente e Diretora Editorial**
Adriana Muls
*adriana.muls@diariodocomercio.com.br*

**Diretor Executivo**
Yvan Muls
*yvan.muls@diariodocomercio.com.br*

**Conselho Consultivo**
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

**Conselho Editorial**
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

# Aposta de alto risco

Conforme anunciado, o Brasil receberá a décima edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, com início marcado para junho de 2027, provavelmente no Maracanã, Rio de Janeiro. Conforme o anúncio da Federação Internacional de Futebol (Fifa), a competição terá duração de um mês, envolvendo possivelmente 10 cidades, inclusive Belo Horizonte, e três dezenas de seleções. Tem quem comemore, imaginando que o Brasil será alvo das atenções globais, numa exposição que se traduza em prestígio internacional e bons negócios, especialmente na esfera do turismo. E tem também quem se preocupe, principalmente porque ainda tem na memória o que foi dito nos anos de 2011 e 2012, quando conhecida a escolha do País para sede da Copa masculina de 2014.

À época o País foi tomado ou induzido a um estado de mais completa euforia. Estaríamos no centro do mundo para ocupar definitivamente lugar de destaque. Investimentos pesados seriam necessários, porém fartamente compensados pelos ganhos, a começar do incremento das atividades turísticas. Estádios teriam que ser reformados ou construídos, assim como infraestrutura de transportes e hotelaria. Belo Horizonte, por exemplo, ganharia entre muitas outras coisas uma linha de metrô ligando o centro da cidade ao Mineirão. Um legado, enfim, a ser perenizado, justificando toda a euforia e todos os gastos.

> *Como negócio, como atração, o futebol feminino tem crescido, o que é saudável, mas ainda são poucas as comparações plausíveis com a competição masculina*

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, usando este mesmo espaço, estava entre os poucos que não se deixaram contaminar pela euforia, desacreditando do custo-benefício tão alardeado. As coleções deste jornal, de fácil acesso e disponíveis, guardam o que foi dito à época e que a realidade posterior não só confirmou como fez ver que as críticas quase solitárias foram até indulgentes com tudo que aconteceu ou deixou de acontecer. Embora as imagens da delegação brasileira festejando o anúncio na sexta-feira passada igualmente remetam aos acontecimentos anteriores agora as manifestações foram bem mais discretas.

Ninguém ousa falar em investimentos diretos, ninguém está prometendo um metrô para Belo Horizonte ou falando do "legado" da Copa de 2027. Até porque, parece bem mais fácil apontar dúvidas que certezas. Como negócio, como atração, o futebol feminino tem crescido, o que é saudável, mas ainda são poucas as comparações plausíveis com a competição masculina. O "negócio" está em outra escala e muitíssimo mais modesta, sendo de se esperar que pelo menos algum censo de realidade prevaleça. Para que a ressaca não seja também mais uma grande frustração.

**Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.**
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

**REDAÇÃO**

**Editora-Executiva**
Luciana Montes

**Editores**
Alexandre Horácio | Rafael Tomaz
Clério Fernandes | Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br



| TELEFONES | |
|---|---|
| Atendimento Geral: | 3469-2000 |
| Administração: | 3469-2004 |
| Redação: | 3469-2040 |
| Comercial: | 3469-2007 |
| **INDUSTRIAL** | |
| Gerência: Manoel Evandro | 3469-2085 |
| Departamento de Arte: | 3469-2092 |



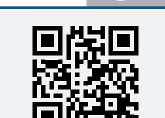
**COMERCIAL**
comercial@diariodocomercio.com.br

**ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)**

| | |
|---|---|
| **Semestral**: | |
| Belo Horizonte, Região Metropolitana............................... | R$ 396,90 |
| Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento. | |
| **Anual**: | |
| Belo Horizonte, Região Metropolitana............................... | R$ 793,80 |
| Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento. | |
| **Preço do exemplar avulso**............................................... | R$ 3,50 |
| | (+ valor de postagem) |

**ASSINATURAS**
assinaturas@diariodocomercio.com.br





EMPRESAS EM MG

# Faturamento será até R$ 1,1 bilhão menor

## Após catástrofe da chuva no RS, estudo do BDMG aponta impactos para companhias que mantêm negócios com gaúchos

JULIANA SODRÉ

Com o objetivo de avaliar ações viáveis para ajudar empresários mineiros que devem ser afetados em função da catástrofe do Rio Grande do Sul (RS), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a partir de dados da Secretaria de Estado da Fazenda e da Fundação João Pinheiro, realizou um estudo para avaliar os impactos da tragédia na economia mineira. A conclusão é que a redução do faturamento das empresas mineiras que mantêm negócios com o estado gaúcho possa alcançar R$ 1,1 bilhão neste ano.

De acordo com o estudo "Impactos Econômico Potenciais", os setores mineiros que sofrerão as maiores consequências no faturamento são o comércio por atacado e varejo, o de produção de ferro e siderurgia e o abate de carne, pesca e laticínios. O economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, avalia que dois vetores impactam diretamente o atacado e o varejo: a redução de faturamento das empresas e a redução da renda. "Com a possível redução da oferta de produtos gaúchos, as empresas mineiras que os vendiam, passam a vender menos, e, consequentemente, faturar menos. É o caso do vinho e dos sucos de uva", exemplifica. Porém, a redução de vendas no Estado está estimada em 7,3% no atacado e varejo, o que na avaliação do especialista não é um volume muito grande.

*Estudo aponta setores em MG que sofrerão maiores impactos em faturamento são comércio por atacado e varejo, ferro, siderurgia, carnes, pesca e laticínios*

Já na questão da renda, de acordo com a análise, é possível que haja um impacto de cerca de R$ 200 milhões na renda das famílias mineiras em função da situação no mercado de trabalho. "Uma empresa que tem planta produtiva aqui e no Rio Grande do Sul pode ser afetada por um menor volume de faturamento e, por consequência, ter que suspender algum contrato de trabalho, colocar trabalhadores em férias e afetar o rendimento das famílias de um modo geral", comenta.

Ainda de acordo com a análise do cenário econômico, os impactos devem atingir o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. A estimativa é que haja retração de 0,1% ao final de 2024. De acordo com o economista do BDMG, o levantamento verifica os impactos econômicos da tragédia, de forma a avaliar possibilidades de apoio ao RS e também aos empresários mineiros indiretamente atingidos. "O BDMG como um todo já oferece bastante linhas de crédito e apoio aos empresários mineiros. Temos linhas de crédito com taxas reduzidas se comparadas ao mercado, o que nos faz ser bastante competitivos, especialmente para micro e pequenas empresas", considera.

**Negociações entre os estados** - A balança comercial entre os dois estados, em 2022, mostra que Minas Gerais comprou R$ 1,91 bilhão a mais do que exportou para os gaúchos. Entre todos os estados, o Rio Grande do Sul ocupa a sétima colocação no *ranking* de parceiros comerciais dos mineiros.

Ainda de acordo com o estudo do BDMG, entre os produtos que Minas Gerais mais compram dos gaúchos, o maior impacto tende a ser em automóveis e tratores, que correspondem a 31,8% do volume de importados do Rio Grande do Sul. Outro setor afetado deverá ser o da agricultura, que representa 9,7% de tudo que Minas Gerais compra do Rio Grande do Sul.

Do outro lado, analisando o que Minas vende para os gaúchos, produtos como ferro, ferro fundido e aço podem sofrer maior reflexo, já que lideram as vendas para o RS, com 16,7% do total. Em seguida, aparecem automóveis e tratores, com 12,7%.

"Os impactos que a gente observa em Minas Gerais são decorrentes de encadeamentos produtivos de um modo geral. A interdependência produtiva com todos os estados do Brasil permitirá a observação de impactos em todos os setores da atividade econômica", avalia o economista-chefe. Na avaliação dele, quanto mais o setor for dependente da região seja para compra ou venda de produtos, mais impacto sofrerá.

DIEGO VARA / REUTERS



Capital gaúcha e cidades do interior do estado sofrem com enchentes desde o início do mês

BARRAGENS

# Kinross Brasil e MPMG fecham acordo

RODRIGO MOINHOS

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Kinross Brasil Mineração firmaram ontem (21) um termo de transação judicial para iniciar o processo de descaracterização das barragens Eustáquio e Santo Antônio, da Mina Morro do Ouro, em Paracatu, no Noroeste do Estado. O termo também prevê a implantação de novos sistemas de disposição de rejeitos e investimentos socioambientais.

A Kinross comprometeu-se a iniciar as obras de descaracterização da estrutura Santo Antônio até 1º de julho de 2028, e da barragem Eustáquio até 1º de julho de 2033, após prévia aprovação de projeto detalhado pelos órgãos competentes. Ao longo de todo o ciclo de vida das barragens e enquanto não foram concluídas as obras, a mineradora irá adotar todas as medidas técnicas previstas na legislação para neutralizar riscos à população e ao meio ambiente, promovendo o monitoramento das condições de segurança das estruturas e a implantação de medidas preventivas de acidentes ou desastres.

De acordo com o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caoma), promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, esse acordo é muito significativo para a atuação ambiental do órgão. "É o primeiro acordo celebrado, no bojo de uma ação civil pública para garantir o descomissionamento de duas barragens da Kinross construídas pelo método de linha de centro. Esse acordo traz um marco regulatório de avanço no controle das barragens do nosso Estado e, com isso, garantiremos uma atuação firme em outros locais também. Não só atuando nas barragens a montante, mas também em outras estruturas", projetou.

Ainda segundo ele, os desastres de Mariana e Brumadinho trouxeram o holofote apenas para as barragens a montante. "Então, todo ordenamento jurídico foi voltado para barragem a montante. Essa ação com a Kinross parte de outro pressuposto que, apesar de as barragens serem por linha de centro, e não serem objeto da lei, nós atuamos de uma maneira para que estruturas nesse volume não possam mais operar. Dessa forma buscamos que as ações sejam traduzidas em segurança para os mineiros", afirmou.

Disposição de rejeitos - O termo também prevê que, caso a mineradora necessite operar novos sistemas de disposição de rejeitos, deverá utilizar alternativas que minimizem os riscos socioambientais, com rigorosa observância das normas técnicas e legais. Também foi incluído que a Kinross irá custear projeto de estruturação da Defesa Civil de Paracatu, até o valor de R$ 500 mil, e destinar R$ 27.500 para projetos de interesse socioambiental.

As medidas compensatórias ambientais que vão ser aplicadas com esses recursos têm uma grande importância para a população de Paracatu e do entorno, disse a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Paracatu, Mariana Duarte Leão. "Elas vão conseguir promover reparos ambientais e fazer projetos que melhoram a qualidade de vida das pessoas, seja oferecendo acesso à educação ambiental, aplicação na causa animal ou projetos educacionais. Todas essas medidas têm uma grande importância para a população que vai sendo reparada pelos agravos sofridos em decorrência das atividades mineradoras", destacou.

O acordo foi assinado no Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compor) do MPMG, durante a segunda edição do "Compondo em Maio", iniciativa que visa incentivar a resolução extrajudicial de conflitos no âmbito das Promotorias e Procuradorias de Justiça. Pelo MPMG, assinaram o termo o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; o coordenador do Caoma, Carlos Eduardo Ferreira Pinto; o assessor especial do procurador-geral de Justiça, Felipe Faria de Oliveira; o coordenador estadual de Meio Ambiente e Mineração, Lucas Marques Trindade; a coordenadora regional das Promotorias de Justiça das Bacias dos Rios Paracatu, Urucuia e Abaeté, Carolina Frare Lameirinha; e a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Paracatu, Mariana Duarte Leão.

Pela Kinross, assinaram a vice-presidente Jurídica, Maria da Graça Montalvão, e o advogado Guilherme França Barros. O descumprimento injustificado de qualquer das obrigações implicará a incidência de multa diária no valor de R$ 20 mil. O termo põe fim ao conflito objeto da Ação Civil Pública nº 5001224-90.2023.8.13.0470.

Procurada pela reportagem do DIÁRIO DO COMÉRCIO, a Kinross não havia conseguido disponibilizar fonte para comentar o assunto até o fechamento da edição.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.






SETOR ELÉTRICO

# Tarifa da Cemig será reajustada em 6,7%

## Aneel autorizou o reajuste do valor cobrado pela concessionária mineira; aumento será aplicado em 28 de maio

MARCO AURÉLIO NEVES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o reajuste anual das tarifas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A alta foi de 6,7%, em média, para os consumidores da concessionária e passa a valer a partir do dia 28 de maio. Já as contas dos consumidores de alta tensão serão corrigidas em 8,63%.

A estatal mineira destacou em comunicado que o consumidor perceberá o reajuste tarifário total a partir da fatura de junho, com vencimento em julho de 2024. A fatura com vencimento no próximo mês, junho, ainda terá parte do consumo calculado com o antigo valor, antes do dia 28 de maio, e outra parte já com o novo valor.

Nesse processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA), mais simples que o reajuste periódico, a Aneel corrige as tarifas das distribuidoras – como a Cemig – após uma atualização de custos de distribuição ("parcela B") pelo índice de inflação estabelecida no contrato menos o fator X (os componentes para o ciclo tarifário).

São repassados os custos com compra e transmissão de energia e os encargos setoriais que custeiam políticas públicas estabelecidas por meio de leis e decretos.

**"Abaixo da inflação" -** A concessionária destacou que o reajuste tarifário acumulado nos últimos cinco anos, de 27%, está abaixo da inflação apurada no período (32%). Segundo a empresa, 25,8% do valor cobrado na conta de luz ficam na distribuidora e são destinados à remuneração do investimento, cobertura de depreciação dos ativos e outros custos.

Os demais 74,2% das tarifas da Cemig são utilizados para cobrir encargos setoriais, tributos aos governos federal e estadual, energia comprada, encargos de transmissão e receitas irrecuperáveis.

Os impostos arrecadados na tarifa de energia são repassados integralmente para prefeituras, governos estadual e federal.

**Repercussão -** A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) recebeu com surpresa a variação do valor das tarifas da Cemig, acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 meses - de 3,69% - apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O consultor da Gerência de Energia da Fiemg, Sérgio Pataca, afirma que a energia é um insumo básico da indústria e que um aumento deste tamanho, sobretudo para alta tensão, como os consumidores industriais, será sentido pelo consumidor final. "A indústria repassa seus custos, o custo que o insumo traz vai para o produto. Esse ajuste vai encarecer não só a conta final do consumidor, mas todos os produtos", criticou.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), considera que as despesas tanto dos negócios quanto das famílias aumentarão. O economista da entidade, Gilson Machado, analisa que os reajustes das tarifas da Cemig, entre 2022 até o momento, geram uma alta acumulada de 29,7% na tarifa, enquanto a inflação acumulada de maio de 2021 até abril deste ano é de 21,13%.

A alta de 8,6 pontos percentuais (p.p.) acima do IPCA desafia varejistas a adequarem seus modelos de negócios ao maior volume de despesas dos estabelecimentos. "É importante também considerar os micros e pequenos empresários, que são os mais impactados", disse.

O reajuste das tarifas da Cemig acima da inflação afeta o poder de compra das pessoas, que vão destinar mais recursos para contas básicas. "O empresariado perde nesse ponto também, já que o consumidor tende a destinar um menor volume de recursos para gastar, devido à elevação nas contas básicas", aponta.

Já o vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas), Cledorvino Belini, considerou o reajuste dentro do esperado, dada a necessidade do setor de energia em atualizar sua operação constantemente. "É melhor ter um sacrifício momentâneo com esses custos para não faltar energia lá na frente.", declarou.

Ele destacou que, apesar do aumento, hoje o consumidor tem alternativas, como a Geração Distribuída (GD), através de assinaturas com comercializadoras de energia para pessoa física e pequenas e médias empresas. "O consumidor hoje tem muitas oportunidades de comprar energia mais barata, não precisa ficar na Cemig", finaliza.

**SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.**
**CNPJ/MF 06.982.752/0001-81 - NIRE 31.3.0010836-8**

**Ata da AGE em 01/04/24. 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 01/04/24, às 11h, na sede social da Cia.. **2. Convocação e Instalação:** Presente as acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Cia. Em razão do comparecimento da única acionista da Cia., foi dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Márcio Barata Diniz, que convidou a Sra. Izabelle Macedo Nunes para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reforma integral do Estatuto Social da Cia., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de arts., incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia e procedida à leitura da Ordem do Dia, as acionistas detentoras da totalidade das ações, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Cia., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de arts., incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação, passando o Estatuto Social devidamente reformado e consolidado a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata, já refletindo todas as alterações aprovadas nesta Assembleia. **6. Presentes:** Mesa: Márcio Barata Diniz, presidente, e Izabelle Macêdo Nunes, secretária. Acionista: PCHPAR – PCH Participações S.A., representada por seus diretores, Walter Nunes Seijo Neto e Márcio Barata Diniz. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a deliberar, foi suspensa a Assembleia para a lavratura da Ata, em forma sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei 6.404/76, que foi lida, aprovada e firmada por todos os presentes. BH, 01/04/24. Documento assinado eletronicamente por Izabelle Macêdo Nunes, Secretária.

**Anexo I - Estatuto Social: Capítulo I - Sociedade: Art. 1º:** A Cia. é uma S.A., regida pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º:** A Cia. tem por objeto o propósito específico de implantar e explorar o potencial hidráulico da pequena central hidrelétrica - PCH Santa Fé, e comercializar a energia elétrica nela gerada, e, ainda, exercer outras ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. **Art. 3º:** A Cia. tem sede social e foro na Cidade de BH/MG, na Av. Prudente de Morais, 1.250, 10º e 11º, bairro Coração de Jesus, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional. **Art. 4º:** A Cia. possui prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Art. 5º:** O capital social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 59.133.564,69, dividido em 46.817.622 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º:** Cada ação ordinária confere direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Cia. **Capítulo III - Assembleia Geral: Art. 6º:** A Cia. realizará, anualmente, uma AGO e, sempre que os negócios da Cia. assim o exigirem, AGEs. A AGO será realizada dentro do prazo de 4 meses seguintes ao encerramento do exercício social. **§1º:** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador ou advogado. **Art. 7º:** A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer Diretor da Cia., por escrito, com a observância da antecedência mínima de 8 dias da data de realização da Assembleia Geral e, à falta de quórum de instalação, far-se-á segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias, na forma da Lei das S.A.. **§1º:** A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas no *caput*, se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral. **§2º:** As Assembleias Gerais de Acionistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, maioria simples (50% + 1) do capital social votante, salvo quando a Lei das S.A., ou a regulamentação aplicável, exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, instalar-se-ão com qualquer número de acionistas presentes. **Art. 8º:** A Assembleia Geral será instalada por qualquer membro da Diretoria da Cia. ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolherem o Presidente e o Secretário da mesa que dirigirá os trabalhos. **Art. 9º:** As decisões da Assembleia Geral de Acionistas serão aprovadas pela maioria simples (50% +1) do capital votante da Cia. presente à Assembleia Geral, salvo quórum diverso, maior, expressamente previsto em lei ou neste Estatuto Social. **Art. 10º:** Além de outras atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral: **(a)** alterar o estatuto social da Cia.; **(b)** eleger e destituir os membros da Diretoria da Cia.; **(c)** fixar a remuneração global dos administradores da Cia.; **(d)** tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Cia.; **(e)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do resultado e da distribuição de dividendos do exercício da Cia.; **(f)** autorizar a emissão de debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários pela Cia., bem como qualquer alteração das condições de sua emissão, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Cia.; **(g)** deliberar acerca da avaliação de bens e/ou direitos com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social da Cia.; **(h)** deliberar sobre fusão, incorporação, transformação, cisão, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Cia., inclusive incorporação de outras sociedades pela Cia., sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; **(i)** autorizar os administradores da Cia. a confessar falência, dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; **(j)** criar novas classes ou espécies de ações; **(k)** autorizar a apresentação do pedido de registro de Cia. aberta da Cia. à CVM, bem como listagem de valores mobiliários emitidos pela Cia. à B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, independente da categoria de registro e/ou segmento de listagem; **(l)** deliberar sobre a celebração, alteração, modificação ou rescisão de qualquer contrato com quaisquer de seus acionistas, diretos ou indiretos, ou com qualquer sociedade Controlada por seus acionistas, direta ou indiretamente, independentemente do valor, bem como pessoa direta ou indiretamente ligada a qualquer um deles, assim entendidas as pessoas definidas como tal pela legislação do IR; **(m)** deliberar sobre a celebração, alteração, modificação ou rescisão de contratos de qualquer natureza, assunção de obrigações, aquisição, alienação, hipoteca, penhor ou qualquer forma de oneração de bens móveis ou imóveis, (a) pela Cia., isoladamente, cujo valor, em uma única operação, seja superior a R$ 1.000.000,00, ou (b) em Operações Vinculadas, cujo valor seja, no agregado, superior a R$ 1.000.000,00; **(n)** decidir sobre quaisquer controvérsias, reivindicações, processos judiciais ou administrativos envolvendo matéria fundiária, incluindo, mas não se limitando a, servidões de passagem, desapropriações ou quaisquer direitos da Cia., em conjun-

**EXPRESSO NEPOMUCENO S/A**
**CNPJ: 19.368.927/0001-07 NIRE: 313.000.202-74 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**
**43ª ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2023.**

**1. LOCAL, DATA E HORÁRIO:** Realizada no dia 20 de Abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da sociedade **EXPRESSO NEPOMUCENO S/A** (doravante denominada simplesmente SOCIEDADE), localizada em Lavras/MG na Rua Alcides Thomaz da Silva, nº. 15, Distrito Industrial, CEP: 37.205-850. **2. PRESENÇA:** Presentes todos os Diretores e Acionistas, quais sejam: Agnaldo de Souza Filho; Tânia Mara de Souza Castro; Ricardo Braghiroli; Gustavo Pereira Costa Andrade; Anderson Lages Diniz; Agnésio Carvalho de Souza Neto; Kênia Aparecida de Souza Paes Leme; Liziane Alvarenga de Souza Mesquita; Alessandra Souza Santa Cecília; Lame Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnaldo de Souza Filho e G3 Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto, todos titulares da totalidade do capital votante da Sociedade. Dispensando as formalidades de convocação da Lei nº. 6.404/76, a presente **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** foi instalada, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença. Dispensada publicação do ato de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** O Sr. Agnaldo de Souza Filho assumiu a Presidência da Mesa, por aclamação, e nomeou o Sr. Ricardo Braghiroli como Secretário de Mesa. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **A)** a eleição da Diretoria; **B)** a alteração do Estatuto Social; **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a presente ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas, o que segue: **A)** A eleição e empossamento da Diretoria para o período compreendido entre 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2025, assim designada: **Diretor Presidente: AGNALDO DE SOUZA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-3.744.307, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 583.313.446-34, residente e domiciliado a Rua Bernardino Macieira, n° 380, apto. 501, bairro Centro, Lavras - MG, CEP: 37.200- 200; **Diretor de Operações: AGNÉSIO CARVALHO DE SOUZA NETO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-3.742.451, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 583.313.286-04, residente e domiciliado a Rua Bernardino Macieira, n° 380, apto. 502, bairro Centro, Lavras - MG, CEP: 37.200-200; **Diretor de Gestão de Pessoas: GUSTAVO PEREIRA COSTA ANDRADE,** brasileiro, casado, Gerente, portador da Carteira de Identidade nº 8.503.993, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 056.101.836-77, residente e domiciliado a Rua Geraldo Bertolucci n°472, bairro Monte Líbano, Lavras - MG, CEP: 37.202-597; **Diretor Financeiro: RICARDO BRAGHIROLI,** brasileiro, casado, Gerente Administrativo, portador da Carteira de Identidade nº 30.752.136-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 270.138.468-05, residente e domiciliado a Rua Barão do Rio Branco, nº. 321, apt. 102 – Centro, Lavras - MG, CEP: 37.200-208; **Diretor Comercial: ANDERSON LAGES DINIZ**, brasileiro, casado, gerente, portador da Carteira de Identidade nº 2451720 , expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 556.689.686-34 , residente e domiciliado a Rua Marechal Bitencourt, n° 223, apto. 401, bairro Gutierrez, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.441-114; Os Diretores tomam posse neste ato declarando que não estarem incursos nas proibições legais. **B)** A aprovação da alteração do Estatuto Social passando as cláusulas abaixo a possuírem a seguinte redação: "**Artigo 9º -** A Diretoria será composta de no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, acionistas ou não." *"**Artigo 15º - São competências dos Diretores: Parágrafo 1º – Diretor Presidente** - i) Submeter anualmente, à apreciação da Assembleia Geral ou Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de aplicação dos lucros apuradas no exercício anterior; ii) Apresentar quadrimestralmente a Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da empresa e suas controladas; iii) Coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução de atividades relacionadas com o planejamento geral; iv) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; v) Exercer todas as funções necessárias à proteção e desenvolvimento dos interesses da empresa; vi) Proferir voto determinante na solução de impasses entre as demais diretorias; vii) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; viii) Coordenar a política organizacional, gerencial, operacional e de marketing da empresa; ix) Anualmente, elaborar e apresentar a Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual da empresa; x) Administrar os assuntos de caráter societário em geral; xi) Admitir e demitir pessoal de cargo de confiança, inclusive nomeação e destituição de diretores. xii) Determinar as regras e regulamentos necessários ao funcionamento e à organização interna da empresa; xiii) Acompanhar e coordenar os Departamentos Jurídico, de Estratégia, Marketing e TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) da Empresa. xiv) Aprovar o plano de investimento da Empresa. xv) Inovar as rotinas de trabalho permanentemente, com recursos tecnológicos de alcance da empresa; **Parágrafo 2º – Diretor de Operações -** i) Manter bom relacionamento com clientes e fornecedores; ii) Prover recursos operacionais para execução de todas as atividades da empresa; iii) Assegurar as operações em conformidade com leis e normas governamentais; iv) Participar das discussões relativas a desenvolvimento de novos projetos; v) Analisar e avaliar os aspectos econômicos do processo de manutenção, visando identificar oportunidades que permitam redução de custos; vi) Elaborar procedimentos e determinar diretrizes para manutenção visual das filiais, no que se refere a limpeza, conservação, pintura, etc., visando manter o local em condições de melhor desempenho dos funcionários e equipamentos dentro da legislação vigente; vii) Realizar o gerenciamento completo das áreas de Segurança, Logística e Manutenção; viii) Desenvolver e implantar projetos de redução de acidentes; ix) Admitir ou demitir pessoal em sua área; x) Estabelecer controle de processos, visando melhor qualidade e maior produtividade dos recursos disponibilizados; xi) Elaborar o plano de investimento da área, submetendo à aprovação do Diretor Presidente; **Parágrafo 3º – Diretor Financeiro -** i) Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades fiscais, financeiras e de custos da empresa; ii) Fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento de metas e objetivos estabelecidas; iii) Realizar o gerenciamento completo da área financeira da empresa, contemplando as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e a receber; iv) Analisar e acompanhar as execuções orçamentárias de custos e estudo econômico financeiro; v) Manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras; vi) Dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios gerenciais e indicadores de performance; vii) Avaliar a viabilidade econômica para novos projetos; viii) Exercer todas as funções necessárias à proteção e desenvolvimento dos interesses da empresa; ix) Admitir ou demitir pessoa em sua área; x) Auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da empresa; xi) Estabelecer controle de processos, visando melhor qualidade e maior produtividade dos recursos disponibilizados; xii) Elaborar o plano de investimento da área, submetendo à aprovação do Diretor Presidente; xiii) Realizar o gerenciamento dos Departamentos de Controladoria, Suprimentos e Compras da Empresa; **Parágrafo 4º – Diretor Comercial -** i) Dirigir as atividades comerciais da empresa, indo de encontro com as metas estabelecidas em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; ii) Prospectar novos mercados; iii) Estudar e aprovar a parte técnica e comercial de projetos; iv) Dirigir as atividades de vendas; v) Admitir ou demitir pessoal em sua área; vi) Estabelecer controle de processos, visando melhor qualidade e maior produtividade dos recursos disponibilizados; vii) Elaborar o plano de investimento da área, submetendo à aprovação do Diretor Presidente; **Parágrafo 5º – Diretor de Gestão de Pessoas -** i) Realizar o gerenciamento dos Departamentos de Gestão de Pessoas e de Qualidade da Empresa; ii) Zelar pela política no cumprimento de melhores práticas, garantindo a qualidade e satisfação de seus colaboradores; iii) Atuar com foco no planejamento, gestão de carreira e cargos e salários; iv) Estruturar e acompanhar programas de desenvolvimento e treinamento; v) Manter o relacionamento com a comunidade, lideranças; clientes e fornecedores; vi) Estabelecer vínculos de responsabilidade social, ambiental nas comunidades estabelecidas; vii) Manter a cultura e política de recursos humanos, indo ao encontro dos valores da empresa; viii) Admitir ou demitir pessoal em sua área; ix) Estabelecer controle de processos, visando melhor qualidade e maior produtividade dos recursos disponibilizados; x) Elaborar o plano de investimento da área, submetendo à aprovação do Diretor Presidente;"* "**Artigo 17º -** A empresa considerar-se-á obrigada quando representada: *a) pela assinatura isolada do Diretor Presidente; ou b) pela assinatura em conjunto do Diretor de Operações e Diretor Financeiro no período de eventual ausência do Diretor Presidente; ou c) por um ou mais procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se constituírem; i) As procurações serão outorgadas em nome da empresa, que poderão nomear como procuradores pessoas físicas integrantes ou não da Diretoria; ii) As procurações serão assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente ou em conjunto do Diretor de Operações e Diretor Financeiro;"* **6. ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Foi deliberada, por unanimidade, a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do art.130, parágrafo 1º, Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, ficando os Diretores na obrigação de providenciar o registro da cópia da Ata e demais atos necessários. Lavrada esta Ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas e Diretores, quais sejam: Tânia Mara de Souza Castro; Kênia Aparecida de Souza Paes Leme; Liziane Alvarenga de Souza Mesquita; Alessandra Souza Santa Cecília; Ricardo Braghiroli; Gustavo Pereira Costa Andrade; Anderson Lages Diniz; Lame Participações Ltda., representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnaldo de Souza Filho e G3 Participações Ltda., representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto. Lavras/MG, 20 de abril de 2023. Autentica com a lavrada no Livro de Registro de Atas. Assinam de forma digital: **Tânia Mara de Souza Castro. Agnaldo de Souza Filho. Agnésio Carvalho de Souza Neto. Ricardo Braghiroli. Gustavo Pereira Costa Andrade. Anderson Lages Diniz. Kênia Aparecida de Souza Paes Leme. Liziane Alvarenga de Souza Mesquita. Alessandra Souza Santa Cecília.** Junta Comercial do Estado de Minas Ge - Certifico o registro sob o nº 10382619 em 11/05/2023 da Empresa EXPRESSO NEPOMUCENO S/A, Nire 31300020274 e protocolo 232263281 - 28/04/2023. Autenticação: C1427C3466495C09CCA146D761D77357ED6EB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/226.328-1 e o código de segurança CTGj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

**EXPRESSO NEPOMUCENO S/A**
**CNPJ: 19.368.927/0001-07 NIRE: 313.000.202-74 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**
**37ª ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2021.**

1. **LOCAL, DATA E HORÁRIO:** Realizada no dia 13 de Maio de 2021, às 09h00min (nove horas), na sede da sociedade **EXPRESSO NEPOMUCENO S/A** (doravante denominada simplesmente SOCIEDADE), localizada em Lavras/MG na Rua Alcides Thomaz da Silva, nº. 15, Distrito Industrial, CEP: 37.205-850. **2. PRESENÇA:** Presentes todos os Diretores e Acionistas, quais sejam: Agnaldo de Souza Filho; Tânia Mara de Souza Castro; Ricardo Braghiroli; Gustavo Pereira Costa Andrade; Agnésio Carvalho de Souza Neto; Kênia Aparecida de Souza Paes Leme; Liziane Alvarenga de Souza Mesquita; Alessandra Souza Santa Cecília; Lame Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnaldo de Souza Filho e G3 Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto, todos titulares da totalidade do capital votante da Sociedade.

**PCHPAR – PCH PARTICIPAÇÕES S.A.**
**CNPJ/MF 07.628.569/0001-45 - NIRE 31.3.0011049-4**

**Ata da AGE em 01/04/24. 1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 01/04/24, às 10h, na sede social da Cia. **2. Convocação e Instalação:** Presente a acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Cia. Em razão do comparecimento da única acionista da Cia., foi dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Márcio Barata Diniz, que convidou a Sra. Izabelle Macêdo Nunes para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a reforma integral do Estatuto Social da Cia., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de Artigos, incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação; **(ii)** as instruções de voto a serem proferidos pela Cia. nas Assembleias Gerais da Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A., e São Simão Energia S.A., todas sociedades controladas da Cia. ("Sociedades Controladas"), que serão realizadas na presente data ("AGEs"), convocadas para deliberar sobre a reforma integral dos Estatutos Sociais das Sociedades Controladas, mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de Artigos, incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia e procedida a leitura da Ordem do Dia, a acionista detentora da totalidade das ações, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, tomou as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Cia., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de Artigos, incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação, passando o Estatuto Social devidamente reformado e consolidado a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata, já refletindo todas as alterações aprovadas nesta Assembleia. **5.2.** Aprovar a emissão de instrução de voto aos Diretores da Cia. para votarem nas AGEs das Sociedades Controladas, aprovando a reforma integral dos Estatutos Sociais dessas Cias., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de Artigos, incisos, §§ e alíneas, bem como sua consolidação. **6. Presentes:** Mesa: Márcio Barata Diniz, presidente, e Izabelle Macêdo Nunes, secretária. Acionista: BRASIL PCH S.A., representada por seus diretores, Walter Nunes Seijo Neto e Márcio Barata Diniz. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi suspensa a Assembleia para a lavratura da Ata, em forma sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei 6.404/76, que foi lida, aprovada e firmada por todos os presentes. Belo Horizonte, 01/04/24. Documento assinado eletronicamente por Izabelle Macêdo Nunes, Secretária da Mesa.

**Estatuto Social: Capítulo I - Sociedade: Art. 1º:** A **PCHPAR – PCH Participações S.A.** ("Cia.") é uma S.A., regida pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º:** A Cia. tem por objeto o propósito específico de deter participações societárias nas seguintes Cias.: (i) São Simão Energia S.A.; (ii) São Joaquim Energia S.A.; (iii) São Pedro Energia S.A.; (iv) Calheiros Energia S.A.; (v) Funil Energia S.A.; (vi) Carangola Energia S.A.; (vii) Caparaó Energia S.A.; (viii) Santa Fé Energética S.A.; (ix) Monte Serrat Energética S.A.; (x) Bonfante Energética S.A.; (xi) Jataí Energética S.A.; (xii) Irara Energética S.A.; e (xiii) Retiro Velho Energética S.A. **Art. 3º:** A Cia. tem sede social e foro na Av. Prudente de Morais, nº 1.250, 10 e 11, bairro Coração de Jesus/BH, MG, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional. **Art. 4º:** A Cia. possui prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Art. 5º:** O capital social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 490.074.981,40, dividido em 377.645.430 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º:** Cada ação ordinária confere direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Cia. **Capítulo III - Assembleia Geral: Art. 6º:** A Cia. realizará, anualmente, uma AGO e, sempre que os negócios da Cia. assim o exigirem, Assembleias Gerais Extraordinárias. A AGO será realizada dentro do prazo de 4 meses seguintes ao encerramento do exercício social. **§1º:** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador ou advogado. **Art. 7º:** A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer Diretor da Cia., por escrito, com a observância da antecedência mínima de 8 dias da data de realização da Assembleia Geral e, à falta de quórum de instalação, far-se-á segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias, na forma da Lei das S.A.. **§1º:** A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas no *caput*, se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral. **§2º:** As Assembleias Gerais de Acionistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, maioria simples (50% + 1 = cinquenta por cento mais um voto) do capital social votante, salvo quando a Lei das S.A., ou a regulamentação aplicável, exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, instalar-se-ão com qualquer número de acionistas presentes. **Art. 8º:** A Assembleia Geral será instalada por qualquer membro da Diretoria da Cia. ou, na sua falta, por qualquer acionista, devendo os acionistas escolherem o Presidente e o Secretário da mesa que dirigirá os trabalhos. **Art. 9º:** As decisões da Assembleia Geral de Acionistas serão aprovadas pela maioria simples (50% +1) do capital votante da Cia. presente à Assembleia Geral, salvo quórum diverso, maior, expressamente previsto em lei ou neste Estatuto Social. **Art. 10:** Além de outras atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral: **a)** alterar o estatuto social da Cia. e/ou autorizar a alteração do estatuto social de suas Controladas; **b)** eleger e destituir os membros da Diretoria da Cia. e indicar os membros da Diretoria de suas Controladas; **c)** fixar a remuneração global dos administradores da Cia. e/ou de suas Controladas; **d)** tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Cia. e/ou apreciar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras de suas Controladas; **e)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do resultado e da distribuição de dividendos do exercício da Cia. e/ou de suas Controladas; **f)** autorizar a emissão de debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários, bem como qualquer alteração das condições de sua emissão, pela Cia. e/ou por qualquer de suas Controladas, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Cia.; **g)** deliberar acerca da avaliação de bens e/ou direitos com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social da Cia. e/ou de suas Controladas; **h)** deliberar sobre fusão, incorporação, transformação, cisão, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária, inclusive incorporação de outras sociedades, dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas, pela Cia. e/ou por suas Controladas; **(i)** deliberar sobre a alienação de ações de emissão de suas Controladas; **(j)** autorizar os administradores da Cia. e/ou de suas Controladas a confessar falência, dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; **(k)** criar novas classes ou espécies de ações de emissão da Cia. e/ou autorizar a criação de novas

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
**https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.



AVIAÇÃO

# Aeroporto de Divinópolis receberá R$ 27 mi

## Administração do terminal na região Centro-Oeste do Estado será transferida para a Infraero pela Prefeitura

THYAGO HENRIQUE

O Aeroporto Brigadeiro Antônio Cabral, situado em Divinópolis, na região Centro-Oeste de Minas Gerais, receberá um aporte de R$ 27 milhões da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) entre 2024 e 2025. O valor será aportado na reforma e na adequação da infraestrutura do espaço. O aeródromo não recebe voos operacionais há cerca de seis anos.

Conforme informações da companhia, entre as melhorias a serem realizadas, estão a construção de um novo terminal de passageiros, a recuperação do pátio de aeronaves, a adequação de barreiras patrimoniais e a implantação de balizamento. Estão previstos também a adequação de barreiras patrimoniais, a implantação de balizamento, o reforço da pista de pousos e decolagens e a implantação de Indicador de Trajetória de Aproximação de Precisão (Papi) na cabeceira 35.

Recentemente, a Prefeitura de Divinópolis realizou algumas intervenções no local. Segundo o secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, Luiz Angelo Gonçalves, ocorreram a implantação da Área de Segurança de Fim de Pista (Resa), instalação de auxílios visuais, verticais, horizontais e luminosos, e a homologação do Papi – equipamento importante para as operações, especialmente nos casos de condições meteorológicas adversas.

"Dessa forma, finalizamos o termo de convênio que temos com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), porque boa parte dos investimentos veio do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) com as contrapartidas também da Prefeitura de Divinópolis", destacou.



DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

**Aportes serão feitos na reforma e adequação do equipamento**

Conforme ele, a partir da conclusão das obras e das adequações, as exigências da Azul Linhas Aéreas para voltar a operar na cidade foram cumpridas, o que deve permitir, em breve, o anúncio da retomada dos voos comerciais no aeroporto do Centro-Oeste mineiro. Gonçalves destaca que a companhia já informou ao Executivo municipal que terá quatro voos diários no aeródromo.

**Transferência -** Na última segunda-feira (20) foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a transferência do terminal mineiro para a Infraero, que será responsável pela administração, operação e exploração do equipamento. A transição operacional deverá ser concluída no prazo de até 120 dias após a publicação. Até então, a outorga do aeroporto era da prefeitura de Divinópolis, que firmou contrato com a companhia pública nacional em 2019 para fazer a gestão e operação do espaço.

Há mais de um ano, conforme o secretário, a Prefeitura de Divinópolis vinha trabalhando para transferir a outorga do aeroporto ao governo federal, já que os aeroportos bem-sucedidos do País estão sob a gestão do Executivo brasileiro ou da iniciativa privada. Gonçalves destaca que os trabalhos que o município desenvolveu no local nos últimos tempos fez o aeródromo entrar no plano nacional da aviação civil e, assim, houve o interesse da Infraero em assumir o espaço.

A Infraero com posse do equipamento é benéfico para o município, de acordo com ele. O secretário diz que haverá uma redução de despesas operacionais – são gastos mais de R$ 200 mil por mês apenas com a manutenção do aeroporto, isso sem considerar aportes – e investimentos poderão ser implementados no espaço com mais agilidade e menos burocracia. Além disso, a empresa tem larga experiência na administração de grandes aeroportos brasileiros.

**Reposicionamento -** A estatal está passando por um reposicionamento de mercado, com foco nos aeroportos regionais e, nesse contexto, já recebeu, além de Divinópolis, a outorga de outros oito terminais, incluindo os de Governador Valadares e Vale do Aço. No Estado, a empresa também faz a gestão dos aeroportos de Juiz de Fora e Poços de Caldas, por meio de contratos firmados com as prefeituras.

---

**CTR SANTA LUZIA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS S.A.**

CNPJ/MF nº 32.319.776/0001-65 - NIRE nº 3130014729-1

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

[illegible] ... para o exercício de 2024. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2024. Mesa: Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Presidente; Helder Filipe Teixeira Bessa - Secretário . Acionistas: **Orizon Meio Ambiente S.A.** (Pelos seus diretores: Srs. Leonardo Roberto Pereira dos Santos e Milton Pilão Júnior). **Suma Brasil Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A.** (Pelos seus diretores: Srs. Helder Filipe Teixeira Bessa e Norberto Jorge Rodrigues Alves da Costa). Registro na JUCEMG nº 11697691 em 13/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

---

**ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

(lavrada na forma de sumário como faculta o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Aos 30 de abril de 2024, às 18:00 horas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), de forma digital, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404/76. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, sendo a acionista Vale S.A. ("Vale"), neste ato representada por seu procurador, Sr. Matheus Carvalho Silvestre (procuração outorgada em 18/12/2023), que cumpre orientação de voto proferida pelos Srs. Gustavo Duarte Pimenta e Alexandre Silva D'Ambrosio (Decisão de Diretores Executivos em Conjunto - DEC048/2024, de 22/04/2024) e Cemig Geração e Transmissão S.A ("Cemig GT"), neste ato representada por seu procurador, Sr. Denis Teixeira Ferreira Dias (procuração outorgada em 14/04/2023), que cumpre orientação de voto proferida pelos Diretores Estatutários da Cemig GT proferida em 01/04/2024. Verificado, portanto, quórum suficiente para a instalação desta Assembleia e para as deliberações constantes da Ordem do Dia. **3. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2023**: O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31/12/2023, acompanhados do parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, foram publicados no jornal impresso Diário do Comércio em 21/03/2024, às folhas 3 a 5 e na edição digital do jornal Diário do Comércio em 21/03/2024. **4. MESA:** Na forma estatutária: I) Presidente: Sr. Denis Teixeira Ferreira Dias e, II) Secretário: Sr. Matheus Carvalho Silvestre. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: I) as contas dos administradores; II) as demonstrações financeiras do exercício social de 2023; III) o parecer dos auditores independentes e o relatório da administração; IV) a destinação do lucro líquido do exercício de 2023; V) a proposta de distribuição de dividendos; e VI) a remuneração global dos Administradores. **6. DELIBERAÇÕES:** Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a Assembleia foi regularmente instalada e os acionistas, após debates e discussões, por unanimidade, sem quaisquer restrições, alterações e/ou ressalvas, aprovaram o que segue: 6.1. A lavratura da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ficando o Secretário autorizado a emitir tantas cópias quantas forem necessárias para cumprir com as disposições legais em vigor, bem como considerar sanada a ausência da publicação dos anúncios de disponibilização, aos acionistas, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, em conformidade com o caput c/c §4º do artigo 133 da Lei 6.404/1976, haja vista que estes documentos foram publicados antes da realização desta Assembleia. 6.2. As contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. 6.3. A proposta de destinação da totalidade do lucro líquido referente ao exercício social de 2023, no valor de R$ 356.459.470,97 (trezentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e sete centavos) para a conta de dividendos a pagar, descontando os montantes já antecipados em 2023 no valor de R$170.035.595,56 (cento e setenta milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), restando R$186.423.875,41 (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos), a serem pagos aos acionistas, a título de dividendos, cujos nomes constem do Livro de Registro de Ações, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, sendo: (I) o valor de R$ 62.141.291,81 (sessenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e um centavos) a ser pago em até 30 dias após a aprovação da AGO; (II) o valor de R$ 62.141.291,80 (sessenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta centavos) a ser pago até 31 de julho de 2024 e (III) o valor de R$ 62.141.291,80 (sessenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta centavos) a ser pago até 30 de setembro de 2024. Não haverá destinação de recursos para a Conta de Reserva Legal, tendo em vista que já foi atingido o seu limite legal, conforme disposto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/1976. 6.4. A fixação da remuneração anual e global dos Administradores da Companhia, para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 3.012.330,30 (três milhões, doze mil, trezentos e trinta reais e trinta centavos), a ser distribuída pelo Conselho de Administração. **7. ENCERRAMENTO:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada. Belo Horizonte, 30 de abril de 2024. **Assinaturas: Mesa:** Denis Teixeira Ferreira Dias - Presidente e Matheus Carvalho Silvestre - Secretário. **Acionistas:** Vale S/A, p.p. Matheus Carvalho Silvestre e Cemig Geração e Transmissão S.A, p.p. Denis Teixeira Ferreira Dias. Confere com o original lavrado em livro próprio. Denis Teixeira Ferreira Dias. JUCEMG - Registro nº 11710786 em 17/05/2024 e Protocolo 243011105 em 16/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

---

**TRATO LOGÍSTICA S.A.**

CNPJ/MF 13.754.422/0001-02 - NIRE 31.300.116.085 - Companhia Fechada

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 30 dias do mês de abril de 2023, às 15:00 horas, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Trato Logística S.A. ("Companhia" ou "Trato"), com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, 6º andar, Parte, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904, de forma digital, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), regulamentados pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"). **2. Convocação, Presença e Quórum:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma prevista no Artigo 124, § 4º da Lei das S/A, em razão da presença da sua acionista titular de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Companhia, VLI Multimodal S.A. ("Acionista"), conforme registros e assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas, sendo a AGOE considerada regularmente instalada para efetuar as deliberações constantes da Ordem do Dia. Presentes, ainda, o Diretor da Companhia, Vanderlei Azevedo Marques e o Advogado da Companhia, Tomás Vaz de Oliveira Brandão, para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários, nos termos e para os fins do artigo 134, § 1º, da Lei das S/A. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Vanderlei Azevedo Marques, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **4. Leitura dos Documentos:** Foi dispensada, pela Acionista, a leitura do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, e do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que os documentos foram devidamente publicados no Jornal Diário do Comércio de Minas Gerais, em sua versão impressa na página 12 e em sua versão digital na página 1, ambas as edições do dia 26 de março de 2024, na forma do disposto pelo § 5º, do artigo 133 e incisos I e II do artigo 289, da Lei das S/A. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **a) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Apreciação das contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** A proposta sobre a destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Eleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia; e **b) Em Assembleia Geral Extraordinária (i)** A fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **6. Deliberações:** Após a análise das matérias constantes da Ordem do Dia, a Acionista, sem quaisquer restrições, ressalvas ou reservas, delibera nos termos a seguir: **a) Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.** Aprovar as contas da administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **6.2.** Aprovar a destinação do resultado negativo no valor de **R$31.077.293,68** (trinta e um milhões e setenta e sete mil e duzentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), a ser destinado para conta de prejuízos acumulados; e **6.3**. Aprovar a absorção dos prejuízos acumulados no exercício findo 31/12/2023 totalizando **R$31.077.293,68** (trinta e um milhões e setenta e sete mil e duzentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) pela Reserva de Capital. **6.4.** Aprovar a eleição dos seguintes membros da Diretoria Executiva da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da presente data, ou até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026: **6.4.1. Carolina Hernandez Tascon**, colombiana, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade Estrangeira RNE: V5394893, inscrita no CPF/MF sob o n° 233.217.448-64, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050, para o cargo de Diretora-Presidente da Companhia. **6.4.2. Vanderlei Azevedo Marques**, brasileiro, engenheiro de produção, união estável, inscrito no CPF sob o nº 024.249.607-55, portador da cédula de identidade 089.582.17-5, com endereço profissional à Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. **6.4.3**. Diante das deliberações acima, consigna-se a Diretoria da Companhia que passa a ser composta conforme abaixo, para um mandato até 30 de abril de 2026 ou até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026: **Nome/Cargo:** Carolina Hernandez Tascon - Diretora-Presidente; Vanderlei Azevedo Marques - Diretor sem Designação Específica; **6.4.4**. A posse dos Diretores ora eleitos será realizada mediante assinatura do Termo de Posse, contendo Declaração de Desimpedimento, lavrado em livro próprio da Companhia e conforme legislação aplicável. **6.4.5**. Fica consignado que os Diretores ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, que têm conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S/A e preenchem os requisitos legais para exercer a administração da Companhia, bem como: **(i)** não estão impedidos por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, §1º da Lei das S/A; **(ii)** não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta, conforme estabelecido no artigo 147, §2º da Lei das S/A; **(iii)** atendem aos requisitos de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das S/A; e **(iv)** não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, não tendo, nem representando, interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, §3º, incisos I e II da Lei das S/A. **6.4.6.** A Companhia manterá arquivados em sua sede os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos Diretores ora eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei das S/A. **b) Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.5.** Aprovar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais) para a remuneração anual global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, delegando a Diretoria a distribuição do valor ora aprovado. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Acionista. Presidente: Sr. Vanderlei Azevedo Marques e Secretário: Tomás Vaz de Oliveira Brandão. Acionista: VLI Multimodal S.A. (p.p. Tomás Vaz de Oliveira Brandão). Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* **Tomás Vaz de Oliveira Brandão -** Secretário. JUCEMG - Registro nº 11716362 em 20/05/2024 e Protocolo 242949258 em 09/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

---

**ULTRAFÉRTIL S.A.**

CNPJ/MF nº 02.476.026/0001-36 - NIRE 3130011503-8 - Companhia Fechada

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE ABRIL DE 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 11:00 horas, ocorreram as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Ultrafértil S.A. ("Companhia"), de forma digital, nos termos dos artigos 121 § único, e 124 § 2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), regulamentados pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"). **2. Convocação, Presença e Quórum:** Edital de Convocação publicado no Diário do Comércio nas edições dos dias 29/03/2024 (pág. 13 da versão impressa e página 01 da versão digital), 02/04/2024 (pág. 06 da versão impressa e página 01 da versão digital) e 03/04/2024 (pág. 08 da versão impressa e 01 da versão digital). Presentes as acionistas representando 99,16% (noventa e nove inteiros e dezesseis centésimos por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme registros e assinaturas no Livro de Presença das Acionistas, quais sejam: VLI Multimodal S.A. ("VLI Multimodal"), representada por seu procurador, Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão e a Vale S.A. ("Vale") representada por seu procurador, Sr. Maurício Pereira Vasconcelos, que cumpre orientações de voto proferidas pelos Vice-Presidentes Executivos da Vale, Srs. Gustavo Duarte Pimenta e Marcello Magistrini Spinelli (Decisão de Executivos em Conjunto – DEC nº 042/2024 de 16/04/2024 e 046/2024 de 22/04/2024). Presentes ainda, o membro titular do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários, e o Advogado da Companhia, Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão, para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários, nos termos e para os fins do artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das S/A, tendo sido dispensada a presença dos auditores independentes da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariá-lo. **4. Leitura dos Documentos:** Foi dispensada, por unanimidade das acionistas presentes, a leitura do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, e do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que os documentos já eram de conhecimento das acionistas, pois foram devidamente publicados no Jornal Diário do Comércio de Minas Gerais, em sua versão impressa, à página 09 e em sua versão digital, às páginas 01 a 03, ambas edições do dia 26 de março de 2024, na forma do §5º do artigo 133 e dos incisos I e II do artigo 289 da Lei das S/A. **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se as acionistas da Companhia em AGOE para deliberar sobre as seguintes matérias: **a) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o orçamento plurianual de capital para a realização de investimentos da Companhia durante o exercício social de 2024; **(iii)** a proposta sobre a destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a consignação da renúncia de membro do Conselho de Administração; e **(v)** a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia. **b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas presentes deliberaram por unanimidade e sem qualquer condição ou ressalva: **a) Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1**. Aprovar as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **6.2.** Aprovar o orçamento plurianual de capital apresentado aos órgãos de administração da Companhia no Plano de Negócios para a realização de investimentos durante os próximos dois anos, no valor mínimo de **R$83.927.934,25** (oitenta e três milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos) conforme descrito e justificado na Proposta da Administração e nos termos do art. 196, §1º, da Lei das S/A; **6.3**. Aprovar a proposta de destinação do lucro apurado pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de **R$117.793.591,94** (cento e dezessete milhões, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e um reais e quatro centavos), sendo: **i. R$5.889.679,60** (cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) para a **constituição de reserva legal**; **ii. R$27.975.978,09** (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e cinto mil, novecentos e setenta e oito reais e nove centavos), para **pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas**, os quais deverão ser pagos até 31/12/2024; e **iii. R$83.927.934,25** (oitenta e três milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), para a **reserva de retenção de lucros,** nos termos do art. 196, §1º, da Lei das S/A; **6.4.** Tomar ciência da renúncia: **6.4.1.** da Sra. **Silvana Alcântara Oliveira de Souza**, brasileira, advogada, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 134.151.178-20, portadora do documento de identidade nº 158483, emitido pela OAB RJ, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - parte, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-904, apresentada dia 18 de março de 2024, ao cargo de Membro Suplente da Sra. Rute Melo Araújo no Conselho de Administração da Companhia. **6.4.2**. do Sr. **Daniel Antony Augsten Lisboa**, brasileiro, administrador, casado, portador do documento de identidade nº 10413977, emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 052685016-74, com endereço profissional na Praia de Botafogo, 186, 19º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-145, apresentada dia 02 de abril de 2024, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia. **6.5.** Aprovar a eleição dos membros do Conselho de Administração abaixo indicados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da presente data, ou até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, o que ocorrer por último: **6.5.1. Carolina Hernandez Tascon**, colombiana, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade Estrangeira RNE nº V5394893, inscrita no CPF/MF sob o n° 233.217.448-64, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - parte, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-904, para o cargo de Membro Titular no Conselho de Administração da Companhia; **6.5.2. Rute Melo Araujo**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 26.731.406, emitido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 192.181.808-51, com endereço profissional com endereço profissional na Rua Sapucaí, Nº 383, 7º andar – parte, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-904, para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia; **6.5.3. Fábio Tadeu Marchiori Gama**, brasileiro, engenheiro químico, casado, portador do documento de identidade nº 15549110, emitido pela SSP SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.106.628-75, com endereço profissional Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - parte, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-904, para o cargo de Membro Titular no Conselho de Administração da Companhia; **6.5.4. Fabrício Rezende de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1306270, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.569.617-71, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - parte, bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-904, para o cargo de Membro Suplente do Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama no Conselho de Administração da Companhia. **6.5.5. Nicolle Tancredi Coelho**, brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da carteira de identidade nº 123323834, emitido pela IFP RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 116.506.817-63, com endereço profissional na Praia de Botafogo, 186, 19º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22250-145, para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia; e **6.5.6. Vitor Ribeiro Vieira,** brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 00196245557, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.751.577/13, com endereço profissional na Praia de Botafogo, 186, 19º andar, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia. **6.4.7.** Tendo em vista as eleições retro realizadas, a composição consolidada de membros titulares e respectivos suplentes no Conselho de Administração da Companhia passa a ser: **Titular -** Carolina Hernandez Tascon, Rute Melo Araújo, Fábio Tadeu Marchiori Gama, Nicolle Tancredi Coelho, Vitor Ribeiro Vieira. **Suplente -** [vago], [vago], Fabrício Rezende de Oliveeira, [vago], [vago]. **6.4.10.** Permanecerão vagos, por ora, os cargos de suplente da Sra. Carolina Hernandez Tascon, membro suplente da Sra. Rute Melo Araújo, membro suplente da Sra. Nicolle Tancredi Coelho e membro suplente do Sr. Vitor Ribeiro Vieira no Conselho de Administração da Companhia, que serão indicados e eleitos oportunamente em Conselho de Administração e Assembleia específicas, respectivamente, nos termos do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a Lei das S/A. **6.4.11.** A posse dos membros do Conselho de Administração será realizada mediante assinatura dos respectivos termos de posse, contendo declaração de desimpedimento, lavrados em livro próprio da Companhia e conforme legislação aplicável. **6.4.12.** A Companhia manterá arquivados em sua sede os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos Conselheiros ora eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei das S/A. **b) Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.5.** Aprovar o valor de até de R$128.492,00 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais) como remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, cabendo ao Conselho de Administração deliberar pela distribuição de tal remuneração. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos da AGOE, dos quais se lavrou a presente ata, em forma de sumário, na forma prevista no Art. 130, §1º, da Lei das S/A, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Presidente e a Secretária declaram, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta AGOE. Mesa: Fábio Tadeu Marchiori Gama - Presidente e Tomás Vaz de Oliveira Brandão – Secretário. Acionistas Presentes: Vale S.A. (p.p. Maurício Pereira Vasconcelos) e VLI Multimodal S.A. (p.p. Tomás Vaz de Oliveira Brandão). Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.* **Tomás Vaz de Oliveira Brandão -** Secretária da Mesa. **Certidão:** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11710734 em 17/05/2024 e protocolo: 242947743 em 09/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

---

**BRASIL PCH S.A.**

**CNPJ/MF 07.314.233/0001-08 - NIRE 31.3.0011084-2**

**Ata da AGE em 01/04/24. 1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 01/04/24, às 09h, na sede social da Cia., na Av. Prudente de Morais, 1.250, 10º e 11º, bairro Coração de Jesus, BH/MG ("Cia."). **2. Convocação e Instalação:** Presentes as acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Cia.. Em razão do comparecimento das únicas acionistas da Cia., foi dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Paulo Celso Guerra Lage, que convidou a Sra. Izabelle Macêdo Nunes para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a reforma integral do Estatuto Social da Cia., mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de arts., incisos, parágrafos e alíneas, bem como sua consolidação; e **(ii)** a instrução de voto a ser dada aos Diretores da Brasil PCH para votarem na AGE da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("PCHPAR") a ser realizada na presente data ("AGE PCHPAR"), convocada para apreciar as seguintes matérias: **(a)** reforma integral do Estatuto Social da PCHPAR, mediante alteração, inclusão, exclusão e renumeração de arts., incisos, parágrafos e alíneas, bem como sua consolidação; e **(b)** instrução de voto a ser dada aos Diretores da PCHPAR para votarem nas AGEs da Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., [illegible]

[illegible]

seja assegurada a participação efetiva e autenticidade de seu voto, os Conselheiros deverão entregar, nos 4 dias úteis seguintes às reuniões, na sede social ou enviar por correio eletrônico, documentos por eles subscritos confirmando a sua participação e o teor dos seus votos, dispensando-se tal providência com a assinatura da correspondente ata de reunião do Conselho de Administração pelo referido Conselheiro, que fará referência à forma pela qual o Conselheiro se manifestou. § 6º: Independentemente das formalidades previstas neste Art. 14º, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros em exercício. **Art. 15º:** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por voto da maioria dos Conselheiros presentes à reunião, sendo assegurado ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate. **Art. 16º:** Além dos assuntos estabelecidos em lei, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** definição da política geral e de administração da Cia. e/ou das Controladas; **(b)** celebração, alteração, modificação ou rescisão de contratos de qualquer natureza, contração de obrigações, aquisições, alienações, hipoteca, empenha ou qualquer forma de oneração de bens móveis ou imóveis: (a) pela Cia., isoladamente, cujo valor, em uma única operação, seja superior a R$ 1.000.000,00 e igual ou inferior a R$ 5.000.000,00, (b) por uma Controlada, isoladamente, cujo valor, em uma única operação, seja superior a R$ 1.000.000,00 e igual ou inferior a R$ 5.000.000,00, ou (c) em Operações Vinculadas, cujo valor seja superior, no agregado, a R$ 3.000.000,00 e igual ou inferior a R$ 5.000.000,00; **(c)** decisão sobre quaisquer controvérsias, reivindicações, processos judiciais ou administrativos envolvendo matéria fundiária, incluindo, mas não se limitando a, servidões de passagem, desapropriações ou quaisquer [illegible]

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.



CONJUNTURA

# Médias empresas estão menos confiantes

## Temor de um aumento da pressão inflacionária é um dos fatores que afetaram indicador divulgado pela FDC

RODRIGO MOINHOS

Recuperação econômica lenta e a persistente pressão inflacionária corroboram para o cenário desafiador que as médias empresas vão enfrentar no decorrer dos próximos meses. Diante disso, o Índice de Confiança de Médias Empresas (ICME), da Fundação Dom Cabral (FDC), registrou uma leve queda de 1,3 ponto no primeiro semestre de 2024, chegando a 43,7 pontos, permanecendo abaixo da marca de referência de 50 pontos, indicando moderada confiança empresarial para o segundo semestre de 2024.

A redução foi impulsionada principalmente por uma queda de 2,3 pontos nas expectativas futuras. Porém, muitas das empresas ainda estão resilientes, sendo capazes de encontrar oportunidades de crescimento. Isso porque, em 2023, as médias empresas demonstraram crescimento sólido em relação a 2022, tanto em faturamento quanto no incremento no número de funcionários, segundo apontou o ICME.

No geral, 53% das médias empresas apresentaram crescimento, com aumento médio de 5,27% em faturamento. No que diz respeito ao número de funcionários, as médias empresas tiveram saldo positivo de 1,51% nas novas contratações, sendo que 33% aumentaram o número de trabalhadores.

> *"Os empresários das médias empresas esperam, em relação aos próximos seis meses, mais turbulências políticas, sociais e o retorno da pressão inflacionária"*

De acordo com o professor da FDC Médias, Plínio Monteiro, os empresários guiam bem pouco os investimentos baseados em questões macroeconômicas. "Mesmo com as transformações políticas, sociais e econômicas impactando, os empresários conseguem caminhar em um contexto de turbulência, apesar de perceberem um cenário não muito favorável", avaliou.

O ICME segue tendência de redução de confiança nos setores, tanto na avaliação das condições atuais quanto em relação às expectativas futuras, exceto no segmento de comércio, que apresentou ligeira tendência de alta nas condições atuais, passando de 39,9 pontos para 39,8 pontos quando comparado ao último semestre de 2023. "Os empresários das médias empresas esperam, em relação aos próximos seis meses, mais turbulências políticas, sociais e o retorno da pressão inflacionária e, com isso, uma certa piora na economia", disse.

De acordo com a FDC, o Índice de Confiança das Médias Empresas do setor da indústria recuou de 44,2 no segundo semestre de 2023 para 42,6 no primeiro semestre de 2024. O índice do comércio passou de 42,6 pontos nos últimos seis meses de 2023 para 42,2 nos primeiros seis meses de 2024 e o setor de serviços caiu de 47,5 pontos no segundo semestre de 2023 para 45,8 nos seis primeiros meses de 2024.

Por outro lado, a percepção das condições atuais manteve-se estável, com uma redução não significativa, da ordem de 0,2 ponto. Esse resultado sugere que os executivos de empresas de médio porte estão observando uma continuidade nas condições atuais do cenário econômico, político e social, porém, atentos aos sinais de risco que continuam impactando nas suas expectativas futuras.

**Cenário negativo -** Já o Índice das Expectativas Futuras recuou 2,3 pontos, chegando a 45,9 pontos, revertendo uma tendência de melhoria que se mostrou persistente desde o segundo semestre de 2022 até o segundo semestre de 2023. Este resultado negativo se deve especialmente a uma piora nas expectativas em relação à economia brasileira, perspectiva de piora em fatores do "ambiente político e social" e a avaliação de que a pressão inflacionária continuará nos próximos seis meses.

"A última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou para a possibilidade de redução da taxa de juros, mesmo sem a inflação estar bem controlada. E existem fatores como o aumento nos gastos públicos que podem gerar incertezas, ainda mais aliados à variação cambial e conflitos pelo mundo", ponderou o professor.

O ICME é um determinante da intenção de investimentos e da expectativa de crescimento das empresas de médio porte, com os executivos utilizando-o como um termômetro sobre o ambiente atual de negócios e expectativas futuras. Com isso é possível inferir sobre o nível de investimentos que as empresas estão projetando para os próximos meses.

FDC / DIVULGAÇÃO

FDC apunta que apesar de menos confiantes, médias empresas registraram crescimento

*REFORMA TRIBUTÁRIA*

# Demora na definição das novas regras divide opiniões

## Projeto com regulamentação ainda não avançou no Congresso Nacional

JULIANA SODRÉ

Há quase um mês, no dia 24 de abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o principal projeto de regulamentação da reforma tributária. Entretanto, a proposta está parada na Câmara Federal. O presidente da casa ainda não definiu o grupo de trabalho que vai analisar a proposta e pelo lado do governo, ainda falta enviar o projeto que cria o comitê gestor. A situação divide especialistas ouvidos pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, quanto aos impactos e interferência que a demora pode proporcionar.

O texto instituí a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma. A proposta vai tratar ainda da atuação do Comitê Gestor do IBS e da distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos.

Eduardo Natal, sócio do escritório Natal & Manssur, e presidente do Comitê de Transação Tributária da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat), lembra que existe um prazo para o Congresso regulamentar as alíquotas e a própria legislação complementar da Emenda Constitucional (EC) 132/2023. "Esse prazo seria até 20 de junho, mas poderá ser prorrogado. Essa demora na deliberação do Legislativo, fomenta a especulação sobre itens fundamentais da reforma, como a definição das operações beneficiadas com redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS e a definição dos critérios da não cumulatividade dos mencionados tributos, podendo inclusive impactar futuramente na fixação da alíquota padrão da CBS e do IBS, após o período de teste de 1% em 2026", diz Natal.

Na opinião do tributarista, há diversos índices sendo especulados, inclusive por especialistas em finanças públicas, de que a alíquota será entre 26,5% e 28%, "o que seria uma alíquota muito alta por mais que tenha uma recuperabilidade nesse sistema de valor agregado, em que cada etapa da cadeia subsequente recupera o tributo pago na etapa anterior", comenta Natal.

Ele explica que de acordo com a emenda constitucional, está prevista uma alíquota teste de 1% em 2026, sendo 0,8% a cargo dos estados e municípios e 0,2% a cargo da União, para que o País possa entender como vai funcionar a dinâmica dessa nova tributação. Em 2027, entra gradualmente a CBS e depois, entre 2029 e 2033, a completa mudança do sistema atual, eliminando o ICMS, ISS, PIS e Cofins.

"Sabemos que o processo legislativo tem seu tempo e os congressistas podem propor emendas e sugestões de modificação, o que pode comprometer a estrutura de tributação que deve atender, dentre outros, aos princípios da simplicidade, transparência, da justiça fiscal, além de evitar a regressividade", opina Natal.

**Interesses -** O advogado, também tributarista, Flávio Pedron avalia que após a aprovação da Emenda Constitucional, havia a expectativa de que a tramitação da regulamentação fosse mais rápida. "Mas como envolve interesses dos estados e municípios, a negociação fica mais lenta", diz.

Pedron ressalta que o momento é de embate no Senado para definir as alíquotas dos produtos que vão compor a cesta básica. Ele explica que todo o projeto da reforma leva em consideração o Brasil a partir de uma perspectiva macro e, portanto, apaga, de certa maneira, hábitos e regionalismos. "Por exemplo, o café é muito consumido em Minas, mas a erva-mate é muito mais nos estados do Sul, e pressupor que a bebida matinal do brasileiro seja o mate ou café gera uma série de discussões. Ao mesmo tempo, também tem o encarecimento de produtos que não forem considerados básicos, porque nós vamos ter uma alíquota padrão", comenta.

O advogado lembra ainda que as ações estão dentro do prazo e que precisamos levar em consideração que a reforma só está programada para efetivamente ser implementada em 2028. "Aliado a isso, a gente precisa lembrar que nós brasileiros gostamos de deixar tudo para a última hora. Então, as coisas caminham a passos mais lentos", opina.

RENATO RAMALHO / NATAL & MANSSUR



Natal: demora na definição das regras fomenta especulações

## *Corecon-MG aponta esforço para aprovação*

A presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Valquíria Assis, alega que para quem já esperou quatro décadas para a regulamentação da reforma tributária, "o que se está se vendo é um consenso entre os poderes, tanto do governo, do Congresso Nacional e do Senado, e uma força muito grande de aprovar essa reforma tributária", avalia.

Na avaliação da presidente do Corecon-MG, o período de transição para a reforma tributária "é crucial para assegurar uma implementação eficiente e bem-sucedida do novo sistema tributário, promovendo uma estabilidade de segurança jurídica para os contribuintes e agentes econômicos", diz.

E ressalta ainda que apesar dos desafios previstos com esvaziamento do parlamento durante as eleições municipais, "há um interesse muito forte do Congresso Nacional em aprovar as regras estabelecidas. O projeto vem em um momento oportuno e com prazos bem definidos", conclui. **(JS)**

*MARCHA DOS PREFEITOS*

# Lula anuncia acordo com os municípios

**Brasília -** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem acordo para manter em 8% neste ano a alíquota previdenciária para municípios, e disse que o governo apresentará um prazo de financiamento para as dívidas das prefeituras com a Previdência e com o pagamento de precatórios.

Lula afirmou, em discurso na 25ª edição da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que o objetivo é aliviar as contas das administrações municipais, e reconheceu que o governo federal transfere muitas responsabilidades para as cidades e precisa repassar recursos aos municípios na mesma proporção.

"O governo federal, junto com a Suprema Corte, o Senado e a Câmara, estabeleceu a manutenção da alíquota da Previdência dos municípios em 8%", disse Lula aos prefeitos, acrescentando que foi acatado pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela suspensão da volta da alíquota para 20%.

Lula lembrou que a medida terá de ser aprovada em projeto de lei no Congresso, que será relatado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a quem o presidente pediu urgência.

"O que é mais importante, companheiro Jaques Wagner, é que nós temos no máximo 60 dias para votar esse projeto de lei, então nós temos que trabalhar com muita urgência para que os prefeitos não sejam pegos de surpresa", acrescentou.

A questão da desoneração da alíquota previdenciária dos entes municipais, que também englobava a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, vinha gerando atrito entre o governo e o Congresso desde o ano passado.

O Legislativo aprovou a desoneração, que foi então vetada por Lula, mas acabou sendo mantida pelos parlamentares com a derrubada do veto. O governo conseguiu então, por meio da AGU, uma liminar no STF contra a desoneração, o que gerou críticas e irritação em lideranças do Legislativo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a dizer que o objetivo da liminar era levar as partes para a mesa de negociação, e o governo fechou um acordo para uma reoneração gradual com os setores beneficiados e agora também em relação à desoneração previdenciária dos municípios.

**Financiamento -** Ao anunciar um pacote de medidas voltadas para as prefeituras durante a marcha, Lula também afirmou que serão apresentadas novas regras para o financiamento das dívidas dos municípios com a Previdência e com o pagamento de precatórios.

"O governo apresentará novo prazo para financiamento de dívidas previdenciárias dos municípios com renegociação de juros e teto máximo de comprometimento da receita corrente líquida", prometeu.

"O governo apresenta novas regras para pagamento de precatórios a fim de facilitar a liquidação dos mesmos e aliviar as contas públicas dos municípios por meio de um teto máximo do comprometimento da receita corrente líquida", acrescentou. **(Reuters)**

**COMARCA DE BELO HORIZONTE – 1ª VARA CÍVEL** – Edital de CITAÇÃO – Prazo de 20(vinte) dias. A MM. Juíza de Direito, Lílian Bastos de Paula, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... FAZ saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que, perante este Juízo e Secretaria, tramitam os autos do Processo Judicial Eletrônico **5031671-80.2019.8.13.0024**, relativo ao Procedimento Comum, movido por **ASSOCIACAO SANTA MARCELINA** em desfavor de **ANDERSON LUCIO MAGALHAES CAMPOS** atribuindo-se à causa a quantia de R$13.137,01. É o presente edital para CITAR ANDERSON LUCIO MAGALHAES CAMPOS, CPF 791.713.466-00, para apresentação de contestação, no prazo de 15(quinze) dias, salientando-se que eventual silêncio implicará na nomeação de curador especial, na forma do art. 72, II, do CPC. Pelo que se expediu o presente edital, que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Classe: [Cível] Execução De Título Extrajudicial Edital Juízo Do Direito Da 22ª Vara Cível Da Comarca De Belo Horizonte/MG. Edital De Citação. Prazo De 20 Dias. Christyano Lucas Generoso, MMº Juiz de Direito da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam os termos de uma Ação de Execução, Processo: 5066270-40.2022.8.13.0024 promovida por Polimix Concreto LTDA contra Canaa Construcoes E Ferragens Eireli. E, estando a executada Canaa Construcoes E Ferragens Eireli em lugar incerto e não sabido, fica a mesma citada por este edital para, no prazo de 03(três) dias contados da citação, pagar a importância de R$7.883,88 (Sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), devidamente atualizada em abril de 2022, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado e custas iniciais, sob pena de serem penhorados tantos de seus bens quantos baste para garantia do débito. No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Os executados, independente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias. O(A) executados, comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06(seis)vezes na forma do artigo 916 do CPC. Este edital é publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 09 de maio de 2024. K-21e22/05

**DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS S/A**
CNPJ 17.159.518/0001-75
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os senhores acionistas da Domingos Costa Indústrias Alimentícias S/A convocados na forma dos artigos 123/124, da Lei Federal 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a teor do parágrafo único do art. 131 da mesma Lei.
A Assembleia será realizada às 8:00 horas do dia 03 de junho de 2024 em primeira convocação, e as 8:15 horas em segunda convocação, na sede da Empresa, a Praça Louis Ensch, 160, Cidade Industrial, Contagem, Minas Gerais, com a seguinte ordem do dia:
I - Aprovar o Protocolo e Justificações da incorporação da INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ DE PAULA S/A firmado em 21 de maio de 2024;
II - Decidir a incorporação do acervo da INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ DE PAULA S/A.
Contagem, 21 de maio de 2024.
PATRICIA MACEDO COSTA
Diretor Presidente

COMARCA DE UBERABA/MG – EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, **JOSÉ PAULINO DE FREITAS NETO**, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam, por este Juízo de Direito e Secretaria da 4ª Vara Cível, os Autos nº 5015292-70.2019.8.13.0701, da **BUSCA E APREENSÃO**, requerida por **ITAU UNIBANCO S.A.**, em face de **SILVIO DONIZETTI FERREIRA**. E que, pelo presente Edital, *CITA o réu* ***SILVIO DONIZETTI FERREIRA***, Estado Civil/União Estável: desconhecido, Profissão: desconhecida, endereço eletrônico administrativo@novaeratransportes.com, inscrito(a) no CPF sob nº 320.666.196-04, atualmente em local incerto e não sabido, para os termos da referida ação, pela qual o autor pretende a busca e apreensão de veículo financiado em favor do mesmo, bem como, custas processuais e honorários advocatícios, para havendo interesse apresentar contestação, com observação aos termos do art. 544, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, ciente de que já ocorrera a apreensão do bem. Por derradeiro, fica, também, cientificado o citado de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, do CPC). E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume neste Juízo de Direito, situado no Fórum Melo Viana, na Av. Maranhão, 1580, Uberaba/MG. DADO E PASSADO, nesta cidade, Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, data quando da assinatura. (a) Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, Dr. **JOSÉ PAULINO DE FREITAS NETO**, da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

**21ª VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE BELO HORIZONTE ESTADO DE MINAS GERAIS - Edital de Citação - Prazo 20 dias. O Dr. IGOR QUEIROZ, MM. Juiz de Direito da 21ª Vara Cível desta comarca, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc.** Faz saber a todos quanto o presente **edital de citação** que conhecimento tiverem, extraído dos autos da AÇÃO BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, **processo nº 2019039-30.2006.8.13.0024** sendo autor ITAU UNIBANCO S.A. - CNPJ: 60.701.190/0001-04 e réu a pessoa jurídica CARLINTON BOSCO BARCELOS - CPF: 485.254.306-25, constando como valor da causa R$ 23.417,28 (Vinte e três mil quatrocentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), em 18 de outubro de 2021. **Tendo em vista ser ignorado, incerto e não sabido o lugar em que se encontra a parte ré acima especificada, determinou o MM. Juiz a expedição do presente edital para o fim de citar CARLINTON BOSCO BARCELOS - CPF: 485.254.306-25 para contestar, no prazo legal de 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, constantes na inicial.** E, para que se cumpra o que preconiza a lei, determinou-se a expedição do presente edital ,que será publicado e afixado no local de costume e na forma da lei. Dado e passado nesta cidade, 15 de abril de 2024. Eu, Bel. Dilma da Costa Gelmini, Gerente de Secretaria, o confiro por Ordem do MM. Juiz de Direito.

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

FRAZÃO Leilões



**Ana Claudia Carolina Campos Frazão,** Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10181445504, firmado em 14/02/2023, no qual figuram como fiduciante(s) **ELTON JOSE DE AVELAR,** brasileiro, solteiro, maior, contador, RG MG nº 6.575.793 SSP/MG, CPF/MF nº 979.421.896-00, residente e domiciliado em Ribeirão das Neves/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 17/06/2024, às 16h30min, na Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 456.144,35** (Quatrocentos e cinquenta e seis mil cento e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por: " Imóvel localizado na Avenida Ribeirão das Neves, nº 95, bairro Sevilha, com área construída de 166,83m², edificada no lote 24 da quadra 149, com as seguintes características gerais: A casa é composta por 2 varandas, 01 sala, 01 circulação, 01 cozinha, 01 copa, 01 varanda gourmet, 01 área de serviço, 01 banheiro social, 02 dormitórios e 01 suíte com 01 banheiro privativo(Av.02), com área de 360,00m²". **Inscrição Municipal:** 057281.2.0055761-95. **Imóvel objeto da matrícula nº 55.761 do Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG**. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **28/06/2024, às 16h30min,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 470.118,49** (Quatrocentos e setenta mil cento e dezoito reais e quarenta e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP 2737-01)

**COMARCA DE ALFENAS, ESTADO DE MINAS GERAIS**. JUÍZO DE DIREITO DA **2.ª VARA CÍVEL**. EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO 20 (VINTE) DIAS. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PROCESSO ELETRÔNICO n.º **5000757-86.2021.8.13.0016** em que **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, CNPJ 19.791.896/0064-86 através de seu procurador: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES, OAB/MG e outros move em face de **NEW GAS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ:21.612.406/0001-03. O Dr. Flávio Branquinho da Costa Dias, MM. Juiz de Direito, da 2ª Vara Cível da Cidade e Comarca de Alfenas, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc., FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Cumprimento de sentença, acima referido. Pelo Presente INTIMA NEW GAS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ:21.612.406/0001-03 que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, efetuar o pagamento do débito no valor de R$ 84.092,95 (oitenta e quatro mil, noventa e dois reais e noventa e cinco centavos) no prazo de 15 dias. INTIME, outrossim, de que, transcorrido o prazo, inicia-se, independentemente de nova intimação, o prazo de 15 dias para apresentação de impugnação. E, para que não aleguem ignorância, expediu-se o presente, que será afixado no saguão do Fórum Milton Campos, sito na Praça Dr. Emílio da Silveira, nº 314, centro, em Alfenas - MG e publicado na forma da Lei. Dado e Passado em Secretaria, nesta cidade e comarca de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**Ministério Público de Minas Gerais**
**Procuradoria-Geral de Justiça**
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
**Número do processo:** 72 / **Ano**: 2024
**Unidade**: 1091012
**Processo SEI:** 19.16.3693.0166560/2023-68
**Objeto**: Contratação de empresa especializada para prestar serviço denominado no mercado como "programa de assistência ao empregado" (ou similar).
**Modalidade**: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 10/06/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 10/06/2024**.
**Disposições Gerais**: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 21 de maio de 2024.
**Dariana Augusta de Toledo Patrocinio Ruiz**
Coordenadora em exercício da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

**EXPRESSO NEPOMUCENO S/A**
**CNPJ: 19.368.927/0001-07 NIRE: 313.000.202-74 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**
**44ª ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023.**

**1. LOCAL, DATA E HORÁRIO:** Realizada no dia 26 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da sociedade **EXPRESSO NEPOMUCENO S/A** (doravante denominada simplesmente SOCIEDADE), localizada em Lavras/MG na Rua Alcides Thomaz da Silva, nº. 15, Distrito Industrial, CEP: 37.205-850. **2. PRESENÇA:** Presentes todos os Diretores e Acionistas, quais sejam: Agnaldo de Souza Filho; Tânia Mara de Souza Castro; Ricardo Braghiroli; Gustavo Pereira Costa Andrade; Anderson Lages Diniz; Agnésio Carvalho de Souza Neto; Kênia Aparecida de Souza Paes Leme; Liziane Alvarenga de Souza Mesquita; Alessandra Souza Santa Cecília; Lame Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnaldo de Souza Filho e G3 Participações Ltda, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto, todos titulares da totalidade do capital votante da Sociedade. Dispensando as formalidades de convocação da Lei nº. 6.404/76, a presente **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** foi instalada, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença. Dispensada publicação do ato de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** O Sr. Agnaldo de Souza Filho assumiu a Presidência da Mesa, por aclamação, e nomeou o Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto como Secretário de Mesa. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **A)** A aprovação do Balanço referente ao exercício 2022; **B)** Alteração de endereço e nome da filial de Cerqueira César/SP. **C)** Alteração do Estatuto. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a presente ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas, o que segue: **A)** As demonstrações contábeis do período encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram disponibilizadas aos acionistas, sendo as mesmas examinadas, discutidas e aprovadas, assim como as contas dos Administradores, sendo as demonstrações financeiras publicadas em 4 de maio de 2023 no Jornal Diário do Comércio. **B)** Aprovar a alteração do endereço da FILIAL CERQUEIRA CESAR/SP, inscrita no CNPJ nº. 19.368.927/0048-70, NIRE nº. 3592014452-6, para**, RODOVIA SP 265 KM 254, FAZENDA SÃO JOSE – TRES MENINOS AVARÉ/SP CEP 18.705-100**, bem como a alteração de seu nome para Filial Avaré/SP. **C)** Considerando as novas alterações acima aprovadas e as alterações realizadas até a presente data, foi deliberado pela Consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo I desta Ata. **6. ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Foi deliberada, por unanimidade, a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do art.130, parágrafo 1º, Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, ficando os Diretores na obrigação de providenciar o registro da cópia da Ata e demais atos necessários. Lavrada esta Ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas e Diretores, quais sejam: Tânia Mara de Souza Castro; Kênia Aparecida de Souza Paes Leme; Liziane Alvarenga de Souza Mesquita; Alessandra Souza Santa Cecília; Ricardo Braghiroli; Gustavo Pereira Costa Andrade; Anderson Lages Diniz; Lame Participações Ltda., representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnaldo de Souza Filho e G3 Participações Ltda., representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Agnésio Carvalho de Souza Neto. Lavras/MG, 26 de abril de 2023. Autentica com a lavrada no Livro de Registro de Atas. Assinam de forma digital: **Tânia Mara de Souza Castro. Agnaldo de Souza Filho. Agnésio Carvalho de Souza Neto. Ricardo Braghiroli. Gustavo Pereira Costa Andrade. Anderson Lages Diniz. Kênia Aparecida de Souza Paes Leme. Liziane Alvarenga de Souza Mesquita. Alessandra Souza Santa Cecília.** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 10482255 em 02/06/2023 da Empresa EXPRESSO NEPOMUCENO S/A, Nire 31300020274 e protocolo 232702292 - 22/05/2023. Autenticação: 939168D71538D11EDF9BB6B2242FD88D9917282. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/270.229-2 e o código de segurança NZfO Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

**A ECOLUB CENTER OLEO LTDA,** por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 10.224/2024, a Licença Ambiental Simplificada – LAS, Classe 0, para atividade de Lubrificação e ou Lava-jato e/ou Troca de Óleo, localizada na avenida das Américas, nº 201, bairro Filadélfia, CEP: 32.670-025, Betim/MG.

Leilão VIP .com.br

**EDITAL DE LEILÃO ON-LINE**
**DATA 1º LEILÃO 28/05/24 ÀS 16H - DATA 2º LEILÃO 29/05/24 ÀS 16H**

BANCO PAN

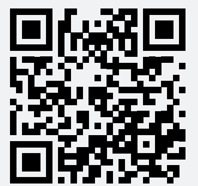
**Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho**, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo atual Credor Fiduciário BANCO PAN S/A, inscrito no CNPJ n° 59.285.411/0001-13, sucessor por incorporação da BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ nº 62.237.367/0001-80, detentor dos direitos do crédito objeto do Instrumento Particular de Financiamento com Constituição e Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças, datado de 11/11/2010, conforme R-5, AV-6, AV-9 e AV-13 da matrícula abaixo mencionada, firmado entre Credor e Fiduciante **MARCOS ROGÉRIO LIMA AMARO**, inscrito no CPF nº 322.133.443-53 e sua esposa **ANTÔNIA JOELMA UCHÔA AMARO**, inscrita no CPF n° 244.228.003-53, residentes e domiciliados na Alameda das Azaléias, n° 430, Bairro Condomínio Bougainville, em Lagoa Santa-MG, já qualificado no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente On-line, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. 1. **Local da realização do leilão:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.leilaovip.com.br. 2. **Descrição do imóvel: Lagoa Santa-MG. Bairro Condado de Bougainville**. Alameda das Azaléias, nº 430. Casa residencial nº 430 com área construída de 186,30m²e respectivo terreno com área de 1.022,50m² designado pelo lote 15 da quadra 4, localizado no Condado Bougainville. Imóvel objeto da matrícula 25.692 do Ofício de Registro de Imóveis de lagoa Santa-BG. Observações: Na AV-10 da citada matrícula consta Indisponibilidade de Bens e Direitos, cujo ônus e providências para baixa serão de responsabilidade do arrematante. Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97. 3. **Datas e valores dos leilões: 1°Leilão:** 28/05/2024, às 16:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 1.584.060,94. **2°Leilão:** 29/05/2024, às 16:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 4.115.269,38 (caso não seja arrematado no 1º leilão). 4. **Condições de pagamento:** À vista, mais a comissão de 5% ao leiloeiro. 5. Condições gerais e de venda: 5.1. Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site **www.leilaovip.com** e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. 5.2. O(s) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96



Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO.**
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
**https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.




# AGRONEGÓCIO





NUTRIÇÃO ANIMAL

# Fábrica da CCPR em Curvelo já movimenta toda cadeia produtiva

## Unidade fabril teve investimentos de R$ 240 milhões

DIVULGAÇÃO / CCPR



**Previsão é que produção comece em agosto; capacidade instalada é de 70 mil toneladas/mês**

MICHELLE VALVERDE

A Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR) está prestes a concluir as obras da maior fábrica de nutrição animal, como rações e suplementos minerais, para ruminantes da América Latina. Com aportes de R$ 240 milhões, as obras da indústria da CCPR, em Curvelo, na região Central de Minas Gerais, estão 95% finalizadas. A estimativa é concluir todos os testes necessários em julho e iniciar a produção já em agosto. A unidade tem capacidade instalada de 70 mil toneladas por mês.

A fábrica da CCPR em Curvelo é essencial para o crescimento dos negócios da cooperativa. Quando estiver operando com a capacidade máxima instalada, a estimativa é que o faturamento, que gira em torno de R$ 3,2 bilhões a R$ 3,4 bilhões anuais, chegue a R$ 6,5 bilhões. "Com a nova unidade, a estimativa de crescimento do faturamento seria mais que 2,5 vezes o valor hoje alcançado pela cooperativa. Chegando, assim, a R$ 6,5 bilhões ao ano", confirma o presidente da CCPR, Marcelo Candiotto.

A primeira etapa de produção será de 35 mil toneladas de ração ao mês, volume que será duplicado, em uma segunda fase, para 70 mil toneladas mensais. Assim, com o aumento da produção de ração na CCPR, que já conta com uma unidade em Contagem, o objetivo é ampliar a atuação no mercado interno. Também há negociações para exportação.

> *Segundo a Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR), será a maior fábrica de nutrição animal, como rações e suplementos minerais, para ruminantes da América Latina*

Conforme Candiotto, além do aporte de R$ 240 milhões na nova indústria, a planta fabril de Contagem também recebeu investimentos de cerca de R$ 48 milhões. O valor foi para modernização e automatização dos processos. No município, são produzidas 30 mil toneladas de ração ao mês.

**Atração de investimentos –** Ainda segundo Candiotto, a nova indústria da CCPR, além de impulsionar o desempenho da cooperativa, tem sido uma promotora de desenvolvimento da região de Curvelo. Com a instalação do complexo fabril da cooperativa, várias outras indústrias e empresas fornecedoras de insumos e serviços estão investindo na região.

Há também um grande avanço e incentivo para a produção de grãos, inclusive, junto aos cooperados da CCPR, que além da produção de leite passariam a diversificar com a produção de grãos, como milho e soja. "A fábrica está gerando uma repercussão enorme em Curvelo, trazendo, assim, novos investimentos para a região. São investimentos relacionados à fábrica, como fornecedores de cavaco, indústrias de secagem de grãos e muitas outras voltadas para o agro. Temos um movimento muito grande da Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cocari), do Paraná, que também está trazendo produtores que estão comprando terras, já enxergando possibilidades para cultivo de grãos", comemora.

Para o presidente, a tendência é que o entorno de Curvelo se torne um novo polo produtivo. Também estão chegando à região ou ampliando os serviços empresas comerciantes de sementes, adubos, máquinas e equipamentos e diversos outros produtos ligados à produção: "A gente vislumbrava, como o dr. Alysson Paolinelli dizia, que a região será o futuro polo agrícola de Minas Gerais. Então, agora, há movimentos muito consistentes em relação a isso. Existe uma motivação muito grande dos produtores de leite em produzir grãos e complementar a renda. A gente já entende esse movimento socioeconômico que a CCPR está promovendo, seguindo, assim, princípios cooperativistas e um deles é promover o desenvolvimento econômico para criar uma melhor situação social".

A estimativa, segundo Candiotto, é que sejam criados, na região, cerca de 4 mil postos de trabalhos indiretos e diretos.

**A CCPR -** Além da área de nutrição, a mineira CCPR também possui uma rede varejista, denominada CCPR Armazém, com 19 unidades espalhadas por Minas e Goiás. O Sistema CCPR conta com 31 cooperativas singulares e 25 mil cooperados. Por mês, a captação de leite chega a 90 milhões de litros.

COMPRA DE ARROZ

# Mercosul sobe preços e leilão é cancelado

**São Paulo -** A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) suspendeu o leilão de compra de arroz importado marcado para ontem, operação esta que o governo havia lançado como uma das medidas para limitar os impactos nos preços do produto, após as enchentes no Rio Grande do Sul. A estatal não informou imediatamente a razão da suspensão da operação, que inicialmente compraria cerca de 104 mil toneladas de arroz importado por terceiros.

O comunicado sobre a suspensão foi publicado na noite desta segunda-feira (20) no site da estatal. A Conab disse que a data de realização do leilão será publicada oportunamente. Em entrevista ao G1, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o leilão foi suspenso depois de o Mercosul (Paraguai, Uruguai e Argentina) elevar em até 30% o preço do cereal.

Nesta segunda-feira, o governo federal havia zerado a tarifa de importação do arroz para o restante do mundo, o que pode permitir que outros países entrem na competição em maior igualdade com os membros do Mercosul.

Desde o início, o programa de compra de arroz importado não foi bem recebido por produtores do Rio Grande do Sul, estado que responde normalmente por cerca de 70% da safra nacional do produto básico. Agricultores afirmam que, apesar das perdas, a colheita já estava avançada, e a produtividade neste ano indicava bons resultados. Dizem ainda que a compra de arroz importado pode pressionar os preços locais, desestimulando a nova safra.

De outro lado, a alta dos preços preocupa o governo do ponto de vista da inflação. Na véspera, o comitê gestor da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou a redução a zero do imposto de importação de três tipos de arroz como medida adicional para evitar problemas de oferta e de preços do produto decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul.

O preço do arroz em casca posto na indústria do Rio Grande do Sul subiu 8,55% no acumulado do mês, para R$ 116,28 a saca de 50 kg, segundo o indicador de arroz em casca do Cepea/Irga. **(Reuters)**

BARREIRAS COMERCIAIS

# Agro sofre mais, aponta estudo da CNI

**São Paulo -** O Brasil viu um aumento de 10% nas barreiras comerciais às exportações de seus produtos ao longo do ano passado, com o agronegócio sendo o principal alvo das medidas, que vão de restrições técnicas, sanitárias, fitossanitárias a taxas de importação, de acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) antecipado à Reuters.

Ao final do ano passado, a CNI contabilizou 85 entraves às exportações nacionais versus 77 no levantamento do ano anterior, ainda que três barreiras vistas em 2022 tenham caído. A confederação considera não apenas as barreiras já em vigor, mas aquelas que estão encaminhadas, como é o caso da lei antidesmatamento da União Europeia, que deve começar a valer ao final de 2024, potencialmente colocando em risco exportações de soja, carne bovina e madeira, entre outros produtos.

Em parte dos casos, as restrições não proíbem, mas dificultam o acesso dos produtos brasileiros. "As medidas restritivas estão cada vez mais sofisticadas, ligadas a questões de desenvolvimento sustentável, de proteção ao consumidor. Então, acho que é uma tendência que veio para ficar", disse a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, Constanza Negri.

Na visão da CNI, o país que mais coloca empecilhos para o Brasil exportar é a China, o principal parceiro comercial brasileiro, enquanto a União Europeia vem em segundo no ranking. Dos US$ 104,3 bilhões que o País exportou aos chineses no ano passado, mais da metade - ou US$ 55,5 bilhões - estão expostos a algum obstáculo, segundo o estudo. No caso da UE, dos US$ 46,3 bilhões de exportações, US$ 24,2 bilhões enfrentam alguma restrição.

Em número de barreiras, das mais de 80 registradas pela CNI, a UE apresenta o maior número, com 18, seguida pela China (7) e Japão (7). Mesmo em integrantes do Mercosul, como a Argentina e Uruguai, há obstáculos, com seis e três respectivamente.

Segundo a especialista da CNI, muitas vezes, mesmo cumprindo determinados requisitos, isso não é suficiente para o Brasil ficar apto a exportar. Ela citou a lei da União Europeia antidesmatamento, cujas regras sobrepõem a legislação brasileira, além de uma barreira imposta pelo Japão ao etanol de milho de segunda safra do Brasil, que ainda não foi aprovado pelo programa de biocombustíveis do país asiático.

Constanza Negri chamou a atenção também para o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) do Reino Unido, que ainda não está vigente, mas encaminhado para impor taxas sobre as emissões de carbono geradas na produção de materiais importados, como alumínio, cimento, ferro e aço. Isso pode afetar o Brasil apesar de o país contar com uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo.

Muitas das barreiras são desenhadas com o país olhando para o "próprio umbigo", sem dialogar com os exportadores, opinou Negri.

Mas há avanços na identificação do problema. Ela disse que o setor privado brasileiro está usando nas discussões com o Reino Unido sobre o CBAM várias lições aprendidas com o caso da lei antidesmatamento da UE.

**Sagacidade –** "O setor precisa de uma política externa que tenha olhar muito sagaz nesta área de barreiras comerciais. É preciso navegar nesta arena de ter as suas próprias políticas, que proteja e dê apoio aos setores, mas que em paralelo tenha uma estratégia de diplomacia para aquelas medidas não fundamentadas, para que elas sejam questionadas", afirmou ela.

Os resultados do estudo foram encaminhados a representantes do governo brasileiro. Segundo a gerente da CNI, o Brasil é um parceiro muito relevante e quando ele entra em cena nessas questões, tem "muito potencial de minimizar os impactos".

"A tempestividade faz total diferença, um momento é discutir as medidas quando elas estão sendo pensadas, outra coisa é quando elas estão em vigor", completa Constanza Negri.

Entre outras barreiras identificadas ao longo do último ano, estão cinco que afetam as indústrias de carnes, por parte de países como Camboja, Japão, Omã e México. A CNI citou também o imposto de importação aplicado ao suco de laranja do Brasil pelos EUA.

Já o Uruguai, por meio de um regulamento técnico, coloca barreiras a alimentos e bebidas brasileiros, enquanto a Argentina, com a mesma estratégia, dificulta a entrada de revestimentos cerâmicos. **(Reuters)**

unidas

**Unidas Locadora S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 45.736.131/0001-70 - NIRE 31300145786

**Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Unidas Locadora S.A.**

A **Unidas Locadora S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em fase operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, Salas 32 e 33, Edifício Boulevard Corporate Tower, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070 ("Emissora"), convoca os titulares das debêntures da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Unidas Locadora S.A.*", firmado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada em primeira convocação no dia 12 de Junho de 2024, às 11 horas, de forma presencial, na sede da Emissora localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, Salas 32 e 33, Edifício Boulevard Corporate Tower, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070, com possibilidade de envio de instrução de voto de forma prévia nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte

**Ordem Do Dia:**

**(I)** a alteração das Cláusulas 6.2., alínea (xi) e 6.2.1.1 da Escritura de Emissão, modificando as disposições sobre o índice financeiro a ser observado no âmbito da Emissão, nos termos da proposta da administração disponibilizada pela Emissora em seu website (https://ri.unidas.com.br/) e site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na mesma data da publicação deste Edital de Convocação ("Proposta da Administração"); e

**(II)** a inclusão de garantia fidejussória na modalidade de Fiança, a ser prestada no âmbito da Emissão, pela **Unidas Locações e Serviços S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "A", na CVM, em fase operacional, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3.136, Cidade Industrial, CEP 81.170-220, inscrita no CNPJ sob o nº 75.609.123/0001-23, nos termos da Proposta da Administração, através da celebração do 3º aditamento à Escritura de Emissão ("3º Aditamento à Escritura de Emissão").

**Informações Adicionais:**

Informamos que está à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, nas páginas de relações de investidores da Emissora (https://ri.unidas.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a Proposta da Administração com o detalhamento das matérias que serão deliberadas na AGD ora convocada.

1. Participação na AGD:

Para participarem da AGD, que ocorrerá presencialmente, recomenda-se que os Debenturistas encaminhem à Emissora, para o e-mail tesouraria@unidas.com.br e juridico.unidas@unidas.com.br, com cópia, ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da AGD, cópia dos seguintes documentos:

(a) quando pessoa física, documento de identidade com foto do debenturista;

(b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is);

(c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e

(d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso.

A participação do debenturista não será obstada caso os referidos documentos sejam apresentados, presencialmente, até o horário de início da AGD.

2. Instrução de Voto a Distância:

Os Debenturistas poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos tesouraria@unidas.com.br, juridico.unidas@unidas.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, a instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado no site da Emissora (https://ri.unidas.com.br/) ("Instrução de Voto a Distância").Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, sendo aceitas as assinaturas por meio de plataforma digital; e (iii) o envio dos documentos indicados no item 1 acima.

Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada.

A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito a presente convocação e à AGD.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2024

**Unidas Locadora S.A.**







*ROTAS DO VINHO*

# Minas Gerais se "rende" ao enoturismo

## Sul e Serra da Mantiqueira são as regiões mais lembradas quando o assunto é degustar uma boa bebida com sotaque mineiro

DANIELA MACIEL

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



**Minas já soma 100 produtores de vinhos com mais de mil hectares de vinhedos registrados**

DIVULGAÇÃO



**Enoturismo em Gonçalves inclui uma experiência completa**

Viajar pelo mundo degustando os melhores vinhos, harmonizados com comidas típicas, conhecer vinhedos históricos, a produção das mais importantes vinícolas, e ainda aproveitar a sombra dos parreirais é o sonho de muita gente e movimenta o pujante mercado global do enoturismo.

Segundo estimativas da consultoria Future Market Insights Global, em 2023, essa modalidade movimentou US$ 85,1 bilhões ao redor do muno, e deve chegar a US$ 292,5 bilhões em 2033.

No Brasil, a maior produção e os roteiros de enoturismo mais antigos estão concentrados na região Sul, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Minas Gerais, porém, vem despontando como um novo destino para os amantes do vinho.

A produção de vinhos de mesa no Sul de Minas remonta a meados do século passado, mas o desenvolvimento de uma nova técnica, a da dupla poda, há cerca de 20 anos, permitiu que o Estado passasse a produzir também vinhos finos.

Agora, embalado por reconhecimentos dentro e fora do Brasil, os vinhos mineiros começam a gerar também turismo. O potencial econômico da produção de vinhos e o enoturismo em Minas já ganham atenção especial do poder público. A Comissão de Política Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) aprovou, no início de abril, o Tratamento Tributário Setorial (TTS) voltado a fabricantes de vinhos.

> *"A cadeia vinícola atrai o turismo e dinamiza o setor hoteleiro. Com certeza, trará desenvolvimento e aumentará a renda do povo da região produtora"*

De acordo com o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Gomes, com a redução da carga tributária para 3%, o produto local ficará ainda mais competitivo, gerando mais empregos.

"A cadeia vinícola atrai o turismo, dinamiza o setor hoteleiro, de viagens, de transporte e aumenta o comércio. Com certeza, trará desenvolvimento e aumentará a renda do povo da região produtora", ressaltou Gomes, ao fazer o anúncio.

**Pesquisa -** Dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) mostram que, em 2020, o Estado contava com cerca de 50 fabricantes. Hoje, já soma 100 produtores de vinhos com mais de mil hectares de vinhedos registrados.

Ainda conforme a Epamig, quando toda a área plantada estiver em produção, serão cerca de 4 mil toneladas de uva e 2,4 milhões de litros de vinho. A estimativa é de que o mercado movimente R$ 120 milhões por ano.

O Sul de Minas e a Serra da Mantiqueira são, historicamente, as regiões mais lembradas quando o assunto é degustar um bom vinho com sotaque mineiro. Mas isso não quer dizer que não exista muita inovação por lá.

Em Gonçalves, no Sul de Minas, já é possível vivenciar experiências únicas com degustações todos os finais de semana. O primeiro vinhedo da cidade é resultado de uma parceria entre o Restaurante Sauá, a Pousada Bicho do Mato e a Vinícola Artesã. Além dos rótulos, o público também tem a oportunidade de degustar algumas das variedades de queijos produzidos na região da Mantiqueira.

Segundo o *chef* e um dos idealizadores da rota, Vitor Pompeu, além das degustar as harmonizações com diferentes vinhos, os amantes do enoturismo também poderão realizar uma visita ao vinhedo e à sala de maturação dos queijos. Tudo a 1.650 metros de altitude em relação ao nível do mar.

"Estou em Gonçalves há 22 anos com o restaurante e a pousada. Compreendo a identidade da Mantiqueira que é representada pelos produtos tradicionais, como o café, e também pelos novos, como azeites, cogumelos e também os vinhos, que estão em um ótimo momento. A artesã faz um trabalho de excelente qualidade. A ideia da rota veio logo que conheci os proprietários", relembra Pompeu.

# *Vinícola Artesã é medalha de prata na Decanter*

A Vinícola Artesã implantou seu primeiro vinhedo, em 2016, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, na mesma região. A partir de 2020 a vinícola colheu sua primeira safra comercial. Ela comercializa vinhos jovens a partir das uvas Syrah e Sauvignon Blanc e também dois rótulos *premium* que passam em barrica de carvalho francês: o Íngreme da uva Syrah e o Rococó, que é um *blend* de Cabernet Sauvignon e Cabernet Franc.

Desde então, vem colecionando prêmios, como medalha de ouro no Descorchados e medalha de prata na Decanter, uma referência para os apaixonados por vinhos. E são justamente os vinhos premiados que são degustados durante a visitação.

Segundo a enóloga e sócia-proprietária da Vinícola Artesã, Roberta Cavalcanti, as condições naturais de São Gonçalo do Sapucaí permitem a produção de vinhos, mas um dos desejos da empresa era também produzir espumantes. E foi por isso que compraram a área em Gonçalves.

"Formamos o primeiro vinhedo de São Gonçalo e hoje são quase 10. Em Gonçalves repetimos o pioneirismo e já recebemos consultas de gente querendo produzir aqui. Esse é o nosso sonho, expandir o nosso produto para criar uma verdadeira rota, reunindo produtores de vinhos, azeites, queijos, cafés, restaurantes, meios de hospedagem, e outros empreendimentos que fomentem essa cultura e gerem trabalho na nossa região", pontua Roberta Cavalcanti.

**Norte de Minas -** A Serra do Espinhaço é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Reserva Mundial da Biosfera. A região conta com atrativos como as riquezas naturais, parques estaduais, cachoeiras, espécies endêmicas - encontradas apenas na região -, aliados à cultura mineira e um deles é o vinho.

Parte da Serra atravessa o Norte de Minas e é nessa região que o município de Grão Mogol desenvolve uma política de fomento ao turismo. Tudo começou há três anos, com a implantação de um plano de desenvolvimento e valorização do turismo na cidade.

Um dos empreendimentos que incrementaram o turismo em Grão Mogol foi a Vinícola Vale do Gongo, que oferece passeios agendados, com jantar harmonizado e degustação do vinho produzido na região.

Para o proprietário da vinícola, Alexandre Damasceno Rocha, poucas são as cidades, como Grão Mogol, que podem, ao mesmo tempo, oferecer história, arquitetura, cultura, gastronomia e belezas naturais exuberantes.

"O enoturismo é a atividade que mais se desenvolve no mundo. Os países e regiões que souberam investir no enoturismo desenvolveram uma virtuosa cadeia que alimenta um forte mercado em crescimento: hotelaria, gastronomia, passeios em contato com a natureza, dentre outras atividades. Tudo isso é possível aqui. Proporcionamos aos visitantes uma sofisticada experiência enogastronômica e sensorial que articula e envolve tudo que há de melhor no *terroir* da Cordilheira do Espinhaço", assegura Rocha.

Conforme o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Grão Mogol, Ítalo Mendes, o fomento ao turismo é uma estratégia para o crescimento socioeconômico da cidade. O emprego formal no turismo cresceu 50% em dois anos.

"Buscamos capacitação junto a parceiros como o Sebrae e já começamos a colher frutos. Nos fins de semana a cidade está sempre cheia. A plantação de uva virou um projeto de produção de vinhos e de enoturismo. Vivemos um ciclo de prosperidade com a abertura de restaurantes e meios de hospedagem. A ideia é trabalharmos o turismo de base comunitária no futuro e crescer sustentavelmente", completa Mendes. **(DM)**

# *Wine bar flutuante recebeu aporte de R$ 1,5 mi*

Lançado em março, o empreendimento Enovila reúne, junto à vinícola Alma Gerais, um projeto de R$ 140 milhões que permite aos sócios terem a experiência de um dono de vinícola, a partir de um sistema de compartilhamento. Serão construídas 60 casas, projetadas pelo renomado arquiteto Gustavo Penna, em Bom Sucesso, no Sul de Minas, dentro do condomínio Vivert. A primeira experiência do complexo dedicado aos vinhos já estará disponível a partir de julho: o *wine* bar Alma Gerais.

Com aporte de R$ 1,5 milhão, o restaurante, com formato de uma chalana, vai circular pela represa do Funil, que compreende 40,49 km², nos municípios de Bom Sucesso, Perdões, Ijaci e Ibituruna, armazenando 285 milhões de m³ de água.

Segundo o coidealizador do projeto, Antônio Alberto Júnior, o wine bar, de 180m², tem projeto assinado pelos arquitetos Gustavo Tavares e Vinícius Messias. Ele foi pensado para os sócios viverem duas experiências com os vinhos da Alma Gerais – uma em ambiente mais intimista e outra em uma área aberta, no segundo andar –, com integração com a represa do Funil. O flutuante terá capacidade para 24 pessoas sentadas, e conta com uma cozinha equipada e espaço *sunset* para outras 36 circulando.

"Com a inauguração do wine bar dia 20 de julho, começamos oficialmente a venda das propriedades e damos também início à comunidade Enovila, que passa a conviver e desfrutar das vantagens do empreendimento. Sobre o bar, a ideia é que, a princípio, ele seja aberto para o público, aos sábados e domingos. Já nos dias de semana, poderá ser reservado para eventos corporativos fechados. Assim todos poderão, aos poucos, conhecê-lo e desfrutar de suas experiências. À medida que aumentarmos o número de sócios da Enovila, a estratégia é torná-lo cada vez mais exclusivo até que se transforme em um atrativo para aqueles que integram o clube", explica Alberto Junior.

O espaço será comandado pelo *chef* Kaliu Castro e vai gerar 25 empregos diretos. O cardápio do *wine bar* vai oferecer degustações de *fingerfoods*, feitos com ingredientes da alta gastronomia e harmonizados com vinhos Sauvignon blanc Almas Gerais, armazenado em tonéis de inox, concreto e possivelmente também em barricas de madeira.

DIVULGAÇÃO / ENOVILA



**O wine bar tem 180m² e capacidade para 24 pessoas sentadas**

"Minas ainda não é um destino enoturístico consolidado e entendemos que precisávamos de um primeiro atrativo icônico. Temos uma represa linda, de cota fixa, em uma paisagem deslumbrante e reconhecida pela qualidade das águas. Não havia como não ter um wine bar às suas margens. A gente queria mais, então veio o bar flutuante, mas isso ainda não era suficiente, então criamos um bar navegante. Não é um barco que tem um bar, mas um *wine bar* com vinhos e harmonizações exclusivas que pode navegar. Essas harmonizações serão feitas com produtos especiais produzidos na Serra da Mantiqueira. O vinho nos dá a oportunidade de divulgar tudo de especial que é produzido no Sul de Minas e que aqui seja a porta de entrada para que o turista conheça o nosso Estado. A produção de vinhos de alta qualidade está crescendo em Minas e nós queremos ser mais que um atrativo ou uma rota, queremos ajudar a criar um circuito mineiro de enoturismo", afirma Alberto Júnior.

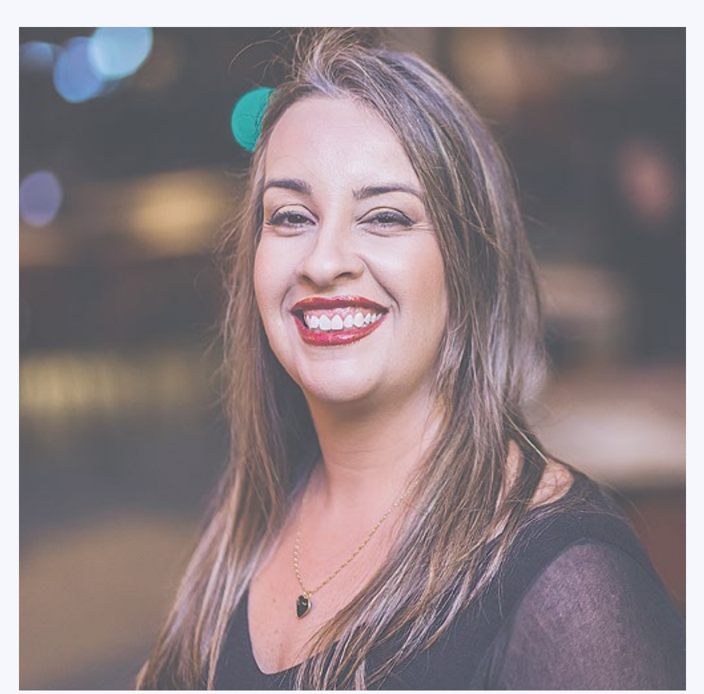
**Chef é mineiro de Lavras -** Mineiro de Lavras, também no Sul de Minas, o *chef* Kaliu Castro vem de uma família com experiência e paixão pelos sabores mineiros. Formado em gastronomia, trabalhou em importantes restaurantes de Campos do Jordão (SP), sendo *chef*-executivo do Ort Hotel, *chef* do lendário Saint Moritz e subchef do Ludwig Restaurant.

"Com um lugar tão especial, precisávamos de alguém à altura para desenvolver o cardápio. Escolhemos Campos do Jordão – que é um destino internacional – para buscar inspiração. Chegando lá, soubemos de dois restaurantes que, em muito pouco tempo, saíram de posições modestas para os primeiros lugares nos *rankings* mais prestigiados. Fomos conhecer e descobrimos que eram comandados pelo mesmo *chef*: um jovem profissional de 30 anos, mineiro de Lavras! Não poderia haver uma escolha melhor. Em 15 dias ele já estava de volta à terra natal para comandar o *wine bar* Alma Gerais e ajudar a valorizar os melhores produtos de Minas", relembra o empresário.

**Como reservar -** As reservas para as experiências no *wine bar* Alma Gerais estarão disponíveis a partir de 1º de junho no *site https://www.wine-locals.com*.

A fração/cota da Enovila custará a partir de R$ 360 mil, e terá uma taxa de manutenção, que inclui todo o serviço de hotelaria e as experiências, de R$ 500 mensais. Cada sócio deve produzir, em média, 150 garrafas por ano. Cada proprietário terá quatro semanas por ano na casa, sendo uma a cada três meses. Dessa forma todos poderão acompanhar todas as etapas do processo, participando de todos os detalhes e sutilezas da plantação à taça.



# É preciso uma resposta urgente à crise climática

JULIANA MANCINI HENRIQUES*

É impossível não se sensibilizar com a inundação que devastou o Rio Grande do Sul recentemente, bem como também é impossível ignorar que existe uma crise climática mundial que, direta ou indiretamente, atinge todo mundo (literalmente).

Diante dessa realidade urgente, a inovação e a sustentabilidade se configuram como imperativos para a sobrevivência das empresas, do planeta e obviamente do indivíduo.

Empresas, como agentes de transformação, têm um papel relevante na mitigação da crise climática e na construção de um futuro mais sustentável. Através da inovação e da adoção de práticas sustentáveis, podem reduzir significativamente seu impacto ambiental, contribuir para a preservação dos recursos naturais e impulsionar a transformação social. E isso não é só teoria, temos diversos exemplos de empresas que adotaram esses valores como parte de sua cultura organizacional.

> *"A responsabilidade pela construção de um futuro sustentável também reside em cada indivíduo. Consumir de forma consciente, reduzir o desperdício, optar por produtos ecológicos e pressionar as empresas por práticas mais responsáveis são ações que podem fazer a diferença"*

São exemplos inspiradores de ações efetivas: o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos e embalagens sustentáveis, o incentivo e priorização da agricultura familiar na cadeia de fornecedores, o engajamento dos colaboradores em programas ambientais, a implementação do conceito de Net Zero (neutralização das emissões de carbono) com o objetivo de eliminar qualquer impacto negativo de seus produtos no meio ambiente, dentre outros.

No entanto, para que essa transformação seja profunda e duradoura, é fundamental construir uma cultura organizacional que valorize e incentive a sustentabilidade em todos os níveis. Isso significa criar um ambiente onde a responsabilidade ambiental e social seja vista como parte integral da missão, dos valores e das práticas diárias da empresa. Tenha certeza que tais ações trarão também retorno financeiro!

Mas a responsabilidade pela construção de um futuro sustentável também reside em cada indivíduo. Consumir de forma consciente, reduzir o desperdício, optar por produtos ecológicos e pressionar as empresas por práticas mais responsáveis são ações que podem fazer a diferença.

O caminho para um futuro sustentável exige um esforço conjunto e multifacetado. Governos, empresas, ONGs e a sociedade civil precisam trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar soluções inovadoras e eficazes para os desafios socioambientais. A chave para o sucesso está na colaboração, na inovação, na construção de uma cultura organizacional robusta e na busca por um futuro mais verde e próspero para todos.

**Advogada na área de direito empresarial, Mestre em Direito e Instituições Políticas, Pós-graduada em Educação, Tecnologia e Docência Jurídica. Voluntária do Capitalismo Consciente e integrante da Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação da OAB/MG. E-mail: juliana@mancinihenriques.com.br. Redes sociais: Instagram: @juliana_mancini_henriques e Linkedin: Juliana Mancini Henriques*

INTERNACIONALIZAÇÃO

# RHI Magnesita recebe visita de membros da União Europeia

## Multinacional apresentou metas e iniciativas sociais, ambientais e de governança

DIVULGAÇÃO / RHI MAGNESITA



Cerca de 15 diplomatas de vários países europeus visitaram a RHI Magnesita na última quinta (16)

Membros da União Europeia e de seus estados-membros estiveram em Minas Gerais para conhecer as potencialidades econômicas do Estado. Cerca de 15 diplomatas de vários países europeus, formados pelos chefes-adjuntos das embaixadas e pelo representante da União Europeia, visitaram a RHI Magnesita na quinta-feira (16), em Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), para conhecer as instalações, políticas da companhia e fomentar negócios entre os países.

A empresa foi escolhida pela comissão por ser uma multinacional austríaca-brasileira capaz de agregar as altas exigências do mercado internacional em seus produtos e serviços, ao mesmo tempo em que valoriza e potencializa o desenvolvimento local. Executivos da RHI Magnesita explicaram para a comitiva as iniciativas de ESG adotadas pela companhia, como as ações de responsabilidade social e corporativa, de reciclados, de meio ambiente e de *compliance*.

> *"A preocupação com uma produção sustentável, tema comum na Europa, deve também ser algo cotidiano nos mais diversos segmentos da economia brasileira"*

O ministro belga e representante da União Europeia, Jean-Pierre Bou, ficou impressionado com a visita. "A RHI Magnesita está muito avançada nos princípios e valores de políticas de segurança, sustentabilidade, *compliance* e ESG, temas considerados essenciais para negócios com empresas europeias. A companhia demonstra que Minas Gerais é um ótimo estado para acolher empresas e investimentos europeus", afirmou o ministro.

O diretor de vendas industriais, Rogerson Miranda, acredita que a visita foi uma troca de experiências para o aprimoramento constante da companhia. "Percebemos uma grande preocupação europeia com um processo de produção sustentável e ético. É muito importante para nós sabermos que estamos conectados com estes pontos", comenta.

O diretor de vendas para aço, Guilherme Polati, acrescentou que a RHI Magnesita é uma das empresas do Brasil que está liderando esses temas na indústria. "A preocupação com uma produção sustentável, tema comum na Europa, deve também ser algo cotidiano nos mais diversos segmentos da economia brasileira. Essa é uma forma do País ampliar,ainda mais, os negócios com outros países".

**Sustentabilidade -** A RHI Magnesita possui um portfólio de refratários com pegada de carbono reduzida, o que inclui uso de reciclados, e com o mesmo desempenho que o refratário original. O modelo de negócio de economia circular, que permite coletar os resíduos dos desmontes de refratários dos clientes, tem contribuído para uma indústria mais sustentável no Brasil.

Há mais de uma década, a companhia capta materiais recicláveis do mercado local. Em Minas Gerais, a RHI Magnesita mantém uma unidade dedicada à reciclagem de refratários, no município de Coronel Fabriciano, na região do Vale do Aço. Internamente, a multinacional também atua para dar a melhor destinação aos resíduos gerados nas operações próprias, caso da recuperação dos tijolos refratários dos fornos de Brumado, na Bahia, e da recuperação de coprodutos e resíduos da unidade de Ponte Alta (MG).

**Encontro empresarial -** Depois deste encontro, a RHI Magnesita abriu as portas para que outras 17 empresas instaladas em Contagem participassem de uma reunião técnica para estabelecer novos laços e prospectar negócios e parcerias comerciais. O evento "Conexões Empresariais: Contagem e União Europeia" foi uma iniciativa da Prefeitura de Contagem.

A prefeita Marília Campos; o vice, Ricardo Faria; o presidente da Câmara Municipal, vereador Alex Chiodi e o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, René Vilela, marcaram presença no encontro.

### POR DENTRO DA CIA

A RHI Magnesita (*www.rhimagnesita.com*) é o fornecedor líder global de produtos, sistemas e soluções refratárias de alta qualidade que são essenciais para processos de alta temperatura, superiores a 1.200°C, em uma ampla variedade de indústrias, incluindo aço, cimento, metais não ferrosos e vidro. Com uma cadeia de valor verticalmente integrada, de matérias-primas a produtos refratários e soluções totalmente baseadas em desempenho, a RHI Magnesita atende clientes em todo o mundo, com cerca de 16 mil funcionários em 47 unidades de produção, oito unidades de reciclagem e mais de 70 escritórios de vendas. A RHI Magnesita pretende alavancar sua liderança em termos de receita, escala, portfólio de produtos e presença geográfica diversificada para atingir estrategicamente os países e regiões que se beneficiam de perspectivas de crescimento econômico mais dinâmico.

O Grupo mantém uma listagem premium na Bolsa de Valores de Londres (símbolo: RHIM) e é um constituinte do índice FTSE 250, com uma listagem secundária no segmento principal da Bolsa de Valores de Viena (Wiener Börse).

GASTOS CORPORATIVOS

# Estudo analisou despesas de 750 empresas

A Sankhya, uma das principais desenvolvedoras de *software* de Gestão Empresarial (ERP/EIP) do País, em parceria com a Espresso, plataforma de gestão de despesas corporativas, anuncia o Panorama sobre Gestão dos Gastos Corporativos. O estudo analisou mais de R$ 310 milhões em despesas, abrangendo mais de 3 milhões de transações financeiras em cerca de 750 empresas, de todos os portes, localizadas nas cinco regiões do país. As principais conclusões são que os gastos corporativos e as tentativas de fraudes em despesas a serem ressarcidas aumentaram em 2023.

O levantamento mostra que alimentação (36,75%), transporte (28,79%), KM rodado (18,3%), outros (12,53%) e hospedagem (3,87%) são as categorias de despesas mais utilizadas pelas organizações. Entretanto, o maior volume de despesas registradas é em transporte, totalizando R$ 136 milhões contra R$ 70 milhões em alimentação. Analisando os centros de custos, o setor comercial é o que mais se destaca, representando 59% do total, seguido pelas áreas administrativo (17,78%) e *marketing* (9,76%).

"Esses dados fornecem uma visão abrangente do cenário atual da gestão dos gastos corporativos no Brasil. O objetivo é destacar as tendências, desafios e oportunidades para as empresas melhorarem seus processos, internos e externos, além de suas estratégias financeiras. Esses fatores, certamente, otimizarão tempo e recursos, impactando os resultados das empresas", comenta a Diretora de Pessoas e Cultura da Sankhya, Mariá Menezes.

Em relação à média diária de gastos com alimentação, o valor foi de (R$ 77,31) em 2023. Considerando as capitais de cada estado, o *ranking* com as cidades que mais gastam com alimentação foram, respectivamente, Rio de Janeiro (R$ 60,16), Vitória (R$ 54,93) São Paulo e Belo Horizonte (R$ 54,47).

"É interessante entender que os valores de quase todos os tipos de despesas variam bastante conforme as regiões. No caso da alimentação, por exemplo, o preço da refeição está relacionado ao custo de vida de uma determinada cidade. Portanto, é importante levar em consideração todas essas variáveis na hora de criar as políticas de reembolso", afirma o Co-Founder do Espresso, Fábio Antunes.

Quanto aos processos de pagamentos, 66,97% optaram por reembolsar os colaboradores, enquanto 33,62% escolheram realizar adiantamentos. A preferência de 80% dos respondentes foi quitar os débitos em dinheiro, enquanto 19% escolheram fazer por meio de cartões de crédito. Em média, as companhias levaram 14 dias para efetuarem o pagamento dos reembolsos e dedicaram 6 horas e 10 minutos para realização dessa tarefa.

Mariá Menezes ressalta que esses números indicam diferentes abordagens na gestão de despesas e refletem as estratégias corporativas adotadas. Além disso, a especialista avalia que isso pode ser visto como um ponto de atenção e possíveis melhorias na experiência dos funcionários.

Em relação às fraudes, houve um aumento significativo em 2023, com mais de 22 transações reprovadas, um crescimento superior a 6% em relação ao ano anterior. Essas despesas reprovadas totalizaram mais de R$ 4,4 milhões, um valor 59% maior em relação a 2022. A inteligência artificial desempenhou um papel fundamental na identificação dessas fraudes, com 6.334 despesas relacionadas à compra de bebidas alcoólicas e 2.028 relacionadas ao tabaco. "Contar com IA na gestão de despesas vai além da detecção de fraudes e segurança nos processos. Ela consegue reduzir em até 80% o tempo gasto no controle dos gastos, o que tem ajudado as empresas aumentar sua eficiência operacional", comenta Fábio Antunes.

"A presença da tecnologia será cada vez maior e mais importante na rotina daqueles que lidam com gestão empresarial. Sem dúvida, soluções de IA, *machine learning* ou mesmo de *analytics* terão um papel fundamental na evolução do setor", finaliza Mariá Menezes.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

# Instituto mineiro tem projetos reconhecidos pela ONU

## Foram premiadas três iniciativas em capitais distintas desenvolvidas pelo IPGC

MICHELLE VALVERDE

Pelo terceiro ano consecutivo, o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC), com sede em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais, foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como referência global em projetos que verificam a participação de parcerias público-privadas (PPPs) para a implantação de soluções que melhoram a vida das pessoas inseridas em algum contexto urbano. Este ano, o reconhecimento abrangeu três projetos desenvolvidos pelo IPGC.

A premiação aconteceu no 8º Fórum Internacional de Parcerias Público-Privadas, evento da Comissão Econômica das Nações Unidas (Unece, sigla em inglês). Os projetos selecionados foram a Parceria Público-Privada (PPP) de Cidade Inteligente para Maceió, Alagoas, e a PPP de Cidade Inteligente para Goiânia, em Goiás. O terceiro projeto foi a PPP de Saneamento de Upanema, no Rio Grande do Norte.

Segundo o fundador e presidente do IPGC, que também conta com um escritório em Belo Horizonte, Leonardo Santos, a entidade é uma organização da sociedade civil que ajuda os municípios do Brasil a modelarem projetos de parceria público-privada (PPP) e concessões através do Programa Brasil Inteligente.

"O IPGC atua modelando projetos de PPPs e concessões para as cidades e os estados brasileiros. Hoje, o grande problema dos municípios para atrair os investimentos e melhorar a infraestrutura é desenvolver projetos de qualidade que possam ter investidores interessados. Nós desenvolvemos uma fábrica de projetos e a escalamos no Brasil inteiro".

Ainda conforme Santos, hoje são cerca de 84 projetos na carteira, sendo que em Minas Gerais está concentrado o maior volume, cerca de 20. São projetos da área de infraestrutura, de extrema importância para as cidades.

"Nós estamos falando de saneamento básico, que envolve tratamento de resíduos sólidos para acabar com os lixões, água tratada, esgoto, a parte de limpeza urbana, na área de iluminação pública, de geração de energia e a área de telecomunicações, a chamada Cidades Inteligentes".

**Projetos ajudam na atração de investimentos -** Os projetos elaborados pelo IPGC têm como intenção principal fazer um diagnóstico da realidade do município e, a partir desse diagnóstico, são propostas as melhorias na área de infraestrutura que demandam investimentos.

"Nós modelamos essa parceria público-privada para que as empresas façam uma disputa, invista naquela cidade e recupere esse investimento ao longo do tempo. Quando a empresa faz esse investimento, ela reduz o custo do serviço e a própria economia paga o investimento ao longo dos anos. Ou seja, a gente consegue melhorar a infraestrutura por meio de investimento privado e, muitas vezes, reduz o custo que a cidade, o cidadão paga por aquele serviço".

Conforme Santos, um exemplo disso é a iluminação. Hoje, se tem uma iluminação muito ultrapassada, que consome muita energia com as luminárias de vapor de sódio. Quando há a troca dessa luminária por LED, através de investimento privado, se reduz em quase 70% na conta de energia.

"Essa economia - 70% - que a prefeitura deixa de pagar à concessionária é que vai remunerar a empresa que investiu e que melhorou a qualidade de vida do cidadão, que passa a ter um serviço de qualidade e com uma prestação mais barata do que ele já pagava".

**PPPs são importantes para alcançar os ODS -** Ainda segundo Santos, há oito anos, a ONU organiza um evento global para selecionar no mundo as experiências mais inovadoras, que mais tem destaque para inspirar outros países a desenvolver projetos de PPPs.

"Há quase uma década, a ONU entendeu que ela só vai chegar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a participação do setor privado. Através de investimentos privados para reduzir a fome, para melhorar a matriz energética, para garantir serviços básicos, como mobilidade, garantias à saúde e emprego. Quando ela seleciona as melhores práticas globais e incentiva esses países, ela está aumentando o investimento privado nos governos para que eles atinjam os objetivos do milênio".



DIVULGAÇÃO / IPGC
Nós desenvolvemos uma fábrica de projetos, afirmou Santos

Conforme Santos, o reconhecimento da ONU é importante para despertar o interesse de mais prefeituras e estados na busca por PPPS. Além disso, ao ser reconhecido, é criada uma segurança jurídica, o que é fundamental para a atração de investidores.

"Quando a ONU reconhece iniciativas fora das capitais demonstra para os prefeitos que é um instrumento que também cabe para cidades pequenas. Então, eles passam a acreditar mais e a demandar esses projetos. Também demonstra para os investidores uma segurança jurídica. Porque você tem a Organização Mundial reconhecendo os projetos. Isso confirma a seriedade e a transparência. Assim, acaba atraindo mais empresas para investir e, quanto mais a empresa interessada em investir, maior a concorrência", disse.



DIVULGAÇÃO / ESTÚDIO WEE
Grupo Oncoclínicas & CO inaugura unidade em Contagem

SAÚDE

# Oncoclínicas & CO inaugura mais uma unidade no Estado

MICHELLE VALVERDE

O grupo mineiro Oncoclínicas & CO, especializado em tratamento contra o câncer, inaugura nesta quarta-feira (22) mais uma unidade em Minas Gerais, localizada em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O valor investido não foi divulgado.

Com a nova unidade, Minas Gerais passará a somar 19 operações do grupo. No País, o Oncoclínicas & CO conta com 143 empreendimentos distribuídos em 38 cidades, entre clínicas, laboratórios de genômica, anatomia patológica e centros integrados de tratamento de câncer.

De acordo com a responsável técnica da Oncoclínicas Contagem, Flávia Paes, após seis meses de obras, a unidade tem capacidade para realizar cerca de 700 atendimentos e procedimentos por mês e possui um corpo clínico de 14 médicos.

Conforme os dados da empresa, na Oncoclínicas Contagem haverá atendimento com oncologistas e hematologistas, infusões de medicamentos antineoplásicos e imunobiológicos para doenças autoimunes. A estrutura conta com boxes e leitos de quimioterapia, além da sala de emergência.

O atendimento é personalizado, com uma equipe multidisciplinar e estrutura de acolhimento e navegação que acompanha a jornada do paciente, do diagnóstico ao tratamento.

**Programas Oncoclínicas –** "Outro diferencial da Oncoclínicas Contagem é o programa OC Linha de Cuidado, que acompanha toda a jornada do paciente desde a primeira consulta, proporcionando, assim, mais agilidade, o que é essencial para o tratamento. O serviço é integrado e complementar à plataforma tecnológica OC por Você, aplicativo desenvolvido pela Oncoclínica & Co com a função de coordenar, de forma digital e simples, todas as etapas da jornada do paciente".

Outra novidade que também está disponível na nova unidade do Grupo Oncoclínicas & CO é o OC Acesso. A solução pioneira foi projetada para quem não tem planos de saúde.

Conforme já divulgado pelo grupo, a solução de terapias oncológicas mais acessíveis tem custos até 70% mais baixos. O objetivo, então, é diminuir a lacuna existente na cobertura de saúde suplementar no Brasil, além de atender pessoas que não possuem planos de saúde.

A unidade de Contagem conta ainda com a cobertura dos principais convênios disponíveis na região.

MODA

# *Marketplace* da Shein chega a Minas

DANIELA MACIEL

Gigante global, a varejista *on-line* de moda, Shein, deu início em abril do ano passado à sua primeira operação de *marketplace*, começando com vendedores de São Paulo. Agora a plataforma começa a atuar com vendedores mineiros. Mil já estão cadastrados e a expectativa é chegar a 3 mil até o fim de julho, com 30 mil pedidos por mês nesse período.

De acordo com o diretor de *Marketplace* da Shein no Brasil, Raul Jacob, a logística já foi ativada em 42 cidades no Estado e a expectativa é chegar a 59 até o fim de junho e cobrir todo o território até o fim do ano.

"Começamos em São Paulo, estudando a região do Brás que concentrava um grande volume de CNPJs na nossa área de atuação, que é a moda. Lá, conseguimos entender o funcionamento do varejo de vestuário e desenvolvemos em conjunto a parceria. Agora operamos também no Rio de Janeiro e anunciamos a abertura do canal em Minas. Já tínhamos mil pré-cadastrados no Estado e logística ativada em 42 cidades. Minas é um território muito importante e acreditamos que o *marketplace* da Shein seja uma grande oportunidade para levarmos produtos locais, reconhecidos pela originalidade do povo mineiro, para todo o País", explica Jabob.

O *marketplace* local da Shein já representa 55% das vendas da empresa no Brasil. O número reflete um aumento de 10% desde novembro de 2023, quando o *marketplace* representava 50% das vendas no Brasil. Já são mais de 15 mil vendedores - um aumento de 50% no número de vendedores desde novembro de 2023.

Para serem aceitos na plataforma, o vendedor precisa atender uma série de requisitos de acordo com sua categoria. Não existe contrato e o vendedor pode desativar o produto a qualquer momento sem nenhuma penalização. A comissão de 16% não é cobrada nos 30 primeiros dias.



DIVULGAÇÃO / WANEZZA SOARES
Jacob: logística já foi ativada em 42 cidades no Estado e a expectativa é chegar a 59 em junho

"Quem está fora das cidades já ativadas já pode fazer o pré-cadastro. Sempre acompanhamos muito de perto nossos vendedores e nesses 30 primeiros dias, ainda mais. É um momento de muito aprendizado, quando eles conhecem a nossa forma de trabalhar e todas as ferramentas que disponibilizamos. Temos, além disso, uma escola *on-line*, a Universidade Shein, onde ele tem muitos materiais educativos em diferentes formatos", pontua.

A companhia alcança clientes em mais de 150 países e tem como centros de operação-chaves os escritórios de Singapura, da China e dos Estados Unidos. O *marketplace* da Shein desenvolvido no Brasil é um piloto para que o canal seja implantado em outros países. Estados Unidos e México já estão em testes.

O prazo de entrega cada vez mais ajustado é visto pela plataforma como um dos seus principais diferenciais. Para que isso seja possível, a empresa usa diferentes estratégias e métricas. Do vendedor é exigido, por exemplo, ser capaz de preparar o produto em, no máximo, 24 horas. A Shein conta com parceiros logísticos estratégicos espalhados pelo Estado para oferecer serviços de coleta diretamente nas lojas dos vendedores do *marketplace*. Dependendo do volume de vendas diárias, a empresa também disponibiliza pontos de coleta para os vendedores.

Em Minas, a empresa possui 10 cidades-foco: Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Divinópolis e Nova Serrana, no Centro-Oeste; Contagem e Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Montes Claros, no Norte de Minas; Ipatinga, no Vale do Aço; além da Capital.

"É comum os nossos clientes comprarem em diferentes vendedores dentro da plataforma e para que ele receba apenas um pacote, centralizamos os pedidos no CD (centro de distribuição) em Guarulhos (SP). Dessa forma otimizamos o trabalho e diminuímos as emissões de carbono. Também utilizamos os Correios para uma parte da entrega. O importante é que a logística seja a mais rápida para quem compra, a mais eficiente e barata para o ecossistema vendedor e a mais responsável ambientalmente que conseguirmos", afirma.

Junto com o *marketplace*, a Shein segue investindo na produção local. O formato é de parceria com fábricas de vestuário locais que fabricam produtos para ser vendidos com a etiqueta "Shein". Esses produtos podem ser desenhados pela companhia ou pelos parceiros e aprovados pela plataforma. Já são 12 fábricas parceiras no Brasil e existe interesse em abrir esse modelo de parceria também em Minas Gerais. O objetivo da Shein é que até o fim de 2026 os itens produzidos localmente no Brasil sejam distribuídos em toda a América Latina. Além da China, existe produção local apenas no Brasil e na Turquia.

"Temos um compromisso muito forte com o Brasil e o desenvolvimento local. Até o final de 2026, 85% das nossas vendas aqui devem ser dos parceiros locais - *marketplace* e produtores, dependendo cada vez menos da importação. Minas tem um papel muito importante dentro desse plano, se mantendo entre os cinco principais mercados dentro do Brasil, tanto em termos de vendedores como de volume de vendas", completa o diretor de Marketplace da Shein no Brasil.

CARGA TRIBUTÁRIA

# Litro de gasolina será vendido a R$ 3,76

## Dia Livre de Impostos está marcado para 6 de junho na Capital, com parceria entre a CDL/BH e o Minaspetro

LEONARDO LEÃO

No próximo dia 6 de junho, os motoristas de Belo Horizonte terão a oportunidade de abastecer seus veículos e motocicletas com preços mais baixos, devido ao Dia Livre de Impostos (DLI). O valor economizado corresponde a 35,2% do custo final do preço de bomba.

A ação será realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) em parceria com o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Minaspetro). Ela tem como objetivo mostrar para a população de forma clara o impacto dos impostos no valor final do combustível.

De acordo com o sindicato, os mineiros não pagavam mais de R$ 2 de imposto na gasolina comum desde julho de 2022. Porém, após o reajuste do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em fevereiro deste ano, a carga tributária passou para R$ 2,05 por litro.

O presidente do Minaspetro, Rafael Macedo, ressalta o impacto dessa alteração no preço final do produto. "Combustível é um produto que o consumidor observa com clareza como a carga tributária impacta em nossas vidas", comenta.

Já o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva, afirma que o combustível é um dos produtos que mais oneram a renda dos trabalhadores e dos empresários. "Essa venda sem a incidência tributária revela o impacto direto que os impostos têm sobre os preços que movem a economia e a necessidade de continuarmos buscando um sistema tributário mais justo e equilibrado", avalia.

Dentre os postos que participarão dessa iniciativa está o Posto Oceano, localizado no Barro Preto, região Centro-Sul da Capital, que irá comercializar 5 mil litros de gasolina comum a R$ 3,76 por litro. Quem abastecer no Dia Livre de Impostos terá uma economia de R$ 82,20 para automóveis e R$ 16,30 para motocicletas.

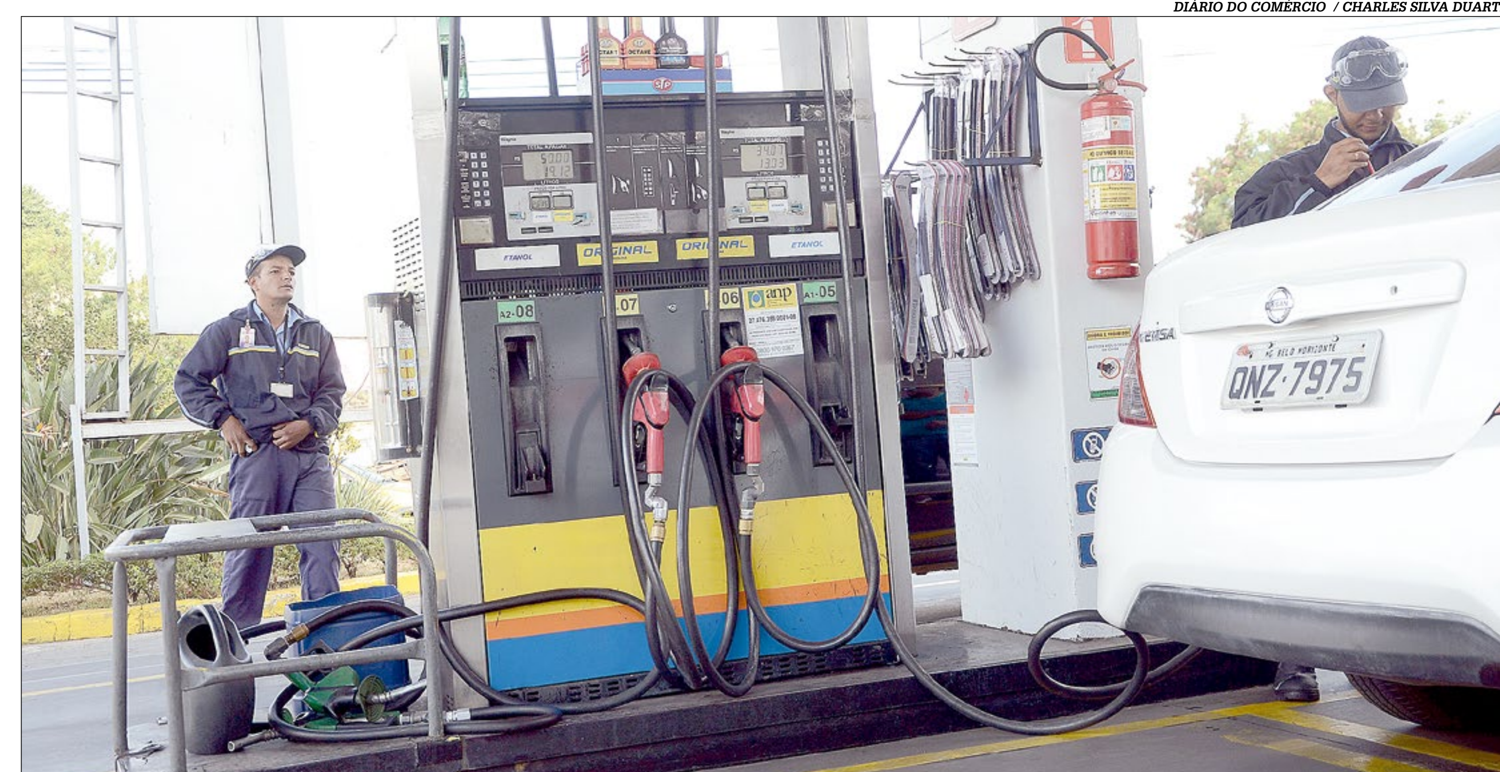
Vale ressaltar que o abastecimento será realizado por ordem de chegada com distribuição de senha. O pagamento deverá ser feito, obrigatoriamente, em dinheiro. Além disso, o estabelecimento estipulou os limites de litros e valores por veículos: motocicletas (7,9 litros, por R$ 30,00) e carros (40,1 litros, por R$ 150,00).

O abastecimento deve ser realizado diretamente no tanque do veículo, ou seja, não é permitido o fornecimento do combustível em galões e demais recipientes, mesmo aqueles autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP).

De acordo com a Minaspetro, essa ação contribui para desmistificar a ideia de que o dono do posto é o responsável pelo valor da gasolina nas bombas de combustíveis. A instituição aponta para diversos outros fatores que podem interferir no preço final: Petrobras, frete, usinas de cana-de-açúcar, além dos impostos.

> "A reforma tributária trouxe consigo a possível simplificação do sistema, um passo fundamental para desburocratizar e dinamizar a atividade econômica. Mas, é real o risco de aumento da carga"

DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE



Sem a incidência de impostos, o litro de gasolina será comercializado em Belo Horizonte com corte de 35,2% no preço final

**Outros produtos -** Além da gasolina, o Dia Livre de Impostos deste ano irá promover a comercialização de diversos itens sem a incidência de impostos. Em alguns casos, o produto será vendido por um valor de até 70% abaixo do praticado. A ação também busca mobilizar a sociedade quanto às mudanças tributárias.

"A reforma tributária trouxe consigo a possível simplificação do sistema, um passo fundamental para desburocratizar e dinamizar a atividade econômica. Mas, apesar desses avanços, é real o risco de, ao final da transição, restar novo aumento da carga tributária sobre a atividade dos empreendedores e dos produtos e serviços consumidos pelos brasileiros", alerta Souza e Silva.

O presidente da CDL/BH ressalta que a reforma administrativa também surge como um elemento importante na viabilização da redução do peso do Estado e a otimização dos gastos públicos. "Afinal, esses são fatores essenciais para viabilizar uma diminuição sustentável da carga tributária", conclui.

CONSUMIDOR

# Multa de R$ 5,9 mi da Vivo é mantida

IRIS AGUIAR *

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) rejeitou o recurso apresentado pela telefônica Brasil S/A (Vivo), que foi multada em R$ 5.959.623,79 pelo Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais que atua na defesa do consumidor.

O TJMG confirmou o valor da multa estipulado pelo Procon-MG e entendeu que ele levou em conta os parâmetros legais, além dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, "principalmente considerando que o valor da multa representa aproximadamente 0,05% do faturamento líquido da empresa".

A punição decorre de um processo administrativo instaurado pelo Procon-MG para apurar a prática das seguintes infrações: número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) não constava de forma clara e objetiva na página eletrônica da empresa na internet; desrespeito ao limite de 60 segundos para promover o contato direto com o atendente; demora na entrega das gravações das chamadas efetuadas, quando solicitada pelo consumidor ou pelo órgão fiscalizador.

O coordenador do Procon-MG, promotor de Justiça Glauber Tatagiba, destaca a importância da decisão, por reconhecer que a instituição aplicou a multa de forma acertada. Tatagiba ainda explica que sempre é demonstrado pelas autoridades administrativas o cálculo, geralmente através das planilhas de cálculo juntadas aos autos, as quais adotam critérios objetivos e previamente fixados em lei.

A decisão de primeira instância, da 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, havia reduzido o valor da multa aplicada pelo Procon-MG para R$ 200 mil.

A Vivo então recorreu ao TJMG, requerendo a nulidade da multa por violação a dispositivos legais. Mas a 19ª Câmara Cível rejeitou a apelação, "concluindo que a atuação administrativa do Ministério Publico de Minas Gerias (MPMG) em matéria consumerista, incluindo a possibilidade de aplicação de multa, está em conformidade com as atribuições conferidas ao órgão de defesa do consumidor pela Constituição Federal", conforme o MPMG. E confirmou a penalidade de quase R$ 6 milhões.

A operadora foi procurada e, até a publicação desta reportagem, ainda não havia se posicionado.

*** Em estágio, sob supervisão da edição**

INFORMAÇÕES

# Ataques cibernéticos ameaçam a segurança digital

**Rio de Janeiro** - O futuro da segurança cibernética e do compartilhamento de informações entre centros de pesquisa foram alguns dos destaques do Workshop RNP, evento sobre internet e conectividade que começou ontem em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O encontro é organizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Pesquisadores, governo, empresas e *startups* participam de uma série de debates no *campus* da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O diretor de Cibersegurança da RNP, Emílio Nakamura, reforçou a importância de investir no setor para lidar com os novos desafios trazidos pelas tecnologias em rede. Apesar de defender que o País está se movimentando em termos legislativos e estruturais no setor, alerta que as ameaças digitais têm evoluído de maneira mais rápida do que os sistemas de proteção.

"Hoje, os setores financeiro, de água, de energia, de transportes e de saúde, por exemplo, dependem cada vez mais de elementos digitais. É possível criar um caos ou uma catástrofe realizando ataques cibernéticos que afetam o funcionamento desses setores. No Brasil, ainda vemos poucos incidentes dessa natureza. Mas eles podem acontecer e temos toda uma discussão sobre como os ataques podem afetar a economia e a infraestrutura do País", advertiu Nakamura.

Na sua avaliação, além dos investimentos em segurança, é preciso avançar no plano nacional de educação cibernética, que contemple todas as pessoas e seja parte importante do currículo em escolas e faculdades.

"Hoje, é mais do que necessário que as pessoas tenham uma educação cibernética. As crianças, os jovens, todo mundo. Sobre como agir no mundo digital para que não seja alvo de tentativas de fraudes e outros ataques", reforçou o diretor do RNP. "Alguns países já lidam com essa educação cibernética com crianças, e o Brasil não tem isso oficializado como parte do currículo. Na graduação, seria importante que esse tema entrasse como parte de todos os cursos, porque é algo que atravessa todas as profissões", argumentou.

**Conectividade científica -** Uma das mesas de debate do dia tratou da Rede de e-Ciência, voltada para a conectividade entre centros de pesquisa, supercomputação, laboratórios multiusuários e infraestruturas científicas. Os conferencistas falaram sobre desafios e detalhes da implantação. O diretor adjunto de Serviços para Experimentação e e-Ciência da RNP, Leandro Ciuffo, explicou o funcionamento e os benefícios da rede.

"A Rede de e-Ciência vai usar a estrutura das infovias. De maneira geral, as infovias vão interiorizar conexão de qualidade em várias regiões do país. Vão ajudar na fixação de professores e pesquisadores em campos do interior e, consequentemente, melhorar a qualidade da educação nessas localidades", disse Ciuffo. "A ideia é que haja uma redução no tempo dos processos científicos. Compartilhamentos de informações que poderiam levar horas ou dias poderiam ser feitos em minutos. Com isso, também é acelerado o resultado para os cidadãos", afirmou.

Um edital está em andamento para selecionar os primeiros centros de pesquisa que vão fazer parte da rede. O diretor cita alguns exemplos de instituições e projetos que poderão ser atendidos.

"Instituições de pesquisa que têm processos para gerar previsão do tempo, para prever desastres ambientais, para fazer vacinas, pesquisar curas de doenças, são alguns que poderão usufruir da rede, porque precisam manipular quantidade muito grande de informações e esses dados, às vezes, são bancos de dados do exterior", disse Ciuffo. **(ABr)**

EMPREENDEDORISMO

# Prefeitura de Belo Horizonte e Sebrae oferecem série de serviços para MEIs

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) oferece uma série de serviços ao microempreendedor individual (MEI) e para pessoas que queiram formalizar os negócios nessa modalidade. Hoje, a Sala Mineira do Empreendedor Itinerante será realizado no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), na rua Guaicurus, 50, Centro,- em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), das 9h às 17h. O atendimento será por ordem de chegada. É necessário apresentar comprovante de endereço e documento de identificação com foto.

Entre os serviços estão a emissão do certificado da condição do MEI e de guias, cadastro de nota fiscal, declaração anual, parcelamento de débitos, alteração cadastral e baixa do MEI. As pessoas também poderão abrir empresa, na modalidade MEI. Além de orientações sobre gestão dos negócios e financeira, vendas, marketing digital. O Procon Municipal participa do evento com orientações sobre direito do consumidor.

A ação é realizada em comemoração à Semana do MEI. "Além de promover o acesso a vários serviços no mesmo local, é uma oportunidade para as pessoas ampliarem o conhecimento para desenvolverem seus negócios com as oficinas e palestras que serão realizadas na Sala Itinerante", ressaltou o prefeito Fuad Noman.

É o terceiro ano que a PBH, em parceria com o Sebrae, promove a Sala Mineira do Empreendedor Itinerante para ampliar o conhecimento da população sobre os serviços prestados e levar o atendimento a outras regiões. As anteriores foram realizadas em 2022 e 2023, nas regionais Venda Nova, Pampulha, Nordeste e Leste, e na Praça 7, respectivamente.

Quem não conseguir participar da ação pode buscar atendimento na Sala Mineira do Empreendedor, que funciona em local fixo, no BH Resolve, na rua dos Caetés, 342, Centro. Atualmente a capital mineira possui 286.875 mil MEIs ativos. **(Com informações da PBH)**

IMPOSTOS

# Arrecadação federal tem alta de 8,26%

## Montante recolhido em abril chega a R$ 228,87 bilhões, maior valor para o mês desde o início da série histórica

**Brasília** - A arrecadação da União com impostos e outras receitas registrou alta, alcançando R$ 228,87 bilhões em abril, segundo dados divulgados ontem pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 8,26%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com abril de 2023.

É o maior valor para meses de abril desde 1995, início da série histórica. Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado de janeiro a abril de 2024. No período, a arrecadação alcançou o valor de R$ 886,64 bilhões, representando um acréscimo pelo IPCA de 8,33%.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R$ 213,30 bilhões, representando acréscimo real de 9,08%.

Os resultados foram influenciados positivamente pelas variáveis macroeconômicas, resultado do comportamento da atividade produtiva, pela tributação dos fundos exclusivos e pelo retorno da tributação do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis.

Contribuindo para melhorar a arrecadação, em abril, houve recolhimento extra de R$ 120 milhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital, referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. A lei que muda o Imposto de Renda incidente sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de *offshores* foi sancionada em dezembro do ano passado.

Mesmo com a receita extra, em abril, a arrecadação do IRRF-Rendimento de Capital teve queda de 3,62% em relação a abril de 2023, alcançando R$ 8,41 bilhões. O resultado é explicado, principalmente, pelas quedas nominais de 4,45% na arrecadação do item Aplicações de Renda Fixa e de 6,79% na arrecadação do item Fundos de Renda Fixa.

Por outro lado, no acumulado do ano, o IRRF-Rendimento de Capital apresentou arrecadação de R$ 44,43 bilhões, crescimento real de 29,24%. O desempenho, nesse caso, pode ser explicado pela arrecadação de R$ 11,3 bilhões de janeiro a abril, decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

**Reoneração** - Já a reoneração das alíquotas do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) sobre combustíveis contribuiu para evitar a perda de arrecadação. Em abril de 2023, a desoneração com esses tributos havia sido de R$ 3 bilhões.

"Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria crescimento real de 5,38% na arrecadação do quadrimestre e de 7,38% na arrecadação do mês de abril", informou a Receita Federal.

Também foram destaque da arrecadação de abril o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R$ 44,30 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 23,38%. O desempenho é explicado, principalmente, pelo acréscimo da arrecadação relativa ao setor de combustíveis, tendo em vista o fim das desonerações e alterações nas bases de cálculo dessas contribuições, da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, além da redução de 14% no montante das compensações.

> "Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria crescimento real de 5,38% na arrecadação do quadrimestre e de 7,38% na arrecadação do mês de abril, informou a Receita Federal

No acumulado do ano, o PIS/Pasep e a Cofins arrecadaram R$ 169,31 bilhões, aumento real de 19,77%. O resultado decorre, principalmente, do aumento real de 3,29% no volume de vendas do comércio e de 0,52% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e março de 2024 (fator gerador da arrecadação do período), em relação ao período entre dezembro de 2022 e março de 2023. A retomada da tributação sobre os combustíveis também contribuiu para o resultado, já que a base se encontrava desonerada no ano anterior.

A Receita Previdenciária teve aumento real de 6,15%, chegando a R$ 52,79 bilhões, desempenho que é explicado pelo crescimento real de 5,11% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 18% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a abril de 2023.

No período de janeiro a abril, a Receita Previdenciária arrecadou R$ 211,33 bilhões, com crescimento real de 6,73%. O resultado se deve ao crescimento real de 5,48% da massa salarial, além do aumento de 15% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária no período.

Em abril, o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)-Vinculado à Importação tiveram arrecadação conjunta de R$ 8,07 bilhões, com crescimento real de 27,46%. Tal desempenho decorre dos aumentos reais de 14,02% no valor em dólar (volume) das importações, de 2,18% na taxa média de câmbio, de 15,70% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação e de 7,77% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado.

No acumulado do ano, o Imposto de Importação e o IPI-Vinculado chegaram a R$ 29,44 bilhões, aumento real de 11,71%. **(ABr)**

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL




**A volta da incidência do PIS/Cofins sobre combustíveis favoreceu a arrecadação da União**

## *Banco Mundial lança simulador*

**Brasília** - A inclusão de todos os alimentos na Cesta Básica Nacional criada pela reforma tributária elevaria a alíquota somada dos novos tributos para 28,3%, de acordo com o simulador lançado ontem pelo Banco Mundial.

Como não haveria imposto a devolver aos mais pobres (*cashback*), a tributação das famílias que estão entre os 10% com menor renda seria quase o triplo daquelas que estão entre os 10% mais ricos.

A proposta do governo restringe a cesta básica com alíquota zero a 18 grupos de alimentos, coloca outros na lista de produtos com tributação reduzida e garante *cashback* para famílias do Cadastro Único do governo. Com isso, chega-se a uma alíquota estimada de 26,5%.

A isenção ampla e sem o *cashback* é defendida pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), que agrupa 324 deputados e 50 senadores de diversos partidos.

O simulador do imposto de valor agregado, SimVAT na sigla em inglês, permite que qualquer pessoa estime a alíquota geral e o impacto na carga das famílias por faixa de renda.

Se todos os bens e serviços tivessem a mesma alíquota, a tributação necessária para manter a carga seria de 20%. Esse desenho, sem a devolução de imposto aos mais pobres, também seria negativo para a baixa renda.

A economista principal do Banco Mundial para o Brasil, Shireen Mahdi, que também é colunista da Folha de S.Paulo, disse que o simulador é uma ferramenta relevante para o debate que será feito no Congresso sobre a regulamentação da reforma.

"Ao lançar o SimVAT, o Banco Mundial enfatiza a importância de usar evidências concretas e sugestões baseadas em dados para inspirar o texto final da reforma. Com dados oportunos e valiosos, os formuladores de políticas podem tomar decisões informadas que têm grandes impactos positivos, especialmente para populações vulneráveis", afirmou a economista.

O simulador traz estimativas para o Imposto Seletivo sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, com alíquotas de 32,95% para refrigerantes, 46,35% para cervejas, 61,66% para demais bebidas alcoólicas e 250% para o fumo.

Os números têm como base as alíquotas estimadas pela Secretaria Especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda fornecidas aos técnicos do Banco Mundial.

De acordo com uma pessoa do governo, os percentuais são uma hipótese para a arrecadação do seletivo utilizada nas projeções da alíquota padrão feitas pela secretaria.

Eles não refletem necessariamente as alíquotas que serão propostas futuramente pelo governo, o que será feito por lei ordinária, após a aprovação da lei complementar que está hoje no Congresso. **(Nivaldo Souza e Eduardo Cucolo/Folhapress)**

DESENROLA BRASIL

# Programa renegocia R$ 53,07 bilhões de dívidas

**Brasília** - Enquanto a inadimplência ficou relativamente estável no Brasil de maio de 2023 a março deste ano, o índice que considera dívidas em atraso por mais de 90 dias caiu 8,7% nesse período entre pessoas de renda mais baixa favorecidas pelo programa Desenrola Brasil.

Na outra ponta, a inadimplência cresceu 6,8% no mesmo intervalo entre aqueles que não se encaixam no público-alvo da iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os dados fazem parte de um estudo da Serasa, que integra o balanço final feito pelo Ministério da Fazenda sobre o programa.

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, afirma à Folha de S.Paulo que o levantamento reflete na prática o efeito da iniciativa sobre a situação de endividamento da população.

Promessa de campanha do presidente Lula, o Desenrola terminou na última segunda-feira (20). Ao todo, foram renegociados R$ 53,07 bilhões em dívidas de pessoas físicas e 15,06 milhões de pessoas foram beneficiadas, segundo dados compilados pela pasta.

"É um tremendo sucesso ter negociado um montante que equivale a cerca de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto). Não é uma renegociação que se faz no atacado, se faz no varejo. Então, atingir 15 milhões de pessoas nesse período é uma grande vitória", afirma Pinto.

O número total de favorecidos, entretanto, ficou aquém do potencial do programa. Quando a iniciativa foi anunciada, em julho do ano passado, o governo dizia ter como público-alvo 70 milhões de brasileiros negativados e projetava ajudar até 30 milhões de pessoas.

"A gente nunca esperou que o programa fosse resolver o problema de 70 milhões de brasileiros, a gente nem tinha recursos para isso. O que a gente tentou foi aliviar o problema por meio do programa. A gente não esperava atingir R$ 50 bilhões e ultrapassou esse número. Nossa expectativa para o número de pessoas estava abaixo de 10 milhões. O programa ultrapassou todas as nossas expectativas", diz o secretário.

Na faixa 1, correspondente a cidadãos com renda bruta mensal de até dois salários mínimos (R$ 2.640) ou inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadUnico), foram R$ 25,57 bilhões em volume financeiro negociados e 5,06 milhões de pessoas favorecidas.

Do total de negociações feitas pelo grupo de renda mais baixa, 15,2% dos valores foram quitados à vista, enquanto 84,8% foram parcelados. Já no recorte por contratos, 57,5% foram pagos à vista e 42,5%, refinanciados.

De acordo com Pinto, houve mais negociações à vista do que o esperado pela equipe econômica. "Como os descontos foram grandes, as renegociações à vista, em geral, ficaram com valores pequenos. Por exemplo, uma dívida de R$ 1.000 baixou para R$ 150, as pessoas pagaram à vista essa dívida pequena e parcelaram as dívidas maiores", diz.

**Juro médio** - Os dados da Fazenda mostram também que o juro médio das operações ficou em 1,82% ao mês (o limite era de 1,99% ao mês), e os novos financiamentos, que podiam ser parcelados em até 60 meses, foram divididos em 13 parcelas, em média.

Nas operações à vista, o tíquete médio foi de R$ 248, com desconto médio de 90,2%. Já nas transações parceladas, o tíquete médio ficou em R$ 1.030, com desconto médio de 84,7%. De acordo com o balanço da pasta, o maior desconto aplicado foi de 98,6%. Com isso, uma dívida de R$ 835,02 foi reduzida a R$ 10,91.

Na faixa 2, grupo com renda entre R$ 2.640 e R$ 20 mil, foram 3 milhões de pessoas beneficiadas, com a negociação de R$ 26,5 bilhões em dívidas nos bancos.

Além disso, 7 milhões de pessoas que tinham dívidas de até R$ 100 tiveram a retirada automática do cadastro de inadimplentes, ou seja, ficaram com o "nome limpo". As dívidas somavam cerca de R$ 1 bilhão.

O programa terminou sob alerta de especialistas com relação a novos endividamentos dos consumidores que tiveram o poder de compra reativado. A medida provisória que trata do Desenrola foi prorrogada por mais 60 dias, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) de ontem. Segundo a Fazenda, a ampliação não alterou a data de encerramento do programa, que foi fixada em lei. **(Nathalia Garcia/Folhapress)**

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



**O secretário Marcos Barbosa Pinto avalia que as expectativas do governo foram superadas**

GESTÃO FINANCEIRA

# Alguns erros são “fatais” para a empresa

## Misturar conta pessoal e corporativa e não saber precificar produtos ou serviços são apenas alguns dos equívocos

Quando ouvimos dizer que uma empresa fechou suas portas, uma série de questionamentos costuma surgir. Vai desde o simples “o que será que houve?”, até o “será que não vendia o suficiente?”. O fato é que uma série de motivos pode levar um negócio a encerrar atividades e, em diversas situações, as causas estão diretamente ligadas à gestão financeira da empresa.

De acordo com Haroldo Matsumoto, que é sócio e diretor da Prosphera Educação Corporativa - consultoria multidisciplinar de gestão de negócios - os empreendedores e gestores de empresas precisam estar atentos aos detalhes administrativos para fazer o negócio prosperar. Nesse contexto, é fundamental acompanhar os controles financeiros da empresa. Afinal, ninguém está imune à possibilidade de cometer certos erros. Matsumoto aponta seis erros de gestão financeira que podem destruir uma empresa. São eles:

1 - Misturar contas pessoais e corporativas - Separar as finanças pessoais e as finanças da empresa é a primeira medida a ser adotada ao empreender a fim de evitar mau uso do dinheiro e riscos desnecessários para o caixa da empresa. Os rendimentos da empresa devem ficar reservados em uma conta PJ e, a partir dela, devem ser gerenciados os pagamentos a fornecedores e colaboradores.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



Empréstimos não devem ser solicitados sem uma avaliação precisa do cenário financeiro

DIVULGAÇÃO / PROSPHERA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Matsumoto: ninguém está imune à possibilidade de errar

2 - Não ter controle do caixa - Estar atento a tudo que entra e sai do caixa da empresa é preceito básico para a boa administração de um negócio. Todas as receitas e todas as despesas precisam ser elencadas diariamente. Só dessa maneira é possível ter uma visão completa das operações da empresa e, mais do que isso, quais investimentos podem ser realizados para aprimorar os negócios.

3 - Não saber precificar - Saber precificar os produtos e/ou serviços ofertados é tarefa essencial. É por meio da precificação adequada que se assegura a permanência da empresa no mercado, tornando-a competitiva, atrativa e lucrativa.

4 - Não saber controlar o estoque - Ao fazer o controle eficiente do estoque, a empresa diminui custos, equilibra entradas e saídas, pode definir de forma clara o volume ideal de compras e, consequentemente, alcançar um bom nível de lucratividade.

> “Estar atento a tudo que entra e sai do caixa da empresa é preceito básico para a boa administração de um negócio. Todas as receitas e todas as despesas precisam ser elencadas diariamente”

5 - Solicitar empréstimos sem necessidade - Este é um ponto extremamente importante. Empréstimos não devem ser solicitados sem uma avaliação completa e precisa do cenário financeiro vivido pela empresa. Solicitar empréstimo para utilizar como capital de giro ou para encobrir falhas de gestão, por exemplo, só vai piorar a situação do negócio. Mesmo quando utilizado para o crescimento da empresa, um empréstimo precisa ser muito bem estudado e estruturado com um plano de ação para sua quitação de maneira breve.

6 - Não fazer reservas - Toda empresa enfrenta, em algum momento do ano, períodos de faturamento acima da média e outros nos quais as vendas são mais baixas. Não aproveitar os momentos de alta para reforçar uma reserva financeira pode ser um grande erro. Afinal, nos momentos de crise, as despesas para manter o negócio ativo continuarão existindo. Além disso, é importante, nesses momentos de alta, que se faça um provisionamento para possíveis rescisões trabalhistas, considerando multas e outras obrigações. Não são poucos os casos de empresas, que muitas vezes não pode rescindir o contrato de um colaborador, mesmo que ele esteja prejudicando os demais, por falta de caixa para acerto dos direitos trabalhistas.

“Todo mundo, em algum momento, pode cometer algum deslize querendo acertar. Qual é o empresário que nunca investiu erroneamente na hora de adquirir um produto ou matéria-prima? O segredo é ser ágil para identificar o problema e corrigir a rota. Tendo conhecimento da saúde financeira da empresa, isso se torna mais simples de ser corrigido”, finaliza o especialista.

# Indicadores Econômicos

## Dólar

| | | 21/05/2024 | 20/05/2024 | 17/05/2024 |
|---|---|---|---|---|
| COMERCIAL* | COMPRA | R$ 5,1160 | R$ 5,1040 | R$ 5,1010 |
| | VENDA | R$ 5,1160 | R$ 5,1050 | R$ 5,1020 |
| PTAX (BC) | COMPRA | R$ 5,1031 | R$ 5,1079 | R$ 5,1151 |
| | VENDA | R$ 5,1037 | R$ 5,1085 | R$ 5,1157 |
| TURISMO* | COMPRA | R$ 5,1440 | R$ 5,1380 | R$ 5,1420 |
| | VENDA | R$ 5,3240 | R$ 5,3180 | R$ 5,3220 |

**Fonte: BC**

## Ouro

| | 21/05/2024 | 20/05/2024 | 17/05/2024 |
|---|---|---|---|
| Nova Iorque (onça-troy) | US$ 2.420,76 | US$ 2.425,32 | US$ 2.413,93 |
| BM&F-SP (g) | R$ 397,43 | R$ 398,12 | R$ 395,90 |

**Fonte:** Gold Price

## Taxas Selic

| | Tributos Federais (%) | Meta da Taxa a.a. (%) |
|---|---|---|
| Maio | 1,12 | 13,75 |
| Junho | 1,07 | 13,75 |
| Julho | 1,07 | 13,75 |
| Agosto | 1,14 | 13,25 |
| Setembro | 0,97 | 12,75 |
| Outubro | 1,00 | 12,75 |
| Novembro | 0,92 | 12,25 |
| Dezembro | 0,89 | 11,75 |
| Janeiro | 0,97 | 11,75 |
| Fevereiro | 0,80 | 11,25 |
| Março | 0,83 | 10,75 |
| Abril | 0,89 | 10,75 |

## Reservas Internacionais

20/05............................................................................. US$ 356.017 milhões

**Fonte**: BCB-DSTAT

## Imposto de Renda

| Base de Cálculo (R$) | Alíquota (%) | Parcela a deduzir (R$) |
|---|---|---|
| Até 2.112,00 | Isento | Isento |
| De 2.112,01 até 2.826,65 | 7,5 | 158,40 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15 | 370,40 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 651,73 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 884,96 |

**Deduções:**
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
**Obs:** Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
**Fonte**: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

## Inflação

| Índices | Maio | Junho | Julho | Agosto | Set. | Out. | Nov. | Dez. | Jan. | Fev. | Março | Abril | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IGP-M (FGV) | -1,84% | -1,93% | -0,72% | -0,14% | 0,37% | 0,50% | 0,59% | 0,74% | 0,07% | -0,52% | -0,47% | 0,31% | -0,60% | -3,04% |
| IPC-Fipe | 0,20% | -0,03% | -0,14% | -0,20% | 0,29% | 0,30% | 0,43% | 0,38% | 0,46% | 0,46% | 0,26% | 0,33% | 1,51% | 2,77% |
| IGP-DI (FGV) | -2,33% | -1,45% | -0,40% | 0,05% | 0,45% | 0,51% | 0,50% | 0,64% | -0,27% | -0,41% | -0,30% | 0,72% | -0,26% | -2,32% |
| INPC-IBGE | 0,36% | -0,10% | -0,09% | 0,20% | 0,11% | 0,12% | 0,10% | 0,55% | 0,57% | 0,81% | 0,19% | 0,37% | 1,95% | 3,23% |
| IPCA-IBGE | 0,23% | -0,08% | 0,12% | 0,23% | 0,26% | 0,24% | 0,28% | 0,56% | 0,42% | 0,83% | 0,16% | 0,38% | 1,80% | 3,69% |
| IPCA-IPEAD | 0,44% | 0,35% | -0,22% | -0,30% | 0,80% | 0,46% | 0,30% | 0,77% | 2,12% | 0,24% | 0,52% | 0,24% | 3,14% | 5,85% |

## Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

| | Maio | Junho | Julho | Agosto | Set. | Out. | Nov. | Dez. | Jan. | Fev. | Março | Abril |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Salário | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1320,00 | 1412,00 | 1412,00 | 1412,00 | 1412,00 |
| CUB-MG* (%) | 0,10 | -0,05 | -0,18 | 0,05 | 0,13 | 0,29 | 0,14 | 0,07 | 0,03 | 0,88 | 0,75 | 0,39 |
| UPC (R$) | 24,06 | 24,06 | 24,17 | 24,17 | 24,17 | 24,29 | 24,29 | 24,29 | 24,35 | 24,35 | 24,35 | 24,08 |
| UFEMG (R$) | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,0369 | 5,2797 | 5,2797 | 5,2797 | 5,2797 |
| TJLP (&a.a.) | 7,28 | 7,28 | 7,00 | 7,00 | 7,00 | 6,55 | 6,55 | 6,55 | 6,53 | 6,53 | 6,53 | 6,67 |

***Fonte:** Sinduscon-MG

## Taxas de câmbio

| MOEDA/PAÍS | CÓDIGO | COMPRA | VENDA |
|---|---|---|---|
| BOLIVIANO/BOLIVIA | 30 | 0,729 | 0,7451 |
| COLON/COSTA RICA | 35 | 0,3507 | 0,3532 |
| COLON/EL SALVADOR | 40 | 0,009909 | 0,009998 |
| COROA DINAMARQUESA | 55 | 0,7423 | 0,7425 |
| COROA ISLND/ISLAN | 60 | 0,03686 | 0,03695 |
| COROA NORUEGUESA | 65 | 0,478 | 0,4782 |
| COROA SUECA | 70 | 0,4768 | 0,477 |
| COROA TCHECA | 75 | 0,2241 | 0,2242 |
| DINAR ARGELINO | 90 | 0,0745 | 0,07489 |
| DINAR/KWAIT | 95 | 0,03783 | 0,038 |
| DINAR/BAHREIN | 100 | 16,6279 | 16,6353 |
| DINAR/IRAQUE | 115 | 0,003893 | 0,003899 |
| DINAR/JORDANIA | 125 | 7,1875 | 7,2086 |
| DINAR SERVIO | 133 | 0,04728 | 0,04733 |
| DIRHAM/EMIR.ARABE | 145 | 1,3892 | 1,3897 |
| DOLAR AUSTRALIANO | 150 | 3,4012 | 3,4021 |
| DOLAR/BAHAMAS | 155 | 5,1031 | 5,1037 |
| DOLAR/BERMUDAS | 160 | 5,1031 | 5,1037 |
| DOLAR CANADENSE | 165 | 3,7394 | 3,7409 |
| DOLAR DA GUIANA | 170 | 0,02425 | 0,02451 |
| DOLAR CAYMAN | 190 | 6,1115 | 6,1863 |
| DOLAR CINGAPURA | 195 | 3,7865 | 3,7892 |
| DOLAR HONG KONG | 205 | 0,6539 | 0,654 |
| DOLAR CARIBE ORIENTAL | 210 | 0,7476 | 0,7565 |
| DOLAR DOS EUA | 220 | 5,1031 | 5,1037 |
| FORINT/HUNGRIA | 345 | 0,01437 | 0,01438 |
| FRANCO SUICO | 425 | 5,601 | 5,6048 |
| GUARANI/PARAGUAI | 450 | 0,0006776 | 0,000679 |
| IENE | 470 | 0,03269 | 0,0327 |
| LIBRA/EGITO | 535 | 0,1093 | 0,1095 |
| LIBRA ESTERLINA | 540 | 6,485 | 6,4863 |
| LIBRA/LIBANO | 560 | 0,000057 | 0,000057 |
| LIBRA/SIRIA, REP | 575 | 0,0003925 | 0,0003926 |
| NOVO DOLAR/TAIWAN | 640 | 0,1579 | 0,158 |
| LIRA TURCA | 642 | 0,1585 | 0,1585 |
| NOVO SOL/PERU | 660 | 1,3675 | 1,3685 |
| PESO ARGENTINO | 665 | 0,06125 | 0,06127 |
| PESO CHILE | 715 | 0,00574 | 0,005747 |
| PESO/COLOMBIA | 720 | 0,001338 | 0,001339 |
| PESO/CUBA | 725 | 0,2126 | 0,2127 |
| PESO/REP. DOMINIC | 730 | 0,08668 | 0,08726 |
| PESO/FILIPINAS | 735 | 0,08765 | 0,08769 |
| PESO/MEXICO | 741 | 0,3073 | 0,3076 |
| PESO/URUGUAIO | 745 | 0,1328 | 0,1329 |
| QUETZEL/GUATEMALA | 770 | 0,6559 | 0,6577 |
| RANDE/AFRICA SUL | 775 | 0,002423 | 0,002438 |
| RENMIMBI IUAN | 795 | 0,705 | 0,7052 |
| RENMINBI HONG KONG | 796 | 0,7041 | 0,7042 |
| RIAL/CATAR | 800 | 1,3993 | 1,4006 |
| RIAL/OMA | 805 | 13,2548 | 13,2633 |
| RIAL/IEMEN | 810 | 0,02037 | 0,02042 |
| RIAL/IRAN, REP | 815 | 0,0001215 | 0,0001215 |
| RIAL/ARAB SAUDITA | 820 | 1,3606 | 1,3609 |
| RINGGIT/MALASIA | 828 | 1,0869 | 1,0882 |
| RUBLO/RUSSIA | 830 | 0,05649 | 0,05651 |
| RUPIA/INDIA | 860 | 0,06126 | 0,0613 |
| RUPIA/INDONESIA | 865 | 0,000319 | 0,0003192 |
| RUPIA/PAQUISTAO | 870 | 0,3292 | 0,331 |
| SHEKEL/ISRAEL | 880 | 1,3905 | 1,3919 |
| WON COREIA SUL | 930 | 0,003738 | 0,00374 |
| ZLOTY/POLONIA | 975 | 1,3024 | 1,303 |
| EURO | 978 | 5,5379 | 5,5406 |

**Fonte:** Banco Central / Thomson Reuters

## Contribuição ao INSS

**TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024**
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

| Salário de contribuição (R$) | Alíquota (%) |
|---|---|
| Até R$ 1.412,00 | 7,50 |
| De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68 | 9,00 |
| De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03 | 12,00 |
| De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02 | 14,00 |

**CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO**

| Salário base (R$) | Alíquota % | Contribuição (R$) |
|---|---|---|
| 1.412,00 | 5 (*) | 70,60 |
| 1.412,00 | 11 (**) | 155,32 |
| 1.412,01 até 7.786,02 | 20 | Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto) |

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

**COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA**

| | Remuneração | Valor unitário da quota |
|---|---|---|
| A Partir de 01/01/2024 | | |
| (Portaria ME 914/2020) | Até R$ 1.819,26 | R$ 62,04 |

**Fonte**: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

## FGTS

**Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)**

| Competência do Depósito | Crédito | 3% * | 6% |
|---|---|---|---|
| Janeiro/2024 | Março/2024 | 0,2545 | 0,4946 |
| Fevereiro/2024 | Abril/2024 | 0,2798 | 0,2798 |

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

**Fonte:** Caixa Econômica Federal

## Seguros

| | | |
|---|---|---|
| 02/05 | 0,01363391 | 3,04310572 |
| 03/05 | 0,01363446 | 3,04322884 |
| 04/05 | 0,01363462 | 3,04326520 |
| 05/05 | 0,01363462 | 3,04326520 |
| 06/05 | 0,01363462 | 3,04326520 |
| 07/05 | 0,01363496 | 3,04333913 |
| 08/05 | 0,01363550 | 3,04346125 |
| 09/05 | 0,01363605 | 3,04358294 |
| 10/05 | 0,01363659 | 3,04370406 |
| 11/05 | 0,01363674 | 3,04373786 |
| 12/05 | 0,01363674 | 3,04373786 |
| 13/05 | 0,01363674 | 3,04373786 |
| 14/05 | 0,01363713 | 3,04382412 |
| 15/05 | 0,01363766 | 3,04394351 |
| 16/05 | 0,01363821 | 3,04406580 |
| 17/05 | 0,01363860 | 3,04415260 |
| 18/05 | 0,01363867 | 3,04416878 |
| 19/05 | 0,01363867 | 3,04416878 |
| 20/05 | 0,01363867 | 3,04416878 |
| 21/05 | 0,01363892 | 3,04422403 |
| 22/05 | 0,01363933 | 3,04431475 |

**Fonte:** Fenaseg

## TBF

| | |
|---|---|
| 01/05 a 01/06 | 0,7576 |
| 02/05 a 02/06 | 0,7576 |
| 03/05 a 03/06 | 0,7224 |
| 04/05 a 04/06 | 0,7190 |
| 05/05 a 05/06 | 0,7550 |
| 06/05 a 06/06 | 0,7910 |
| 07/05 a 07/06 | 0,7889 |
| 08/05 a 08/06 | 0,7867 |
| 09/05 a 09/06 | 0,7540 |
| 10/05 a 10/06 | 0,7191 |
| 11/05 a 11/06 | 0,7244 |
| 12/05 a 12/06 | 0,7608 |
| 13/05 a 13/06 | 0,7971 |
| 14/05 a 14/06 | 0,7991 |

## Aluguéis

**Fator de correção anual residencial e comercial**

| | |
|---|---|
| **IPCA (IBGE)** | |
| Abril | 1,0369 |
| **IGP-DI (FGV)** | |
| Abril | 0,9768 |
| **IGP-M (FGV)** | |
| Abril | 0,9696 |

## TR/Poupança

| | | |
|---|---|---|
| 13/04 a 13/05 | 0,0211 | 0,5212 |
| 14/04 a 14/05 | 0,0567 | 0,5570 |
| 15/04 a 15/05 | 0,0824 | 0,5828 |
| 16/04 a 16/05 | 0,0844 | 0,5848 |
| 17/04 a 17/05 | 0,0599 | 0,5602 |
| 18/04 a 18/05 | 0,0672 | 0,5675 |
| 19/04 a 19/05 | 0,0362 | 0,5364 |
| 20/04 a 20/05 | 0,0101 | 0,5102 |
| 21/04 a 21/05 | 0,0363 | 0,5365 |
| 22/04 a 22/05 | 0,0626 | 0,5629 |
| 23/04 a 23/05 | 0,0605 | 0,5608 |
| 24/04 a 24/05 | 0,0627 | 0,5630 |
| 25/04 a 25/05 | 0,0621 | 0,5624 |
| 26/04 a 26/05 | 0,0365 | 0,5367 |
| 27/04 a 27/05 | 0,0088 | 0,5088 |
| 28/04 a 28/05 | 0,0350 | 0,5352 |
| 01/05 a 01/06 | 0,0870 | 0,5874 |
| 02/05 a 02/06 | 0,0870 | 0,5874 |
| 03/05 a 03/06 | 0,0521 | 0,5524 |
| 04/05 a 04/06 | 0,0487 | 0,5489 |
| 05/05 a 05/06 | 0,0844 | 0,5848 |
| 06/05 a 06/06 | 0,1103 | 0,6109 |
| 07/05 a 07/06 | 0,1082 | 0,6087 |
| 08/05 a 08/06 | 0,1060 | 0,6065 |
| 09/05 a 09/06 | 0,0834 | 0,5838 |
| 10/05 a 10/06 | 0,0488 | 0,5490 |
| 11/05 a 11/06 | 0,0342 | 0,5344 |
| 12/05 a 12/06 | 0,0604 | 0,5607 |
| 13/05 a 13/06 | 0,0865 | 0,5869 |
| 14/05 a 14/06 | 0,0885 | 0,5889 |
| 15/05 a 15/06 | 0,1143 | 0,6149 |
| 16/05 a 16/06 | 0,0643 | 0,5646 |
| 17/05 a 17/06 | 0,0385 | 0,5387 |
| 18/05 a 18/06 | 0,0382 | 0,5384 |
| 19/05 a 19/06 | 0,0646 | 0,5649 |
| 20/05 a 20/06 | 0,0911 | 0,5916 |

## Agenda Federal

sage

**Dia 22**

**DCTF -** Mensal - Entrega das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), com informações relativas os fatos geradores ocorridos no mês de março/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 9º, caput). Nota: A DCTFWeb substituiu a DCTF como instrumento de confissão de dívida e de constituição de créditos tributários relativos (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, arts. 19-A e 19-B): a) ao IRRF decorrentes da relação de trabalho, apurados por meio do eSocial, para fatos geradores ocorridos desde maio/2023; b) aos seguintes créditos tributários, captados da EFD Reinf, cujos fatos geradores ocorrerem a partir do mês de janeiro de 2024: b.1) IRRF, não decorrentes da relação do trabalho, observado o disposto no artigo 19-B; e b.2) IRPJ, CSL, contribuição para o PIS-Pasep e Cofins a retidos na fonte de que tratam os arts. 30, 33 e 34 da Lei nº 10.833/2003, o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.485/2002. Internet

**Dia 23**

**Scanc/Tributação monofásica -** Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet
Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, “b”; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023

**IOF -** Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de maio/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

**IRRF -** Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.05.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra “b”, da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

**Dia 24**

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821. Darf Comum (2 vias)

**IPI -** Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838. Darf Comum (2 vias)

# Bovespa

## Movimento do Pregão 21/05

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,27% ao marcar 127411.55 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 19.777.213.912. As maiores altas foram YDUQS PART ON, CPFL ENERGIA ON, RUMO S.A. ON, CSNMINERACAO ON e TOTVS ON. As maiores baixas foram LOJAS RENNER ON, VAMOS ON, SUZANO S.A. ON, LWSA ON e PETRORIO ON.

## Pregão do dia 20/05

### RESUMO NO DIA

| Discriminação | Negócios | Títulos Mil | Participação (%) | Valor (R$) Mil | Participação (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| LOTE PADRAO | 1.634.835 | 1.163.613 | 41,28 | 17.722.601,68 | 86,70 |
| FRACIONARIO | 406.704 | 4.518 | 0,16 | 84.781,21 | 0,41 |
| DEMAIS ATIVOS | 1.247.103 | 1.081.032 | 38,35 | 1.368.655,11 | 6,69 |
| TOTAL A VISTA | 3.288.625 | 2.249.159 | 79,80 | 19.175.922,95 | 93,81 |
| BBT | 4 | 1.891 | 0,06 | 22.650,34 | 0,11 |
| EX OPC COMPRA | 1 | - | 0,00 | 2,70 | 0,00 |
| TERMO | 906 | 7.552 | 0,26 | 77.781,97 | 0,38 |
| OPCOES COMPRA | 182.249 | 285.505 | 10,13 | 189.968,70 | 0,92 |
| OPCOES VENDA | 140.149 | 258.515 | 9,17 | 233.648,33 | 1,14 |
| OPC.COMP.INDICE | 300 | 17 | 0,00 | 93.135,69 | 0,45 |
| OPC.VEND.INDICE | 775 | 17 | 0,00 | 80.409,62 | 0,39 |
| TOTAL DE OPCOES | 323.473 | 544.055 | 19,30 | 597.162,35 | 2,92 |
| BOVESPAFIX | 4.722 | 349 | 0,01 | 28.153,32 | 0,13 |
| TOTAL GERAL | 3.825.042 | 2.818.286 | 100,00 | 20.439.917,96 | 100,00 |
| PARTIC. AFTER MARKET | 18.399 | 58.127 | 2,06 | 103.800,85 | 0,50 |
| PARTIC. NOVO MERCADO | 1.485.210 | 1.122.627 | 39,83 | 11.452.575,82 | 56,03 |
| PARTIC. NIVEL 1 | 332.588 | 228.446 | 8,10 | 2.906.567,40 | 14,22 |
| PARTIC. NIVEL 2 | 395.727 | 279.457 | 9,91 | 3.163.968,56 | 15,47 |
| PARTIC BALCÃO ORGANIZADO | 182 | 4 | 0,00 | 427,06 | 0,00 |
| PARTIC. MAIS | 970 | 112 | 0,00 | 1.610,62 | 0,00 |
| PARTIC. IBOVESPA | 1.244.453 | 934.032 | 33,14 | 15.808.796,46 | 77,34 |
| PARTIC. IBrX 50 | 914.324 | 736.639 | 26,13 | 13.485.489,45 | 65,97 |
| PARTIC. IBrX 100 | 1.344.075 | 980.819 | 34,80 | 16.384.573,72 | 80,15 |
| PARTIC. IBrA | 1.589.087 | 1.134.981 | 40,27 | 17.603.215,35 | 86,12 |
| PARTIC. MIDLARGE | 984.270 | 642.404 | 22,79 | 13.794.264,88 | 67,48 |
| PARTIC. SMALL | 602.100 | 492.452 | 17,47 | 3.801.621,44 | 18,59 |
| PARTIC. ISE | 870.547 | 670.966 | 23,80 | 9.056.195,34 | 44,30 |
| PARTIC. ICO2 | 1.077.020 | 781.363 | 27,72 | 12.573.678,15 | 61,51 |
| PARTIC. IEE | 147.843 | 73.319 | 2,60 | 1.536.101,24 | 7,51 |
| PARTIC. INDX | 411.025 | 233.293 | 8,27 | 4.025.537,83 | 19,69 |
| PARTIC. ICONSUMO | 531.715 | 500.428 | 17,75 | 4.262.122,99 | 20,85 |
| PARTIC. IMOBILIARIO | 106.558 | 50.507 | 1,79 | 605.322,98 | 2,96 |
| PARTIC. IFINANCEIRO | 216.830 | 167.202 | 5,93 | 2.857.595,02 | 13,98 |
| PARTIC. IMAT | 198.478 | 113.973 | 4,04 | 3.126.154,80 | 15,29 |
| PARTIC. UTIL | 183.843 | 86.009 | 3,05 | 1.942.010,12 | 9,50 |
| PARTIC. IVBX 2 | 699.393 | 399.454 | 14,17 | 7.076.656,47 | 34,62 |
| PARTIC. IGC | 1.554.328 | 1.093.005 | 38,78 | 16.851.192,94 | 82,44 |
| PARTIC. IGCT | 1.523.924 | 1.078.603 | 38,27 | 16.769.592,93 | 82,04 |
| PARTIC. IGNM | 1.104.284 | 804.552 | 28,54 | 11.056.965,48 | 54,09 |
| PARTIC. ITAG ALONG | 1.485.509 | 1.046.793 | 37,14 | 15.955.872,07 | 78,06 |
| PARTIC. IDIV | 544.603 | 350.972 | 12,45 | 7.413.753,28 | 36,27 |
| PARTIC. IFIX | 877.744 | 10.717 | 0,38 | 315.288,70 | 1,54 |
| PARTIC. BDRX | 46.482 | 4.166 | 0,14 | 227.326,51 | 1,11 |
| PARTIC. IFIL | 725.684 | 8.006 | 0,28 | 257.553,72 | 1,26 |
| PARTIC. IGPTW B3 | 493.686 | 453.919 | 16,10 | 5.444.268,60 | 26,63 |
| PARTIC. IAGRO-FFS B3 | 284.177 | 169.505 | 6,01 | 2.651.613,94 | 12,97 |
| PARTIC. IBOV SD TR | 353.720 | 227.201 | 8,06 | 5.614.847,64 | 27,47 |
| PARTIC. IDIVERSA B3 | 816.616 | 634.373 | 22,50 | 10.832.475,18 | 52,99 |

### MERCADO À VISTA
### LOTE-PADRÃO

| Código | Empresa/Ação | | Abertura | Mínimo | Máximo | Médio | Fechamento | Oscilação (%) | Ofertas | | Negócios Realizados | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Compra (R$) | Venda (R$) | Número | Quantidade |
| 5GTK11 | INVESTO 5GTK | CI | 93,99 | 93,99 | 94,92 | 94,70 | 94,58 | 0,62↑ | 94,05 | 94,58 | 13 | 1.186 |
| A1AP34 | ADVANCE AUTO | DRN | 23,28 | 23,13 | 23,31 | 23,17 | 23,31 | -1,39↓ | 23,07 | 30,00 | 5 | 25 |
| A1CR34 | AMCOR PLC | DRN | 51,76 | 51,76 | 51,96 | 51,78 | 51,79 | -0,93↓ | 51,55 | 52,50 | 4 | 16 |
| A1DI34 | ANALOG DEVIC | DRN | 554,51 | 552,20 | 554,51 | 554,17 | 553,85 | 13,26↑ | - | - | 5 | 201 |
| A1DM34 | ARCHER DANIE | DRN ED | 310,31 | 310,31 | 313,36 | 311,20 | 313,36 | -1,33↓ | 265,33 | 315,99 | 6 | 145 |
| A1EE34 | AMEREN CORP | DRN | - | - | - | - | - | - | 170,00 | - | - | - |
| A1EG34 | AEGON LTD | DRN | 35,64 | 35,28 | 35,64 | 35,36 | 35,28 | 0,42↑ | 34,16 | - | 7 | 31 |
| A1ES34 | AES CORP | DRN | 110,00 | 108,00 | 110,00 | 108,93 | 108,00 | -0,53↓ | 108,13 | 115,49 | 3 | 11 |
| A1GI34 | AGILENT TECH | DRN | - | - | - | - | - | - | 346,34 | - | - | - |
| A1IV34 | APARTMENT IN | DRN | 42,75 | 42,60 | 42,75 | 42,67 | 42,68 | -0,37↓ | 38,13 | 43,12 | 4 | 7 |
| A1KA34 | AKAMAI TECHN | DRN | - | - | - | - | - | - | 36,90 | - | - | - |
| A1LB34 | ALBEMARLE CO | DRN | 27,85 | 26,90 | 27,85 | 27,60 | 27,78 | -0,25↓ | 26,98 | 28,06 | 33 | 894 |
| A1LG34 | ALIGN TECHNO | DRN | - | - | - | - | - | - | 310,00 | 442,13 | - | - |
| A1LL34 | BREAD FINAN | DRN ED | 53,85 | 53,30 | 53,85 | 53,31 | 53,30 | 1,91↑ | 52,30 | - | 4 | 1.033 |
| A1LN34 | ALNYLAM PHAR | DRN | 38,30 | 38,30 | 38,30 | 38,30 | 38,30 | 1,64↑ | 36,10 | 41,29 | 1 | 2 |
| A1MD34 | ADVANCED MIC | DRN | 106,10 | 105,12 | 107,60 | 105,92 | 105,49 | 1,41↑ | 105,40 | 106,15 | 171 | 37.665 |
| A1ME34 | AMETEK INC | DRN | 36,10 | 36,10 | 36,10 | 36,10 | 36,10 | -1,15↓ | - | - | 1 | 114 |
| A1MP34 | AMERIPRISE F | DRN | 553,30 | 553,30 | 553,30 | 553,30 | 553,30 | -0,89↓ | - | - | 1 | 9 |
| A1MT34 | APPLIED MATE | DRN | 109,34 | 109,34 | 113,00 | 111,95 | 111,79 | 3,62↑ | 111,14 | 113,45 | 38 | 4.341 |
| A1NE34 | ARISTA NETWO | DRN | 411,64 | 410,00 | 411,64 | 410,36 | 410,00 | 0,40↑ | 250,00 | 423,33 | 4 | 454 |
| A1ON34 | AON PLC | DRN | - | - | - | - | - | - | 365,60 | 384,35 | - | - |
| A1PA34 | APA CORP | DRN | - | - | - | - | - | - | 153,88 | 160,00 | - | - |
| A1PD34 | AIR PRODUCTS | DRN | 336,55 | 336,55 | 337,96 | 337,25 | 337,96 | 7,63↑ | - | - | 2 | 2 |
| A1PH34 | AMPHENOL COR | DRN | 343,05 | 341,80 | 343,05 | 342,42 | 341,80 | 9,13↑ | - | - | 2 | 2 |
| A1RE34 | ALEXANDRIA R | DRN | 158,50 | 158,50 | 158,50 | 158,50 | 158,50 | = | 140,74 | 170,06 | 1 | 1 |
| A1RG34 | ARGENX SE | DRN | - | - | - | - | - | - | 70,80 | 80,02 | - | - |
| A1SN34 | ASCENDIS PHA | DRN | - | - | - | - | - | - | 26,43 | - | - | - |
| A1TH34 | AUTOHOME INC | DRN | 15,00 | 15,00 | 15,00 | 15,00 | 15,00 | -1,12↓ | 14,51 | 15,26 | 1 | 1 |
| A1TT34 | ALLSTATE COR | DRN | 35,31 | 35,31 | 35,31 | 35,31 | 35,31 | -2,02↓ | 21,30 | 50,00 | 1 | 1 |
| A1UT34 | AUTODESK INC | DRN | 280,56 | 280,56 | 282,24 | 282,05 | 282,24 | 0,08↑ | - | - | 2 | 18 |
| A1VB34 | AVALONBAY CO | DRN | 253,75 | 251,50 | 253,75 | 252,91 | 252,75 | -0,39↓ | 189,94 | - | 4 | 20 |
| A1ZN34 | ASTRAZENECA | DRN | 65,38 | 65,19 | 65,87 | 65,19 | 65,19 | -0,04↓ | 64,02 | 66,00 | 27 | 3.342 |
| A2FY34 | AFYA LTD | DRN | 50,60 | 50,60 | 53,00 | 50,60 | 53,00 | 7,50↑ | 49,28 | - | 4 | 1.402 |
| A2MB34 | AMBARELLA IN | DRN | 10,05 | 10,02 | 10,16 | 10,11 | 10,16 | 1,09↑ | 8,36 | 10,72 | 3 | 5 |
| A2RE34 | ARES MANAGEM | DRN | 74,27 | 74,13 | 74,27 | 74,16 | 74,13 | -0,46↓ | - | - | 2 | 18 |
| A2RR34 | ARROWHEAD PH | DRN | - | - | - | - | - | - | 8,55 | 17,50 | - | - |
| A2SO34 | ACADEMY SPOR | DRN | - | - | - | - | - | - | 63,14 | - | - | - |
| A2XO34 | AXON ENTERPR | DRN | 82,50 | 82,50 | 82,52 | 82,51 | 82,52 | -1,76↓ | - | 84,00 | 2 | 360 |
| AAGO34 | ANGLOAMERICA | DRN | - | - | - | - | - | - | 40,00 | - | - | - |
| AALL34 | AMERICAN AIR | DRN | 75,70 | 74,00 | 75,70 | 74,75 | 74,60 | -0,75↓ | 73,77 | 75,69 | 10 | 67 |
| AALR3 | ALLIAR | ON NM | 10,38 | 10,20 | 10,52 | 10,37 | 10,40 | 0,19↑ | 10,40 | 10,47 | 168 | 33.500 |
| AAPL34 | APPLE | DRN ED | 48,50 | 48,36 | 48,95 | 48,80 | 48,87 | 0,84↑ | 48,74 | 48,87 | 1.951 | 139.829 |
| ABBV34 | ABBVIE | DRN | 52,87 | 52,20 | 53,20 | 52,30 | 52,20 | -1,26↓ | 52,20 | 53,10 | 22 | 4.388 |
| ABCB4 | ABC BRASIL | PN N2 | 22,07 | 21,91 | 22,22 | 22,07 | 22,17 | 0,54↑ | 22,10 | 22,17 | 1.426 | 391.700 |
| ABEV3 | AMBEV S/A | ON | 12,33 | 12,05 | 12,39 | 12,18 | 12,10 | -2,26↓ | 12,09 | 12,10 | 24.440 | 38.892.800 |
| ABGD39 | ABDEN GOLD | DRE | - | - | - | - | - | - | 39,95 | - | - | - |
| ABTT34 | ABBOTT | DRN | 43,47 | 43,47 | 43,47 | 43,47 | 43,47 | -2,00↓ | 43,47 | 45,28 | 1 | 1 |
| ABUD34 | AB INBEV | DRN | 56,76 | 56,76 | 56,76 | 56,76 | 56,76 | - | 55,05 | 56,76 | 1 | 1 |
| ACNB34 | ACCENTURE | DRN | 1.554,65 | 1.554,65 | 1.554,65 | 1.554,65 | 1.554,65 | 1,28↑ | 1.448,67 | 1.780,00 | 1 | 100 |
| ACWI11 | TREND ACWI | CI | 11,87 | 11,83 | 11,92 | 11,86 | 11,86 | 0,16↑ | 11,80 | 11,87 | 110 | 108.075 |
| ADBE34 | ADOBE INC | DRN | 49,30 | 49,05 | 49,80 | 49,59 | 49,80 | 1,01↑ | 49,08 | 50,57 | 55 | 4.386 |
| ADPR34 | AUTOMATIC DT | DRN | - | - | - | - | - | - | 48,29 | 55,00 | - | - |
| AERI3 | AERIS | ON EG NM | 10,16 | 9,74 | 10,20 | 9,89 | 9,74 | -4,69↓ | 9,74 | 9,85 | 434 | 114.800 |
| AESB3 | AES BRASIL | ON NM | 11,05 | 11,00 | 11,09 | 11,04 | 11,08 | 0,27↑ | 11,05 | 11,08 | 8.289 | 6.123.600 |
| AFLT3 | AFLUENTE T | ON | 7,15 | 7,15 | 7,25 | 7,15 | 7,25 | 2,83↑ | 7,16 | 7,62 | 5 | 2.900 |
| AGRI11 | BB ETF IAGRO | CI | 49,93 | 49,78 | 50,31 | 49,95 | 50,04 | 0,22↑ | 47,18 | 50,84 | 12 | 179 |
| AGRO3 | BRASILAGRO | ON NM | 25,37 | 25,32 | 25,76 | 25,58 | 25,48 | 0,43↑ | 25,48 | 25,65 | 851 | 119.900 |
| AGXY3 | AGROGALAXY | ON NM | 1,41 | 1,38 | 1,43 | 1,40 | 1,39 | -0,71↓ | 1,39 | 1,40 | 609 | 243.100 |
| AHEB3 | SPTURIS | ON | 21,24 | 21,24 | 24,95 | 22,47 | 24,95 | 13,35↑ | 22,02 | 25,20 | 3 | 300 |
| AHEB5 | SPTURIS | PNA | - | - | - | - | - | - | 18,72 | - | - | - |
| AHEB6 | SPTURIS | PNB | - | - | - | - | - | - | 19,32 | 120,00 | - | - |
| AIGB34 | AIG GROUP | DRN | - | - | - | - | - | - | 331,00 | - | - | - |
| AIRB34 | AIRBNB | DRN | 37,31 | 37,14 | 37,41 | 37,18 | 37,14 | -0,24↓ | 36,91 | 37,41 | 38 | 2.890 |
| ALLD3 | ALLIED | ON NM | 7,21 | 7,05 | 7,25 | 7,15 | 7,21 | 0,69↑ | 7,21 | 7,25 | 405 | 107.500 |
| ALOS3 | ALLOS | ON NM | 21,59 | 21,49 | 21,89 | 21,70 | 21,61 | -1,27↓ | 21,61 | 21,69 | 13.560 | 3.751.600 |
| ALPA3 | ALPARGATAS | ON N1 | 9,97 | 9,97 | 9,97 | 9,97 | 9,97 | -2,73↓ | 9,97 | 10,69 | 5 | 1.600 |
| ALPA4 | ALPARGATAS | PN N1 | 9,84 | 9,70 | 9,97 | 9,85 | 9,90 | -0,30↓ | 9,90 | 9,93 | 8.242 | 2.990.100 |
| ALPK3 | ESTAPAR | ON NM | 3,65 | 3,64 | 3,90 | 3,77 | 3,77 | 3,28↑ | 3,77 | 3,87 | 557 | 109.100 |
| ALUG11 | INVESTO ALUG | CI | 35,45 | 35,12 | 35,69 | 35,26 | 35,12 | -0,70↓ | 35,00 | 35,12 | 105 | 5.249 |
| ALUP11 | ALUPAR | UNT ED N2 | 29,10 | 29,10 | 29,75 | 29,54 | 29,50 | -0,03↓ | 29,45 | 29,50 | 3.796 | 1.218.000 |
| ALUP3 | ALUPAR | ON ED N2 | 9,78 | 9,77 | 9,98 | 9,86 | 9,87 | -0,10↓ | 9,82 | 9,87 | 99 | 13.400 |
| ALUP4 | ALUPAR | PN ED N2 | 9,74 | 9,70 | 9,86 | 9,79 | 9,70 | -0,41↓ | 9,71 | 9,84 | 90 | 13.700 |
| AMAR3 | LOJAS MARISA | ON NM | 1,65 | 1,57 | 1,71 | 1,66 | 1,71 | 1,78↑ | 1,68 | 1,71 | 1.124 | 681.700 |
| AMBP3 | AMBIPAR | ON NM | 8,99 | 8,72 | 9,77 | 9,27 | 9,72 | 8,12↑ | 9,64 | 9,72 | 6.769 | 3.050.600 |
| AMGN34 | AMGEN | DRN ED | 58,06 | 57,12 | 58,06 | 57,23 | 57,27 | -0,88↓ | 55,85 | 58,72 | 3 | 23 |
| AMLG34 | ASTONMARTIN | DRN | - | - | - | - | - | - | 12,28 | - | - | - |
| AMZO34 | AMAZON | DRN | 47,30 | 46,80 | 47,78 | 46,98 | 46,94 | -0,48↓ | 46,84 | 46,94 | 3.249 | 189.237 |
| ANIM3 | ANIMA | ON NM | 3,98 | 3,95 | 4,09 | 4,02 | 4,02 | 1,00↑ | 4,01 | 4,05 | 4.151 | 3.523.900 |
| APER3 | ALPER S.A. | ON | 44,70 | 44,70 | 45,35 | 45,20 | 45,33 | 0,30↑ | 45,19 | 45,86 | 10 | 1.000 |
| APTI3 | ALIPERTI | ON | - | - | - | - | - | - | 4.000,00 | - | - | - |
| APTI4 | ALIPERTI | PN | - | - | - | - | - | - | 4.000,00 | - | - | - |
| APTV34 | APTIV PLC | DRN | - | - | - | - | - | - | 206,04 | 216,60 | - | - |
| ARML3 | ARMAC | ON NM | 11,02 | 10,90 | 11,56 | 11,38 | 11,56 | 4,42↑ | 11,56 | 11,57 | 3.491 | 1.752.400 |
| ARMT34 | ARCELOR | DRN ED | 67,34 | 66,85 | 67,34 | 67,04 | 67,05 | -0,29↓ | 65,18 | 68,52 | 18 | 798 |
| ARNC34 | HOWMET AERO | DRN ED | 427,00 | 426,00 | 427,00 | 426,90 | 426,00 | - | - | - | 2 | 11 |
| ARZZ3 | AREZZO CO | ON NM | 48,72 | 48,36 | 50,10 | 49,50 | 49,41 | 0,65↑ | 49,41 | 49,50 | 7.076 | 1.862.800 |
| ASAI3 | ASSAI | ON NM | 13,57 | 13,38 | 13,72 | 13,51 | 13,44 | -1,39↓ | 13,43 | 13,45 | 13.863 | 6.304.100 |
| ASML34 | ASML HOLD | DRN | 85,88 | 85,88 | 87,74 | 86,97 | 86,73 | 1,21↑ | 86,00 | 87,49 | 64 | 4.770 |
| ATOM3 | ATOMPAR | ON | 2,16 | 2,16 | 2,24 | 2,19 | 2,21 | 2,31↑ | 2,18 | 2,21 | 59 | 16.100 |
| ATTB34 | ATT INC | DRN | 29,75 | 29,59 | 29,87 | 29,66 | 29,64 | 0,64↑ | 29,64 | 29,90 | 51 | 3.380 |
| AURA33 | AURA 360 | DR3 | 44,81 | 44,64 | 45,90 | 45,22 | 45,45 | 2,13↑ | 45,45 | 45,60 | 6.393 | 106.470 |
| AURE3 | AUREN | ON NM | 11,78 | 11,74 | 11,99 | 11,87 | 11,87 | 1,02↑ | 11,85 | 11,87 | 6.508 | 5.560.600 |
| AVGO34 | BROADCOM INC | DRN | 101,60 | 101,60 | 103,44 | 102,43 | 102,31 | 0,69↑ | 101,00 | 104,14 | 65 | 35.696 |
| AVLL3 | ALPHAVILLE | ON NM | 3,59 | 3,44 | 3,59 | 3,47 | 3,58 | -0,55↓ | 3,45 | 3,58 | 15 | 3.000 |
| AXPB34 | AMERICAN EXP | DRN | 123,81 | 123,44 | 125,16 | 124,02 | 123,44 | -0,29↓ | 121,00 | 124,35 | 31 | 993 |
| AZEV3 | AZEVEDO | ON | 1,39 | 1,37 | 1,46 | 1,41 | 1,42 | 2,89↑ | 1,42 | 1,44 | 291 | 316.500 |
| AZEV4 | AZEVEDO | PN | 1,32 | 1,32 | 1,41 | 1,35 | 1,34 | 0,75↑ | 1,33 | 1,34 | 1.512 | 2.764.800 |
| AZOI34 | AUTOZONE INC | DRN | 67,72 | 67,72 | 68,35 | 67,84 | 68,35 | 0,93↑ | 67,00 | 70,49 | 3 | 53 |
| AZUL4 | AZUL | PN N2 | 10,10 | 9,84 | 10,38 | 10,13 | 10,22 | 1,48↑ | 10,22 | 10,24 | 11.489 | 10.410.600 |
| B1AM34 | BROOKFIELD C | DRN | 57,00 | 57,00 | 57,18 | 57,12 | 57,18 | 0,72↑ | 50,00 | - | 9 | 154 |
| B1AX34 | BAXTER INTER | DRN | - | - | - | - | - | - | 86,70 | 95,00 | - | - |
| B1BT34 | TRUIST FINAN | DRN ED | 200,40 | 200,20 | 200,40 | 200,33 | 200,20 | 15,98↑ | 199,80 | - | 3 | 3 |
| B1BW34 | BATHBODY | DRN | - | - | - | - | - | - | 62,69 | 65,90 | - | - |
| B1CS34 | BARCLAYS PLC | DRN | 56,34 | 56,34 | 56,58 | 56,38 | 56,58 | -0,42↓ | 56,28 | 70,00 | 4 | 30 |
| B1DX34 | BECTON DICKI | DRN | 240,48 | 239,76 | 241,20 | 240,51 | 240,96 | -0,22↓ | - | - | 1.115 | 2.140 |
| B1FC34 | BROWN FORMAN | DRN | 245,50 | 245,50 | 245,50 | 245,50 | 245,50 | - | - | - | 1 | 1 |
| B1GN34 | BEIGENE LTD | DRN | - | - | - | - | - | - | 30,80 | 36,21 | - | - |
| B1IL34 | BILIBILI INC | DRN | 16,90 | 16,33 | 16,90 | 16,48 | 16,49 | -3,56↓ | 16,33 | 17,40 | 128 | 7.161 |
| B1KR34 | BAKER HUGHES | DRN | 170,77 | 170,77 | 170,77 | 170,77 | 170,77 | 0,15↑ | 165,19 | 173,67 | 1 | 30 |
| B1NT34 | BIONTECH SE | DRN | 29,04 | 29,04 | 29,59 | 29,58 | 29,59 | 2,17↑ | 29,43 | 30,00 | 20 | 1.395 |
| B1PP34 | BP PLC | DRN ED | 47,85 | 47,29 | 48,05 | 47,40 | 47,29 | -0,85↓ | 47,29 | 48,28 | 29 | 1.910 |
| B1SA34 | BANCO SANTAN | DRN | 51,10 | 50,79 | 51,10 | 50,79 | 50,79 | -0,60↓ | 50,00 | 51,15 | 6 | 352 |
| B1SX34 | BOSTON SCIEN | DRN | 384,94 | 384,94 | 384,94 | 384,94 | 384,94 | 1,50↑ | 379,20 | 393,78 | 1 | 3 |
| B1TI34 | BRITISH AMER | DRN | 32,22 | 31,84 | 32,37 | 32,05 | 31,84 | -1,11↓ | 31,51 | 32,89 | 76 | 7.527 |
| B1WA34 | BORGWARNER I | DRN | - | - | - | - | - | - | 147,00 | 250,00 | - | - |
| B2AP34 | CREDICORP LT | DRN ED | - | - | - | - | - | - | - | 74,50 | - | - |
| B2HI34 | BILL HOLD | DRN | 1,68 | 1,67 | 1,70 | 1,69 | 1,70 | 1,19↑ | 1,68 | 1,77 | 28 | 2.165 |
| B2MB34 | BUMBLE INC | DRN | 12,46 | 12,46 | 12,46 | 12,46 | 12,46 | 3,66↑ | - | - | 1 | 1 |
| B2YN34 | BEYOND MEAT | DRN | 1,99 | 1,84 | 1,99 | 1,84 | 1,84 | = | 1,84 | 1,98 | 24 | 1.670 |
| B3SA3 | B3 | ON NM | 11,27 | 11,17 | 11,50 | 11,40 | 11,43 | 0,08↑ | 11,42 | 11,43 | 21.156 | 43.865.500 |
| BAAX39 | MSCI ASIA JP | DRE | 37,25 | 37,25 | 37,25 | 37,25 | 37,25 | -0,71↓ | 34,20 | 38,59 | 1 | 66 |
| BABA34 | ALIBABAGR | DRN | 16,00 | 15,87 | 16,33 | 16,14 | 16,18 | -0,12↓ | 16,10 | 16,18 | 941 | 298.793 |
| BACW39 | MSCI ACWI | DRE | 58,26 | 57,33 | 58,35 | 57,56 | 57,33 | 0,06↑ | 56,62 | 60,00 | 13 | 244 |
| BAER39 | US AEROSPACE | DRE | - | - | - | - | - | - | 34,29 | 35,16 | - | - |
| BAHI3 | BAHEMA | ON MA | 7,83 | 7,58 | 8,16 | 7,90 | 7,58 | -0,65↓ | 7,55 | 7,79 | 38 | 10.400 |
| BAIQ39 | GX AI TECH | DRE | 59,20 | 58,67 | 59,87 | 58,90 | 58,93 | 0,73↑ | 43,99 | 59,87 | 6 | 6.565 |
| BALM3 | BAUMER | ON | - | - | - | - | - | - | 10,60 | 12,49 | - | - |
| BALM4 | BAUMER | PN | - | - | - | - | - | - | 9,91 | 10,48 | - | - |
| BAUH4 | EXCELSIOR | PN | - | - | - | - | - | - | - | 79,99 | - | - |
| BAZA3 | AMAZONIA | ON | 96,93 | 95,92 | 96,93 | 96,70 | 96,50 | 0,75↑ | 95,60 | 96,93 | 9 | 900 |
| BBAS3 | BRASIL | ON NM | 27,65 | 27,62 | 28,05 | 27,90 | 27,92 | 0,83↑ | 27,91 | 27,92 | 42.076 | 16.493.700 |
| BBDC3 | BRADESCO | ON N1 | 11,96 | 11,94 | 12,07 | 11,99 | 11,99 | -0,24↓ | 11,98 | 11,99 | 4.989 | 4.352.300 |
| BBDC4 | BRADESCO | PN N1 | 13,40 | 13,32 | 13,45 | 13,35 | 13,33 | -0,74↓ | 13,33 | 13,34 | 22.461 | 26.958.300 |
| BBER39 | JP BTB EUROP | DRE | 63,42 | 63,42 | 63,42 | 63,42 | 63,42 | = | - | - | 1 | 1 |
| BBOI11 | BB ETF BOI G | CI | 6,97 | 6,96 | 7,00 | 6,98 | 6,99 | 0,43↑ | 6,97 | 6,99 | 54 | 8.610 |
| BBOV11 | BB ETF IBOV | CI | 66,54 | 66,20 | 66,68 | 66,48 | 66,20 | -0,30↓ | 66,20 | 66,50 | 22 | 1.178 |
| BBSD11 | BB ETF SP DV | CI | 107,36 | 107,12 | 108,02 | 107,61 | 107,50 | 0,33↑ | 107,50 | 107,95 | 14 | 242 |
| BBSE3 | BBSEGURIDADE | ON NM | 34,15 | 33,44 | 34,27 | 33,69 | 33,70 | -1,37↓ | 33,68 | 33,70 | 15.547 | 5.585.100 |
| BBUG39 | GX CYBERSECT | DRE | - | - | - | - | - | - | 49,07 | - | - | - |
| BBYY34 | BEST BUY | DRN | 379,62 | 379,62 | 379,62 | 379,62 | 379,62 | -0,88↓ | 367,02 | 385,84 | 1 | 2 |
| BCHI39 | MSCI CHINA | DRE | 30,39 | 29,97 | 30,39 | 29,97 | 29,97 | -1,15↓ | 29,98 | 30,92 | 14 | 1.973 |
| BCHQ39 | GX MSCICHINA | DRE | - | - | - | - | - | - | 20,00 | - | - | - |
| BCIC11 | B INDEX CICL | CI | 118,84 | 118,77 | 118,84 | 118,77 | 118,77 | -0,11↓ | 118,77 | 120,80 | 4 | 106 |
| BCIR39 | FT NASDCYBER | DRE | 55,52 | 55,52 | 55,52 | 55,52 | 55,52 | -0,25↓ | - | - | 1 | 4 |
| BCLO39 | GX CLOUD CPT | DRE | - | - | - | - | - | - | 26,99 | - | - | - |
| BCOM39 | BKR COMT ROL | DRE | - | - | - | - | - | - | 44,31 | 48,08 | - | - |
| BCPX39 | GX COPPER MN | DRE | 53,65 | 53,35 | 54,10 | 53,67 | 53,90 | 2,43↑ | 53,85 | - | 434 | 13.977 |
| BCSA34 | SANTANDER | DRN | 27,00 | 26,52 | 27,06 | 26,70 | 26,52 | -1,55↓ | 26,50 | 26,79 | 378 | 2.114 |
| BCWV39 | MSCIGLMIVOLF | DRE | - | - | - | - | - | - | 54,15 | 60,02 | - | - |
| BDEF11 | B INDEX DEFE | CI | 122,27 | 122,27 | 122,27 | 122,27 | 122,27 | 0,65↑ | 122,27 | 123,99 | 1 | 100 |
| BDOM11 | INVESTO BDOM | CI | 108,80 | 108,42 | 108,93 | 108,71 | 108,93 | 0,11↑ | 108,92 | 129,88 | 3 | 3 |
| BDVD39 | GX SUPDIV US | DRE | 45,28 | 45,00 | 45,28 | 45,14 | 45,00 | 0,08↑ | - | - | 2 | 4 |
| BDVY39 | SELECT DIVID | DRE | 64,26 | 64,00 | 64,26 | 64,22 | 64,20 | -0,09↓ | 64,00 | 64,20 | 3 | 11 |
| BEDC39 | GX TLMEDC DH | DRE | - | - | - | - | - | - | 18,99 | 30,01 | - | - |
| BEEF3 | MINERVA | ON NM | 6,80 | 6,71 | 7,03 | 6,93 | 6,99 | 1,74↑ | 6,99 | 7,00 | 8.022 | 9.800.300 |
| BEEM39 | MSCI EMGMARK | DRE | 37,45 | 37,20 | 37,45 | 37,35 | 37,20 | -0,50↓ | 33,93 | 38,04 | 5 | 87 |
| BEES3 | BANESTES | ON | 9,08 | 9,02 | 9,10 | 9,05 | 9,06 | -0,11↓ | 9,05 | 9,09 | 47 | 9.900 |
| BEES4 | BANESTES | PN | 9,51 | 9,51 | 9,63 | 9,57 | 9,57 | 0,73↑ | 9,53 | 9,94 | 10 | 1.100 |
| BEFA39 | MSCI EAFE | DRE | 52,30 | 52,30 | 52,30 | 52,30 | 52,30 | 1,31↑ | 51,00 | - | 1 | 6 |
| BEFG39 | MSCIEAFEGROW | DRE | 53,61 | 53,61 | 53,61 | 53,61 | 53,61 | -0,42↓ | 41,99 | 60,02 | 1 | 65 |
| BEFV39 | MSCIEAFEVALU | DRE | 48,10 | 47,90 | 48,15 | 47,98 | 47,90 | -0,51↓ | 47,90 | 48,15 | 4 | 86 |
| BEGD39 | TRTMSCI EAFE | DRE | - | - | - | - | - | - | - | 57,65 | - | - |
| BEGE39 | INC ESG AWAR | DRE | - | - | - | - | - | - | - | 59,99 | - | - |
| BEGU39 | TRUSTMSCI US | DRE | 58,00 | 55,95 | 59,70 | 59,35 | 59,41 | 0,21↑ | 59,29 | 60,10 | 1.626 | 3.500 |
| BERK34 | BERKSHIRE | DRN | 106,95 | 105,10 | 107,10 | 106,03 | 105,10 | -1,23↓ | 105,10 | 106,10 | 272 | 10.581 |
| BEWA39 | MSCIAUSTRALI | DRE | 42,50 | 42,50 | 42,50 | 42,50 | 42,50 | -0,23↓ | 39,04 | 43,59 | 1 | 1 |
| BEWC39 | MSCI CANADA | DRE | 49,45 | 49,45 | 49,45 | 49,45 | 49,45 | 0,54↑ | 43,90 | 51,01 | 2 | 10 |
| BEWG39 | MSCI GERMANY | DRE | 55,00 | 55,00 | 55,00 | 55,00 | 55,00 | -0,57↓ | 55,00 | 57,60 | 1 | 1 |
| BEWH39 | MSCIHONGKONG | DRE | - | - | - | - | - | - | 26,00 | - | - | - |
| BEWJ39 | MSCI JAPAN | DRE | 44,36 | 44,25 | 44,36 | 44,17 | 44,25 | 0,75↑ | 43,08 | 45,00 | 2 | 2 |
| BEWL39 | MSCI SWITZER | DRE | 49,91 | 49,91 | 49,91 | 49,91 | 49,91 | -0,27↓ | 42,90 | - | 1 | 20 |
| BEWQ39 | MSCI FRANCE | DRE | - | - | - | - | - | - | 48,65 | 54,70 | - | - |
| BEWT39 | MSCI TAIWAN | DRE | 43,23 | 43,23 | 43,23 | 43,23 | 43,23 | -0,50↓ | 37,30 | - | 2 | 2 |
| BEWU39 | MSCI UK | DRE | 62,50 | 62,50 | 62,50 | 62,50 | 62,50 | -0,12↓ | 57,00 | 62,50 | 1 | 1 |
| BEWW39 | MSCI MEXICO | DRE | - | - | - | - | - | - | 85,44 | - | - | - |
| BEWY39 | MSCISOUTHKOR | DRE | 41,84 | 41,75 | 41,84 | 41,81 | 41,75 | -0,09↓ | 31,99 | 50,02 | 3 | 208 |
| BEZU39 | MSCIEUROZONE | DRE | - | - | - | - | - | - | 50,98 | 70,03 | - | - |
| BFAV39 | MSCIMINVOL F | DRE | - | - | - | - | - | - | 37,01 | 50,02 | - | - |
| BFDN39 | FT DJ INTERN | DRE | 34,80 | 34,80 | 34,80 | 34,80 | 34,80 | 2,05↑ | - | - | 1 | 3 |
| BFXI39 | CHINALARGECA | DRE | 29,61 | 29,61 | 29,61 | 29,61 | 29,61 | 3,67↑ | - | - | 1 | 2 |
| BGIP3 | BANESE | ON | - | - | - | - | - | - | 23,37 | 29,04 | - | - |
| BGIP4 | BANESE | PN | 21,50 | 21,50 | 21,99 | 21,71 | 21,97 | 2,18↑ | 21,60 | 21,98 | 12 | 1.300 |
| BGNO39 | GX GENOMBIOT | DRE | - | - | - | - | - | - | 21,99 | - | - | - |
| BGOV39 | BKR US TREAS | DRE | 38,44 | 38,08 | 38,44 | 38,08 | 38,08 | -0,52↓ | 38,11 | 39,00 | 3 | 72 |
| BGRT39 | GLOBAL REIT | DRE | 39,68 | 39,68 | 40,24 | 39,99 | 39,92 | -0,49↓ | 39,30 | 46,00 | 4 | 22 |
| BGWH39 | COREDIVGROWT | DRE | 59,97 | 59,80 | 59,97 | 59,87 | 59,80 | -0,53↓ | 59,00 | - | 4 | 90 |
| BHEF39 | CURHEDGEMSCI | DRE | - | - | - | - | - | - | 35,99 | - | - | - |
| BHER39 | GX GAMES SPT | DRE | - | - | - | - | - | - | - | 27,54 | - | - |
| BHEW39 | BKR CH JAPAN | DRE | - | - | - | - | - | - | 53,85 | - | - | - |
| BHEZ39 | BKR CH EUROZ | DRE | - | - | - | - | - | - | 60,55 | - | - | - |
| BHYG39 | BKR IBOXX HY | DRE | 49,37 | 49,25 | 49,40 | 49,31 | 49,39 | 0,10↑ | 49,27 | 54,50 | 11 | 123 |
| BIAU39 | GOLD TRUST | DRE | 58,57 | 58,34 | 58,81 | 58,49 | 58,74 | 0,70↑ | 58,50 | 58,80 | 23 | 595 |
| BIBB39 | ICE BIOTECH | DRE | 46,68 | 46,54 | 46,91 | 46,67 | 46,91 | 0,49↑ | 43,00 | 48,46 | 3 | 209 |
| BIDN39 | BKR GENO IMM | DRE | - | - | - | - | - | - | 49,98 | 70,02 | - | - |
| BIDR39 | BKR SELFDRIV | DRE | - | - | - | - | - | - | 44,98 | 60,02 | - | - |
| BIDU34 | BAIDU INC | DRN | 40,49 | 39,64 | 40,49 | 39,91 | 39,97 | -1,13↓ | 39,39 | 40,20 | 46 | 6.126 |
| BIEF39 | COREMSCIEAFE | DRE | 48,55 | 48,55 | 48,67 | 48,66 | 48,55 | 0,20↑ | 47,00 | 49,50 | 4 | 1.003 |
| BIEI39 | BKR 3 7 YRTR | DRE | 48,91 | 48,91 | 48,92 | 48,91 | 48,92 | 0,10↑ | 48,07 | - | 2 | 2 |
| BIEM39 | COREMSCI EMK | DRE | 46,50 | 46,50 | 46,75 | 46,74 | 46,73 | -0,23↓ | 42,92 | 46,90 | 5 | 1.108 |
| BIEU39 | COREMSCI EUR | DRE | 51,25 | 51,20 | 51,34 | 51,26 | 51,20 | -0,19↓ | 50,50 | 52,22 | 4 | 21 |
| BIEV39 | EUROPE ETF | DRE | - | - | - | - | - | - | 45,98 | 60,00 | - | - |
| BIFR39 | BKR US INFRA | DRE | - | - | - | - | - | - | 62,98 | - | - | - |
| BIGF39 | GLOBAL INFRA | DRE | 64,55 | 64,55 | 64,55 | 64,55 | 64,55 | 0,03↑ | 56,92 | - | 1 | 2 |
| BIHA39 | BKR CYBTECH | DRE | - | - | - | - | - | - | 64,98 | - | - | - |
| BIHI39 | USMEDICDEVIC | DRE | 8,21 | 8,21 | 8,22 | 8,21 | 8,22 | -0,48↓ | 7,10 | 9,00 | 2 | 215 |
| BIIB34 | BIOGEN | DRN | - | - | - | - | - | - | 191,99 | 201,84 | - | - |
| BIJH39 | CORE MIDCAP | DRE | 15,43 | 15,41 | 15,43 | 15,42 | 15,41 | -0,70↓ | 15,30 | 18,01 | 2 | 40 |
| BIJR39 | CORESMALLCAP | DRE | 70,56 | 70,51 | 70,77 | 70,56 | 70,51 | -0,26↓ | 69,00 | 71,00 | 4 | 11 |
| BIJS39 | BKR SPSM600V | DRE | - | - | - | - | - | - | 64,00 | - | - | - |
| BILB34 | BILBAOVIZ | DRN | 55,62 | 55,62 | 55,62 | 55,62 | 55,62 | -0,42↓ | 50,00 | 60,00 | 1 | 1 |
| BIOM3 | BIOMM | ON MA | 15,78 | 15,14 | 16,43 | 15,81 | 15,62 | -0,50↓ | 15,40 | 15,62 | 697 | 90.900 |
| BIRB39 | BKR ROBT AIM | DRE | 88,74 | 88,74 | 88,74 | 88,74 | 88,74 | 1,12↑ | 78,54 | - | 1 | 4.450 |
| BITO39 | CORE SP TOTA | DRE | 59,62 | 59,58 | 59,63 | 59,62 | 59,59 | 0,21↑ | 56,72 | - | 13 | 6.092 |
| BIVB39 | CORE SP 500 | DRE | 68,04 | 68,00 | 68,39 | 68,13 | 68,00 | 0,04↑ | 68,00 | 68,50 | 59 | 8.097 |
| BIVE39 | SP500 VALUE | DRE | 63,43 | 63,28 | 63,46 | 63,31 | 63,28 | -0,23↓ | 62,97 | 63,27 | 14 | 451 |
| BIVW39 | SP500GROWTH | DRE | 55,39 | 55,39 | 55,39 | 55,39 | 55,39 | 0,74↑ | 53,00 | - | 1 | 4 |
| BIWF39 | RUSSEL1000GR | DRE | - | - | - | - | - | - | 58,98 | - | - | - |
| BIWM39 | RUSSELL 2000 | DRE | 53,20 | 53,20 | 53,20 | 53,20 | 53,20 | 0,37↑ | 47,82 | 55,00 | 2 | 28 |
| BIXC39 | BKR GLB ENER | DRE | 56,10 | 56,10 | 56,10 | 56,10 | 56,10 | 0,21↑ | 55,00 | 60,03 | 1 | 300 |
| BIXG39 | BKR GL FIN | DRE | - | - | - | - | - | - | 38,99 | - | - | - |
| BIXJ39 | GLOBALHEALTH | DRE | 59,39 | 59,39 | 59,39 | 59,39 | 59,39 | 0,57↑ | 58,00 | 60,00 | 1 | 55 |
| BIXN39 | GLOBAL TECH | DRE | 13,04 | 13,04 | 13,10 | 13,04 | 13,10 | 0,46↑ | 12,50 | 13,13 | 3 | 334 |
| BIYE39 | BKR US ENER | DRE | 84,01 | 84,00 | 84,01 | 84,00 | 84,00 | -0,75↓ | 83,93 | - | 12 | 103 |
| BIYF39 | US FINANCIAL | DRE | 33,44 | 33,44 | 33,44 | 33,44 | 33,44 | 1,21↑ | 27,99 | 33,40 | 1 | 40 |
| BIYG39 | USFINANCSERV | DRE | - | - | - | - | - | - | 13,00 | 18,01 | - | - |
| BIYT39 | BKR 7 10 YRT | DRE | 47,51 | 47,51 | 47,70 | 47,60 | 47,55 | -0,18↓ | 46,91 | 50,00 | 17 | 32.017 |
| BIYW39 | US TECHNOLOG | DRE | 20,16 | 20,16 | 20,38 | 20,35 | 20,38 | 1,19↑ | 19,00 | - | 4 | 578 |
| BJQU39 | JP QLT FACT | DRE | - | - | - | - | - | - | 39,90 | - | - | - |
| BKNG34 | BOOKING | DRN | 108,10 | 108,02 | 110,12 | 109,52 | 109,50 | 1,29↑ | 109,50 | 110,12 | 37 | 3.237 |
| BKSA39 | BKR SAUDARAB | DRE | - | - | - | - | - | - | - | 55,25 | - | - |
| BLAK34 | BLACKROCK | DRN | 62,97 | 61,87 | 63,00 | 62,27 | 61,87 | -1,74↓ | 61,75 | 63,00 | 138 | 3.832 |
| BLAU3 | BLAU | ON NM | 10,89 | 10,69 | 10,91 | 10,78 | 10,77 | -1,10↓ | 10,77 | 10,83 | 722 | 126.200 |
| BLBT39 | GX LITHIUM B | DRE | 29,07 | 29,07 | 29,15 | 29,08 | 29,15 | 2,85↑ | 28,26 | 29,95 | 2 | 13 |
| BLQD39 | BKR IBOX IGC | DRE | 55,28 | 54,60 | 55,28 | 54,78 | 54,74 | -0,07↓ | 54,61 | - | 37 | 886 |
| BMEB3 | MERCANTIL | ON N1 | 24,61 | 24,50 | 25,20 | 24,62 | 24,51 | -9,88↓ | 24,50 | 25,40 | 32 | 4.800 |
| BMEB4 | MERCANTIL | PN N1 | 26,95 | 26,35 | 26,95 | 26,66 | 26,50 | 0,60↑ | 26,50 | 26,65 | 52 | 10.600 |
| BMGB4 | BANCO BMG | PN N1 | 3,39 | 3,39 | 3,50 | 3,45 | 3,47 | 2,66↑ | 3,45 | 3,47 | 801 | 656.200 |
| BMIN3 | MERC INVEST | ON | - | - | - | - | - | - | 19,00 | 25,00 | - | - |
| BMIN4 | MERC INVEST | PN | 15,40 | 15,40 | 15,40 | 15,40 | 15,40 | -3,08↓ | 15,20 | 15,67 | 1 | 500 |
| BMKS3 | BIC MONARK | ON | 355,55 | 355,55 | 370,00 | 361,77 | 370,00 | = | 365,00 | 379,00 | 10 | 40 |
| BMMT11 | B INDEX MOME | CI | 113,49 | 113,49 | 113,49 | 113,49 | 113,49 | 0,15↑ | 113,49 | 115,38 | 1 | 100 |
| BMOB3 | BEMOBI TECH | ON NM | 13,12 | 12,85 | 13,18 | 13,01 | 13,04 | -0,22↓ | 13,04 | 13,09 | 1.209 | 309.400 |
| BMTU39 | MSCIUSAMOM F | DRE | - | - | - | - | - | - | 48,20 | 64,89 | - | - |
| BMYB34 | BRISTOLMYERS | DRN | 225,06 | 225,06 | 225,06 | 225,06 | 225,06 | 0,02↑ | 220,00 | 228,79 | 1 | 40 |
| BNBR3 | NORD BRASIL | ON ES | - | - | - | - | - | - | 105,03 | 119,49 | - | - |
| BNDA39 | MSCI INDIA | DRE | 68,00 | 67,82 | 68,00 | 67,95 | 67,90 | 0,25↑ | 67,50 | 69,00 | 6 | 120 |
| BOAC34 | BANK AMERICA | DRN | 50,14 | 49,31 | 50,45 | 49,53 | 49,31 | -1,65↓ | 49,00 | 50,19 | 86 | 9.072 |
| BOBR3 | BOMBRIL | ON | - | - | - | - | - | - | 0,01 | - | - | - |
| BOBR4 | BOMBRIL | PN | 2,12 | 2,05 | 2,24 | 2,17 | 2,15 | 1,89↑ | 2,16 | 2,20 | 199 | 42.800 |
| BOEF39 | BKR SP100 | DRE | - | - | - | - | - | - | 61,00 | - | - | - |
| BOEI34 | BOEING | DRN | 948,46 | 948,46 | 956,04 | 953,19 | 952,22 | 1,40↑ | 948,46 | 970,00 | 3 | 4 |
| BONY34 | BNY MELLON | DRN | 303,81 | 300,00 | 307,20 | 300,91 | 300,00 | -0,99↓ | 287,50 | 307,20 | 3 | 12 |
| BOTZ39 | GX ROBOTC AI | DRE | 40,92 | 40,68 | 40,92 | 40,83 | 40,80 | 0,49↑ | 39,43 | 41,39 | 5 | 510 |
| BOVA11 | ISHARES BOVA | CI | 124,20 | 123,74 | 124,99 | 124,33 | 124,12 | -0,20↓ | 124,12 | 124,15 | 156.322 | 3.438.136 |
| BOVB11 | ETF BRA IBOV | CI | 129,38 | 129,38 | 130,50 | 129,44 | 129,43 | -0,28↓ | 129,43 | 133,00 | 9 | 2.054 |
| BOVS11 | SAFRAETFIBOV | CI | 98,53 | 98,16 | 99,17 | 98,56 | 98,36 | -0,31↓ | 97,09 | 98,36 | 394 | 651 |
| BOVV11 | IT NOW IBOV | CI | 130,48 | 129,77 | 131,09 | 130,43 | 130,03 | -0,27↓ | 130,03 | 130,15 | 26.383 | 1.260.704 |
| BOVX11 | TREND IBOVX | CI | 12,91 | 12,91 | 13,03 | 12,95 | 12,92 | -0,46↓ | 12,92 | 12,94 | 332 | 126.224 |
| BOXP34 | BOSTON PROP | DRN | 32,01 | 32,01 | 32,01 | 32,01 | 32,01 | -0,92↓ | 30,50 | 37,76 | 1 | 6 |
| BPAC11 | BTGP BANCO | UNT N2 | 34,85 | 34,39 | 35,05 | 34,67 | 34,44 | -1,74↓ | 34,43 | 34,49 | 19.148 | 5.974.300 |
| BPAC3 | BTGP BANCO | ON N2 | 17,49 | 17,06 | 17,49 | 17,25 | 17,21 | -1,60↓ | 17,21 | 17,49 | 41 | 4.400 |
| BPAC5 | BTGP BANCO | PNA N2 | 8,76 | 8,60 | 8,87 | 8,68 | 8,60 | -1,37↓ | 8,60 | 8,78 | 58 | 12.200 |
| BPAN4 | BANCO PAN | PN N1 | 10,03 | 9,89 | 10,05 | 9,95 | 9,96 | -0,30↓ | 9,95 | 9,96 | 2.026 | 697.400 |
| BPAR3 | BANPARA | ON | - | - | - | - | - | - | 150,00 | 300,00 | - | - |
| BPVE39 | GX INFRA DEV | DRE | - | - | - | - | - | - | 46,98 | - | - | - |
| BQQW39 | FT NASD100EQ | DRE | - | - | - | - | - | - | - | 65,00 | - | - |
| BQTC39 | FT NASD100TC | DRE | - | - | - | - | - | - | 60,50 | - | - | - |
| BQUA39 | MSCIUSQUAL F | DRE | 56,68 | 56,68 | 56,68 | 56,68 | 56,68 | 0,63↑ | 55,00 | 60,02 | 1 | 90 |
| BQYL39 | GX NASDAQ100 | DRE ED | 29,83 | 29,80 | 29,83 | 29,81 | 29,80 | 0,03↑ | 29,87 | 34,00 | 2 | 3 |
| BRAP3 | BRADESPAR | ON N1 | 19,35 | 19,26 | 19,58 | 19,45 | 19,26 | -0,61↓ | 19,26 | 19,44 | 452 | 139.300 |
| BRAP4 | BRADESPAR | PN N1 | 20,18 | 20,01 | 20,25 | 20,13 | 20,10 | -0,24↓ | 20,09 | 20,10 | 5.929 | 3.448.600 |
| BRAX11 | ISHARES BRAX | CI | 107,65 | 106,25 | 107,65 | 106,63 | 106,49 | -0,35↓ | 107,04 | 108,57 | 33 | 1.357 |
| BRBI11 | BR PARTNERS | UNT ED N2 | 14,71 | 14,63 | 14,83 | 14,69 | 14,73 | 0,40↑ | 14,72 | 14,75 | 1.227 | 182.700 |
| BREW11 | B INDEX BREW | CI | 119,33 | 118,90 | 120,40 | 119,86 | 119,73 | 0,15↑ | 119,73 | 121,52 | 664 | 768 |
| BRFS3 | BRF SA | ON NM | 19,46 | 19,41 | 19,83 | 19,64 | 19,65 | 1,49↑ | 19,64 | 19,65 | 18.699 | 12.524.200 |
| BRGE11 | ALFA CONSORC | PNE | - | - | - | - | - | - | 10,00 | - | - | - |
| BRGE3 | ALFA CONSORC | ON | - | - | - | - | - | - | - | 18,00 | - | - |
| BRGE5 | ALFA CONSORC | PNA | - | - | - | - | - | - | 12,01 | - | - | - |
| BRGE6 | ALFA CONSORC | PNB | - | - | - | - | - | - | 12,00 | 13,49 | - | - |
| BRIT3 | BRISANET | ON NM | 4,21 | 4,14 | 4,36 | 4,24 | 4,16 | -0,95↓ | 4,15 | 4,16 | 1.169 | 748.600 |
| BRIV3 | ALFA INVEST | ON | - | - | - | - | - | - | 12,21 | 14,00 | - | - |
| BRIV4 | ALFA INVEST | PN | - | - | - | - | - | - | 12,20 | 12,99 | - | - |
| BRKM3 | BRASKEM | ON N1 | 20,00 | 19,91 | 20,63 | 20,12 | 20,09 | 1,46↑ | 19,80 | 20,10 | 101 | 18.200 |
| BRKM5 | BRASKEM | PNA N1 | 19,96 | 19,67 | 20,55 | 20,03 | 19,81 | 3,23↑ | 19,77 | 19,81 | 22.286 | 6.175.100 |
| BRKM6 | BRASKEM | PNB N1 | - | - | - | - | - | - | 14,00 | 15,29 | - | - |
| BRSR3 | BANRISUL | ON N1 | 12,02 | 11,61 | 12,10 | 11,92 | 11,71 | -2,00↓ | 11,60 | 11,93 | 89 | 13.200 |



# VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

## Café com Fé

A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE-MG) realiza o tradicional "Café com Fé" nesta sexta-feira (24), às 8h, no espaço rooftop da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), que fica na avenida João Pinheiro, 495, no bairro Boa Viagem, na capital mineira. Trata-se de um momento de interação, troca de ideias e celebração eucarística. As vagas são limitadas. Para participar é necessário confirmar a presença pelos telefones: (31) 3281-0710 e (31) 98988-3079 ou pelo e-mail *adcemi-nas@adcemg.org.br*. A ADCE-MG promove missas e cultos ecumênicos mensais, desde 2009, de maneira itinerante, nas sedes de empresas associadas e parceiras da entidade. A finalidade é oferecer aos empresários, funcionários e convidados um momento para um encontro fraterno e para reflexão espiritual. Além de favorecer o fortalecimento da fé e da esperança, o "Café com Fé" permite um maior relacionamento entre as pessoas. Além disso, a empresa que acolhe a celebração ganha espaço para divulgar suas atividades, seus produtos e se tornar mais conhecida.

DIVULGAÇÃO / ESTÚDIO PINO GOMES



## "60 Dias de Neblina"

O Festival Teatro em Movimento traz a Belo Horizonte o espetáculo "60 Dias de Neblina", com a atriz Juliana Didone e direção de Beth Goulart. A montagem tem texto de Renata Mizrahi livremente inspirado no sucesso literário de Rafaela Carvalho, que aborda com humor e leveza as alegrias e descobertas de uma mãe de primeira viagem, às voltas com os meses iniciais da maternidade. "60 Dias de Neblina" terá duas apresentações neste sábado (25), às 20h, e domingo (26), às 19h, no Teatro Centro Cultural Unimed-BH Minas (rua da Bahia, 2.244 - Lourdes – BH). Os ingressos estão sendo vendidos via plataforma Sympla e na bilheteria do teatro. Sem o glamour idealizado pela expectativa e espera da maternidade, mas de forma divertida e afetuosa, o espetáculo ganha uma equipe criativa quase toda feminina.

# BH se transforma na Capital dos Quadrinhos

Belo Horizonte se torna a Capital dos Quadrinhos com a chegada do maior evento deste tipo de arte da América Latina. De hoje (22) a domingo (26), o Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte (FIQ BH), da Prefeitura de Belo Horizonte, chega à sua 12ª edição, em parceria com o Instituto Periférico. O evento traz uma programação diversificada e gratuita, composta por mesas-redondas, feira de quadrinhos, oficinas, exposições, exibição de filmes, sessão de autógrafos, debates, duelos de HQs e rodada de negócios. Este ano, o festival vai reunir, no Minascentro, cerca de 400 artistas brasileiros e internacionais. A partir da curadoria "Onde cabem os quadrinhos?", o festival traz à capital mineira expoentes das HQs, vindos de 22 estados do Brasil e do Distrito Federal e de mais seis países, ampliando a troca de experiências entre profissionais do setor, pesquisadores e públicos diversos. O FIQ BH reafirma a sua relevância como o maior do gênero na América Latina.

*12ª Edição do Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte (FIQ BH) começa hoje, no Minascentro, e tem programação bastante diversificada*

Referência para quadrinistas de todo o País, o FIQ BH, destaca-se também por compreender as diversas etapas da relação entre mercado, público e artistas, estreitando os caminhos tanto para a aproximação de editoras e criadores, como o contato entre os produtores de quadrinhos e o consumidor final. Neste ano, 266 mesas compõem a feira de quadrinhos, com exposição e venda de publicações de quadrinistas nacionais e internacionais. A programação completa pode ser acessada no site portalbelohorizonte.com.br/fiq.

Em homenagem póstuma a grandes representantes do universo das HQs, as salas e o auditório que vão acolher a programação do FIQ deste ano recebem os nomes: Auditório Ziraldo; Praça de autógrafos Carol Cospe fogo; Mesas de artistas (ala Paulo Caruso); Mesas de artistas (ala Lobo Borges), Sala de oficinas (Roberto Negreiros), Sala de oficinas (Ykenga) e Praça Rubens Francisco Lucchetti.

DIVULGAÇÃO / GLENIO CAMPREGHER




DIVULGAÇÃO / LAURA CAMPREGHER




Neste ano, a ilustradora convidada, que dá o tom à identidade visual do festival, é Ing Lee, artista visual coreano-brasileira, surda oralizada, residente em São Paulo, e graduada em Artes Visuais pela UFMG. Em 2018, ingressa no mundo dos quadrinhos e da ilustração, assinando capas de livros para editoras renomadas e conquistando reconhecimento internacional no FIQ 2022 e na Bienal de Quadrinhos de Curitiba (2020). Sua primeira HQ solo, "Karaokê Box", foi publicada pela revista Piauí em 2019. Ela também assina a ilustração da capa do conhecido *best sellers* "Amêndoas", da quadrinista sul-coreana Won-pyung Sohn (ed. Rocco).

**Feira de Quadrinhos -** Ocupando um espaço crescente a cada edição, a Feira de Quadrinhos é adorada pelo público. Formada por mesas e estandes de artistas e editoras, os quadrinistas de todo o Brasil expõem seus trabalhos e é uma oportunidade para aproximá-los dos consumidores de suas obras e produtos. Para os frequentadores do evento, é a chance de conhecer pessoalmente artistas que já são reconhecidos e também um ambiente propício para conhecer e se surpreender com novos quadrinistas.

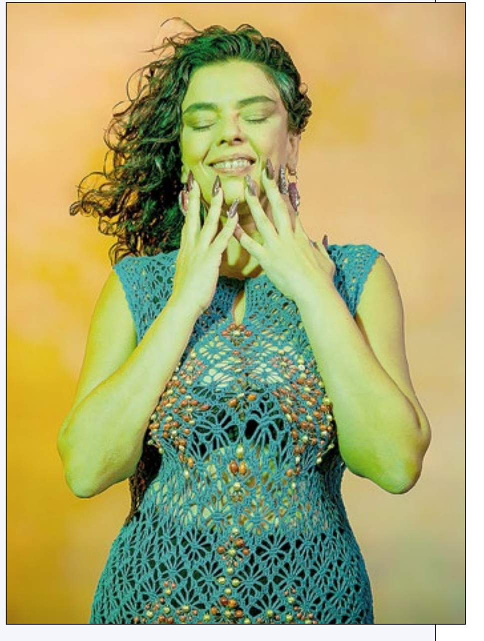
### SERVIÇO

**12ª edição FIQ BH 2024**
**Data:** Hoje (22) a domingo (26 de maio)
**Local:** Minascentro - Rua Guajajaras, 1.022
**Horário:** Quarta-feira a sexta-feira, das 8h às 20h; sábado, de 9h às 21h, e domingo, de 9h às 19h.
**Classificação:** livre
Para mais informações e inscrições para oficinas:
*portalbelohorizonte.com.br/fiq*

## Dia da Indústria

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) vai realizar uma cerimônia nesta quinta-feira (23) para comemorar o Dia Nacional da Indústria, celebrado em 25 de maio, e também homenagear nomes importantes para o setor. O evento, que reúne lideranças industriais, visa celebrar e valorizar aqueles que impulsionam o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Este ano, a cerimônia de homenagem aos empresários e outros agraciados terá como tema "Atitudes que Inspiram Transformação. Ações que Impactam o Futuro" e acontece no Minascentro, em Belo Horizonte. São vários homenageados e dentre eles, o Mérito Industrial CNI será dado ao diretor-superintendente dos Laboratórios Osório de Moraes. Quem recebe a homenagem como Industrial do Ano é a CEO e cofundadora da Sigma Lithium, Ana Cabral. A lista completa pode ser conferida em: *www.diariodocomercio.com.br*.

DIVULGAÇÃO / CACA MEIRELLES



## "O que é...?"

Dando continuidade ao programa "O que é...?", o Inhotim, em Brumadinho, promove neste domingo (26) a segunda edição e traz a pergunta "O que é um rio?". A provocação é o impulso para o público experimentar o museu em suas diversas áreas: Arte, Educação, Música e Botânica. A edição conta com o artista Davi de Jesus do Nascimento e o pai, Davi Nascimento, o mestre griot senegalês, Pape Babou Seck, e a cantora e compositora Ava Rocha com o show Femme Frame Rio. Serão três momentos ao longo do dia - às 11h, 14h e 16h - em que o público é instigado a refletir sobre este interrogante e participar de ações, falas públicas e visitas temáticas no Inhotim. As vagas são limitadas e as inscrições são feitas no local, por ordem de chegada. "O projeto parte sempre de uma pergunta poética como mote para experimentarmos o Inhotim de forma integral e transdisciplinar", revela a diretora de Educação do museu, Gleyce Kelly Heitor.

# Plataforma Minas Criativa vai fomentar a cultura

Um grande banco de dados com informações sobre as bibliotecas públicas e comunitárias do Estado, os museus, equipamentos e espaços culturais, além de profissionais e empresas da cultura. Assim pode ser definida a plataforma Minas Criativa, lançada pelo governo de Minas e que está disponível para acesso no site da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult).

O objetivo é realizar um amplo cadastro, organizar e compartilhar informações e indicadores estratégicos, que permitam análises detalhadas, as quais contribuem para o planejamento de políticas públicas. No caso dos profissionais, por exemplo, será levado em conta o segmento em que atua, função, etnia, faixa etária e gênero, dentre outros aspectos. O mapeamento e monitoramento de espaços e equipamentos culturais também será georreferenciado, ou seja, permitindo a sua localização precisa nos municípios do Estado.

Outro ponto acrescentado pelo diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Lucas Amorim, é o fato de a plataforma Minas Criativa trazer uma otimização do trabalho desenvolvido pelas diretorias da Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade. "Por meio do nosso Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, o maior do País, inclusive, realizamos um cadastramento periódico de cerca de 800 instituições e esse processo era todo feito no papel. As bibliotecas mandavam os documentos e, em seguida, nós fazíamos essa atualização. Agora o processo será muito mais prático, rápido e autônomo, as bibliotecas poderão fazer esse cadastro por meio da plataforma e manter os dados sempre atualizados e georreferenciados", explica Amorim.

A vantagem da construção desse banco de dados é a possibilidade de integração ao Sistema Nacional de Cultura, gerenciado pelo Ministério da Cultura. Isso facilitará a construção de diagnósticos relacionados aos setores culturais, o que é essencial para a elaboração de ações mais direcionadas e efetivas.

**Módulos -** A plataforma Minas Criativa foi lançada com dois primeiros módulos: um é o das Bibliotecas Públicas e Comunitárias, que permitirá o cadastro desses equipamentos, sendo essa uma ação prevista dentro do programa Minas Literária, lançado em 2023. Por meio da plataforma, será possível centralizar e padronizar os dados cadastrais dessas bibliotecas, facilitando o acesso, a atualização e a manutenção dessas informações, bem como promover a cooperação entre as instituições envolvidas e os diferentes níveis de governo.

Para as bibliotecas públicas e comunitárias, haverá maior visibilidade e alcance, tornando-as mais acessíveis para o público e para os órgãos públicos. Isso pode contribuir para atrair um maior número de visitantes e leitores, fortalecendo o papel das bibliotecas como centros culturais e educacionais em suas comunidades.

O outro módulo é o Banco de Profissionais da Economia Criativa. Esta será uma oportunidade para artistas ou técnicos integrarem o cadastro oficial do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que faz parte do Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais, e terem maior visibilidade para possíveis contratantes dos seus serviços. O propósito é exercer o potencial de articulação do Estado, contribuindo com as cadeias produtivas da cultura e da arte para além dos mecanismos de fomento e financiamento. **(Agência Minas)**